



IDES

Indicadores de Desenvolvimento
Econômico & Social do
Estado do Rio de Janeiro

RJ



saúde



educação



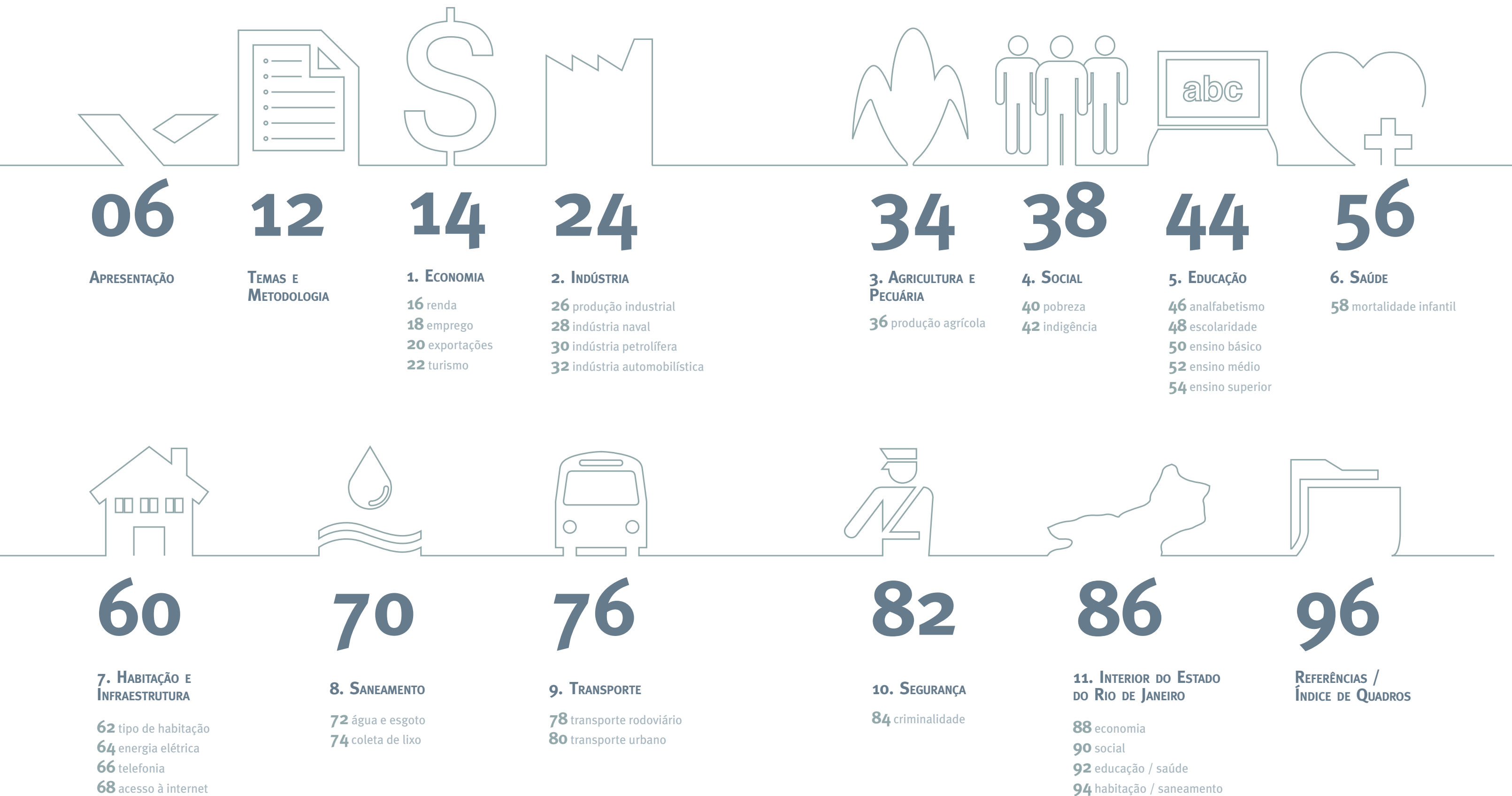
habitação



segurança

IDES RJ

Indicadores de Desenvolvimento
Econômico & Social do
Estado do Rio de Janeiro



Apresentação

Prezados leitores,

Alinhada à missão da Fundação Getúlio Vargas de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, a FGV Projetos, unidade de extensão, ensino e pesquisa da FGV, publica, pela segunda vez, os indicadores de desenvolvimento econômico e social dos estados brasileiros com o destaque para os dados do estado do Rio de Janeiro.

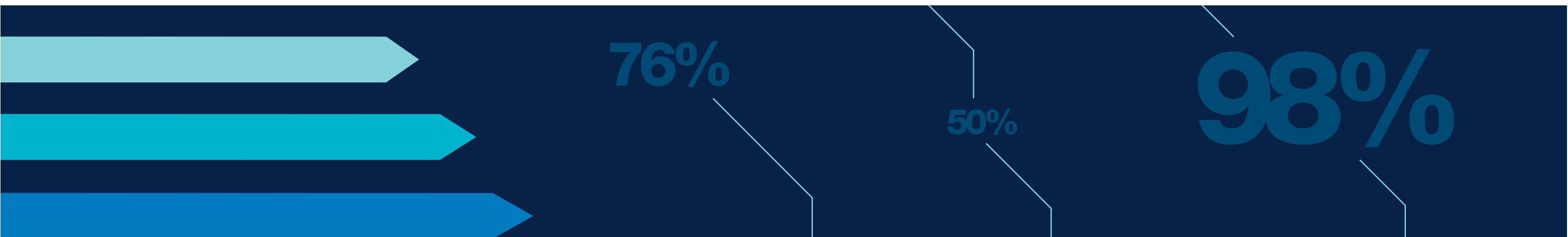
A iniciativa de desenvolver e segmentar os indicadores do estado do Rio de Janeiro, foi deflagrada no âmbito do estudo “Indicadores de Desenvolvimento Econômico e Social dos Estados Brasileiros”. Esta primeira publicação, lançada em 2009, foi realizada a partir de um amplo estudo que desde 2001 vem sendo consolidado pelos técnicos da FGV Projetos e especialistas nas áreas de economia e políticas públicas, liderados pelo nosso coordenador de projetos, professor Fernando Blumenschein. Nesta edição, procuramos levantar e mapear, segmentadamente, a partir de dados secundários, a *performance* dos principais “Indicadores de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro no período de 1997 a 2009”.

Os resultados desse trabalho permitem algumas considerações que podem balizar o debate e a formulação de políticas públicas em âmbito regional e, inclusive, nacional. Esse conjunto de indicadores tem estimulado a discussão no meio empresarial, governamental e acadêmico, assim como na sociedade civil e nos veículos de comunicação na tentativa de conhecer a evolução das condições de vida da sociedade fluminense. Os indicadores mostram o avanço do estado do Rio de Janeiro em diversos campos, diante do cenário nacional, mas é necessário que sejam elaborados estudos específicos para cada área de interesse de modo a investigar as causas e as influências das políticas públicas implementadas nas diversas esferas de governo.

Acreditamos que o estado do Rio de Janeiro ainda tenha muitos desafios pela frente nos diversos setores da economia estadual, mas os caminhos são virtuosos. Esperamos assim que este estudo contribua efetivamente para um melhor monitoramento e direcionamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável do nosso Estado.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Cesar Cunha Campos
Diretor FGV Projetos



O ano de 2010 foi caracterizado pelo forte aquecimento da demanda interna em virtude da expansão dos salários e do crédito. Por um lado essa dinâmica pressionou a inflação e intensificou o *deficit* em transações correntes durante todo ano, contudo, a recuperação econômica pós-crise internacional foi extremamente positiva. Pela primeira vez o Brasil tem reais chances de gerar mais de 2 milhões de empregos formais no ano. Aliado a esse fato, a taxa de desemprego é cada vez menor desde 2002. A produção da indústria brasileira registrou aumento no último trimestre de 2010, em especial na produção de bens de consumo. Estimulada pelo aquecido mercado interno e pela expansão do crédito, a produção industrial brasileira apresentou crescimento em quase todos os setores durante o ano de 2010.

O panorama favorável da atividade econômica vem direcionando o aquecimento do mercado de trabalho. Dessa forma, tem-se registrado expressivos avanços tanto da renda quanto do emprego, o que, em um ambiente de redução da pressão inflacionária ao consumo, propicia significativos aumentos do poder de compra.

No Rio de Janeiro, o panorama se mostra ainda melhor. A produção industrial fluminense cresceu acima da média nacional ao longo do ano, na maioria dos setores industriais, em especial em virtude da indústria extrativa. É importante ressaltar que houve crescimento das indústrias de bens de consumo semi e não duráveis no Rio de Janeiro, em virtude do forte aquecimento do mercado de trabalho fluminense. A renda, tal como a produção industrial, avançou em ritmo maior que o observado no âmbito nacional. Percebe-se também sensível contribuição da indústria fluminense no quadro nacional, tanto pelo aumento das vendas reais como pelo avanço das contratações.

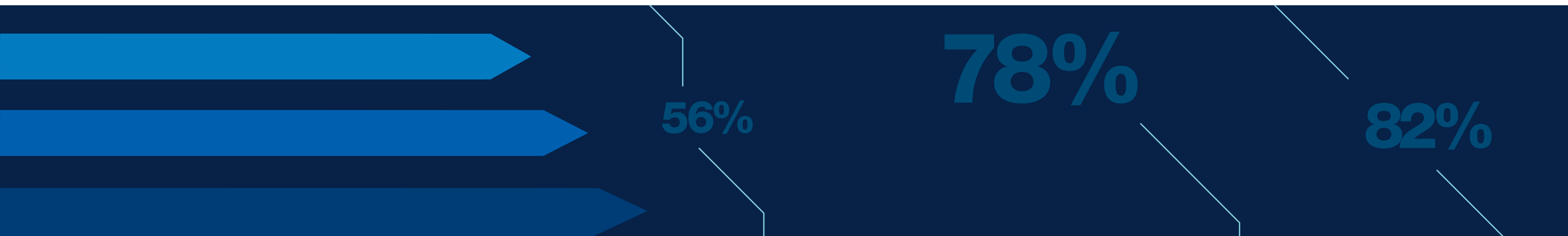
No tocante ao quantum de importações e exportações, a balança comercial fluminense, desde 1997, superou a nacional, especialmente a partir do ano de 2000, quando o estado do Rio de Janeiro passou a exportar petróleo bruto de maneira expressiva. A participação da indústria extrativa fluminense no PIB estadual em 2007 era de 12,3% e representava 2,3% do PIB nacional. Com a descoberta do pré-sal, a expectativa é de que nos próximos anos, a atividade extrativa do Rio de Janeiro ganhe força e, portanto, o estado passe a exportar uma maior quantidade, melhorando ainda mais o saldo de sua balança comercial. Deve-se frisar que a balança comercial do Rio de Janeiro no mês de agosto de 2010, totalizou R\$ 1,5 bilhão, alcançando a terceira posição do *ranking* dos estados (em julho do mesmo ano, ocupava a sexta posição).

O mercado de trabalho da Região Sudeste está aquecido. No mês de setembro de 2010, o Rio de Janeiro registrou a segunda maior geração de empregos da história - totalizando 21.649 mil novos postos de trabalho - tendo como principais responsáveis por este crescimento o setor de serviços (13.721 mil novos postos), o comércio (3.753 mil novos postos) e a indústria de transformação (2.756 mil novos postos). Em relação aos nove primeiros meses do ano, observou-se a geração de 149.247 mil novos postos, sendo este o melhor desempenho de toda a série histórica. Com a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos 2016 e a Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014, a rede hoteleira da cidade está em um ritmo elevado de crescimento, aumentando a perspectiva de receita oriunda de turismo e impactando no crescimento de serviços, elevando assim a oferta de empregos.

As políticas governamentais de fomento ao crédito e subsídio financeiro para a população (programas assistencialistas como o Bolsa Família) e mais recentemente o Cartão Carioca, além do desempenho econômico favorável, vêm modificando a distribuição de renda da população e consequentemente reduzindo a pobreza e indigência. O estado do Rio de Janeiro, ao longo da série histórica (de 1997 até 2009), sempre apresentou indicadores sociais melhores do que os observados nacionalmente, contudo, por ser um estado com significativa participação no PIB brasileiro, estes indicadores acompanham de perto os ciclos econômicos do Brasil, sejam eles positivos ou negativos.

Em virtude da sua situação socioeconômica mais favorável, se comparado a outros estados, em especial as Regiões Norte e Nordeste, os indicadores de analfabetismo e educação do Rio de Janeiro são melhores do que os observados no Brasil. O percentual de analfabetismo no Rio vem gradualmente sendo reduzido, alcançando o menor valor da série histórica, em que apenas 3,97% da população é analfabeta (em 1997, 6,12% da população era analfabeta) e simultaneamente os anos de estudo da população vêm crescendo. O motivo para esse lento desenvolvimento dos indicadores na última década é a pequena destinação do PIB estadual para essa área.

Nos últimos anos, a saúde no estado do Rio de Janeiro tem apresentado melhorias significativas. Essa afirmação pode ser corroborada analisando-se o índice de mortalidade infantil para o estado, que apresentou queda de 6,98% entre 2006 e 2008. Tal movimentação nesse indicador é decorrente de uma série de investimentos e iniciativas públicas. Dentre estas, é possível destacar os investimentos realizados na área da saúde por meio da instalação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs),



e de ações sistemáticas de combates a epidemias de dengue. A introdução das UPAs possibilitou melhor distribuição dos pacientes, entre os postos de saúde de hospitais, proporcionando melhora generalizada nas condições de atendimento. Por sua vez, as ações sistemáticas de combate às epidemias de dengue foram capazes de conter surtos da doença nos últimos três períodos de foco, proporcionando a melhoria nos índices de mortalidade.

No que tange a questão de moradia, a qualidade da habitação e o nível de infraestrutura no estado do Rio de Janeiro se encontram em patamares elevados em relação ao restante do país. O aumento da qualidade das moradias (habitações com paredes de alvenaria e energia elétrica) é decorrência dos incentivos dos Governos Federal e Estadual, através do PAC2 - Programa de Aceleração do Crescimento “Minha casa, Minha vida”, em que são facilitadas as condições de crédito para que indivíduos de baixa renda sejam capazes de adquirir imóveis em condições e localidades melhores. Dessa maneira, o impacto positivo dos programas sociais afeta diretamente os índices de qualidade de moradia.

No âmbito de infraestrutura, é possível verificar uma forte evolução nas estatísticas de acesso à internet e um aumento percentual (em relação ao país) do número de domicílios que possuem telefone. Essa evolução é consequência básica das características de mercado destes dois produtos no estado. Os mercados de telefonia fixa e acesso à internet nos últimos cinco anos têm apresentado grande evolução no sentido da unificação dos mercados, oriunda da forte competitividade no setor. Essa competição estimulou as firmas do setor a criarem novos pacotes de produtos (com um melhor preço), englobando serviços vendidos separados anteriormente, com o objetivo de obter maior *market share*. Verifica-se, portanto, que na última década, o percentual de domicílios com acesso à internet no Rio de Janeiro triplicou.

Dentre os indicadores de saneamento básico observados para o Rio de Janeiro, verifica-se pouca evolução em relação aos últimos cinco anos. Contudo, mesmo o estado tendo sido contemplado com o PAC - Saneamento, os resultados dos investimentos não se refletiram significativamente em suas estatísticas. O percentual

de domicílios atendidos pela rede de esgoto tem apresentado média de 84,19% de 2005 a 2009, sem apresentar variações significativas ao longo do tempo. Nesse ponto é importante ressaltar que investimentos em saneamento básico possuem um prazo de maturidade superior aos demais. Isso se deve basicamente ao caráter da obra em questão, que possui um custo temporal de instalação elevado, tornado assim os impactos dos investimentos praticamente imperceptíveis no curto e médio prazo.

Ao longo dos últimos cinco anos, o Rio de Janeiro foi alvo de elevados investimentos no setor de transportes, tanto público quanto privado. O principal propulsor desses incentivos foi a realização dos jogos Pan-Americanos de 2007, onde foram realizados investimentos tanto na melhoria da qualidade do transporte quanto na sua área de abrangência. Dentre as principais evoluções no estado do Rio, destacam-se as extensões das linhas do Metrô (ligações diretas das Zonas Norte e Sul e novas estações) e a introdução de faixas reversíveis em locais estratégicos ao longo da cidade, visando promover melhorias nos fluxos de pessoas nos horários de pico. Em relação ao transporte rodoviário, pode-se observar uma evolução relevante na qualidade das principais rodovias (estaduais, federais e municipais). Esse aumento de rodovias pavimentadas é decorrente de privatizações realizadas ao longo do período, que promoveram melhores condições de tráfego.

No campo da Segurança Pública, nos últimos quatro anos, o estado do Rio de Janeiro tem sido berço de inúmeros programas em regiões de elevados níveis de criminalidade. As principais estatísticas na área de criminalidade, ao longo dos últimos cinco anos, têm apresentado movimentação indicativa de redução de ocorrência e retorno positivo dos investimentos realizados pelo Governo do Estado. Essa conjuntura aliada à ocorrência de eventos esportivos internacionais fomentou, principalmente no ano anterior ao evento, o investimento em segurança no estado. Contudo, devido ao caráter emergencial dos principais investimentos em segurança, os resultados ainda apontam para uma curva positiva. Com o início das instalações das Unidades Policiais Pacificadoras (UPPs) em 2008, os resultados começaram a aparecer nas estatísticas do estado, criando uma expectativa extremamente positiva para um futuro próximo.



Temas e Metodologia

O presente relatório tem como objetivo levantar e analisar a *performance* relativa dos indicadores de desenvolvimento econômico e social do estado do Rio de Janeiro, no período de 1997 a 2009. Para alcançar tal objetivo, as evoluções dos principais indicadores que refletem o desenvolvimento econômico e social, apurados para o Rio de Janeiro, foram comparados com os demais estados da federação e o Brasil.

As seguintes áreas foram consideradas:

- ✓ Economia (renda, emprego e crescimento setorial);
- ✓ Indústria (naval, petróleo, petroquímica e automobilística);
- ✓ Agricultura e Pecuária;
- ✓ Social (pobreza e indigência);
- ✓ Educação;
- ✓ Saúde;
- ✓ Habitação e Infraestrutura;
- ✓ Saneamento;
- ✓ Transporte;
- ✓ Segurança; e
- ✓ Interior do Estado do Rio de Janeiro.

A escolha destas áreas foi feita com base em um conceito amplo de desenvolvimento, no qual as variáveis analisadas refletem não somente o nível de renda dos indivíduos, mas também o acesso a serviços que influenciam a qualidade de vida das pessoas (ex.: transporte), assim como o acesso a oportunidades tanto no presente (ex.: emprego) como potencialmente no futuro (ex.: educação e saúde)¹.

A escolha das variáveis ou indicadores em cada área levou em conta três condicionantes. Primeiro, os dados que foram utilizados para construir as variáveis ou os indicadores oriundos de bases de dados oficiais certificadas (federal, estadual e municipal). Segundo, os dados contemplaram o período de treze anos compreendido entre 1997 e 2009. Terceiro, os dados procuraram refletir, de forma significativa, o desenvolvimento ou *performance* das diversas áreas analisadas. Para deflacionar as variáveis expressas em valores monetários, foi utilizado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

A ênfase deste trabalho está na evolução dos indicadores cardinais de *performance* das principais políticas públicas (áreas) para o estado do Rio de Janeiro, e na sua comparação com o Brasil. Este levantamento e esta análise são passos importantes para o balizamento do debate sobre o desenvolvimento regional e sobre a eficácia dos instrumentos utilizados para conduzir políticas públicas no estado do Rio de Janeiro. Ademais, estes indicadores são importantes não somente para uma análise retrospectiva, mas, também, para a formulação de metas e diretrizes do planejamento de políticas públicas para o futuro.

É importante ressaltar que este trabalho não priorizou os condicionantes ou os fatores causais que influenciaram a *performance* dos indicadores. Ademais procurou-se não submeter à análise as possíveis implicações que os diferentes desempenhos dos indicadores pudessem ter para o bem-estar das populações. A questão da causalidade e dos desdobramentos de bem-estar, pelas complexidades e particularidades inerentes a cada área de políticas públicas envolvidas, devem ser objetos de estudos específicos.

1 - Esta abordagem de desenvolvimento toma como referência o conceito de desenvolvimento elaborado por Amartya Sen em Development as Freedom, Ed. Alfred A. Knopf, 1999.

1

Economia

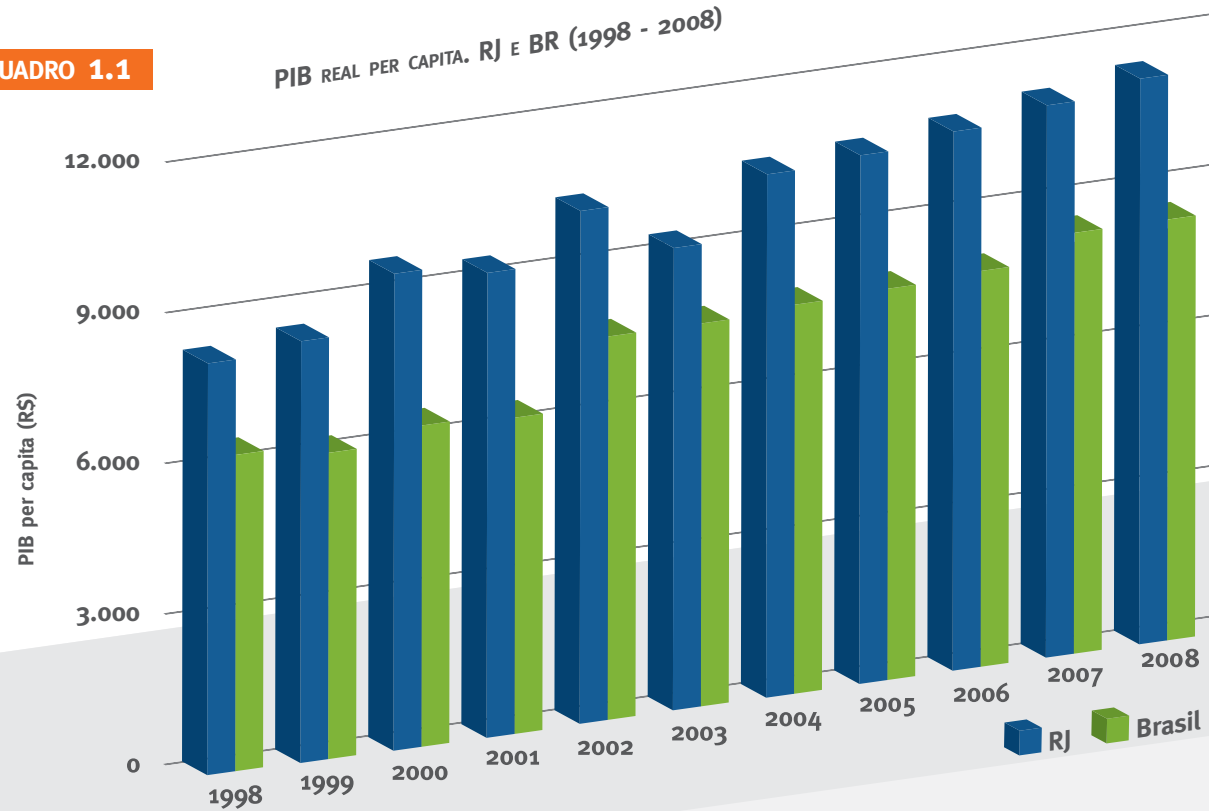
Os indicadores de desenvolvimento econômico e social para o estado do Rio de Janeiro no período de 1997 a 2009 apresentados neste trabalho permitem algumas considerações que podem balizar o debate sobre políticas públicas em âmbito regional, e mesmo nacional. Os indicadores de renda domiciliar mostraram que a renda média no estado

do Rio de Janeiro se manteve em um patamar relativamente estável e, em média, 31% superior à renda domiciliar nacional ao longo do período de 1997 a 2009. Além disso, os níveis de desemprego observados no Rio de Janeiro foram, consistentemente, inferiores em cerca de 2,05 p.p. ao longo de todo o período. Apesar das reconhecidas diferenças regionais de

poder de compra entre as regiões brasileiras, estes dados não permitem afirmar que houve uma queda relativa da massa salarial domiciliar da população fluminense em relação ao resto do Brasil. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) colocam o estado do Rio de Janeiro como o terceiro maior PIB *per capita*, atrás apenas do Distrito Federal e de São Paulo.

RENDA
EMPREGO
EXPORTAÇÕES
TURISMO

QUADRO 1.1



PIB REAL PER CAPITA
VALORES EM R\$

ano	RJ	Brasil
1998	8.217,37	6.355,06
1999	8.484,23	6.127,47
2000	9.513,09	6.429,81
2001	9.261,31	6.329,06
2002	9.581,98	6.954,62
2003	9.133,66	6.932,41
2004	9.906,89	7.223,65
2005	10.118,87	7.346,57
2006	10.503,39	7.531,53
2007	11.013,76	8.278,01
2008	11.191,94	8.276,84

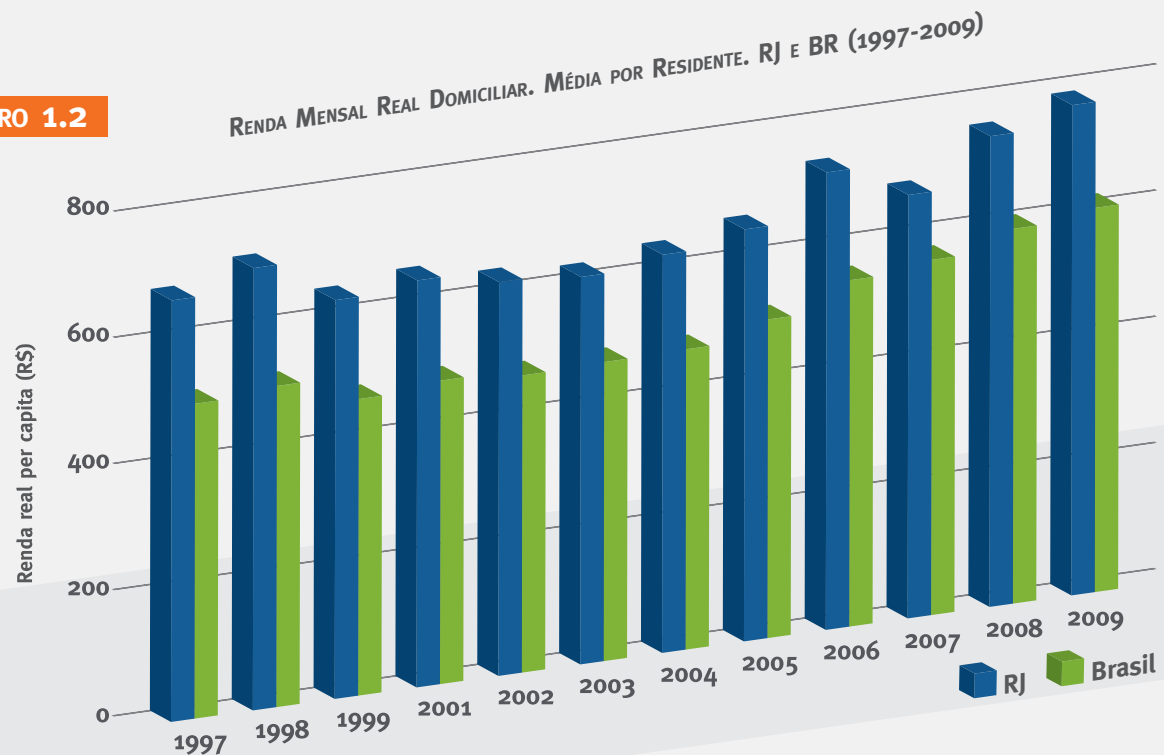
FONTE: IPEA

renda

Em 1998, o PIB brasileiro² era de R\$ 6.355,00 per capita, ante R\$ 8.217,00 per capita no Estado do Rio de Janeiro (Quadro 1.1). No período 1998 - 2008 o PIB per capita brasileiro obteve um crescimento de cerca de R\$ 1.900,00 enquanto o estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento de R\$ 3.000,00 no mesmo período. Com este crescimento médio de 3,14%³ no período 1998/2008, o Estado do Rio de Janeiro apresenta o terceiro maior PIB per capita do país ficando atrás somente do Distrito Federal (1º) e de São Paulo (2º).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE, a renda mensal real média do fluminense oscilou entre R\$ 668,00 e R\$ 777,00 desde 1997, enquanto a renda no Brasil se manteve entre R\$ 499,00 e R\$ 609,00 (Quadro 1.2). Nota-se que a renda fluminense manteve-se cerca de 31% maior do que a média nacional. De fato, o estado do Rio de Janeiro ficou logo atrás de São Paulo como a terceira maior renda domiciliar do país, tendo ocupado a segunda posição nos anos de 2004 e 2009.

QUADRO 1.2



RENDIA MENSAL REAL DOMICILIAR
MÉDIA POR RESIDENTE
VALORES EM R\$

ano	RJ	Brasil
1997	668,94	499,61
1998	701,35	509,24
1999	632,90	470,39
2001	645,31	481,33
2002	624,15	471,77
2003	641,36	474,40
2004	631,24	476,11
2005	653,52	505,99
2006	725,87	549,04
2007	671,85	563,01
2008	746,56	594,56
2009	777,33	609,57

FONTE: PNAD/IBGE

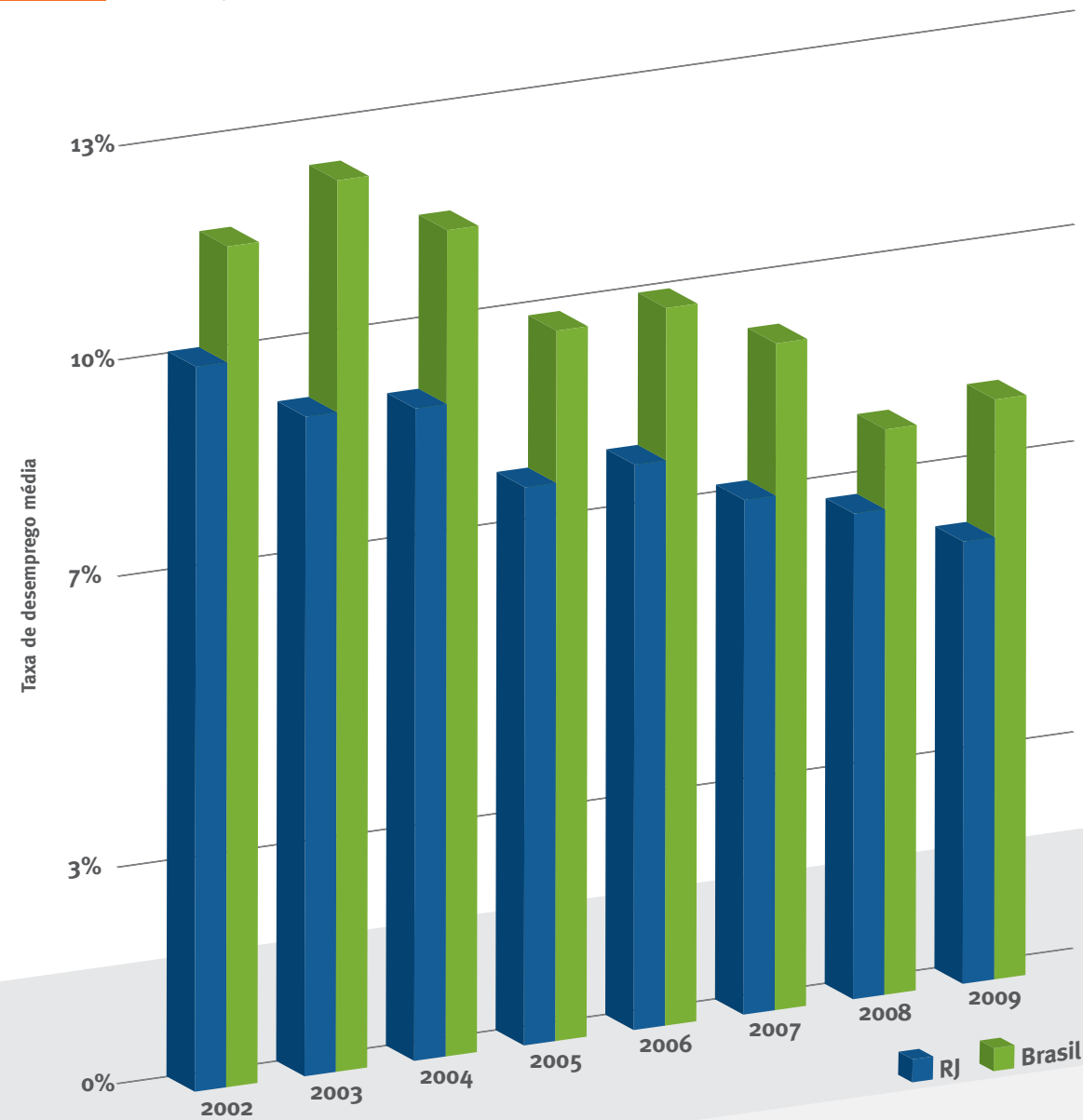


2 - Valores em Reais (R\$) de 2000. Séries históricas fornecidas pelo IPEA já em valores reais.

3 - Note-se que, por questão de brevidade, os valores absolutos aqui relatados tiveram redução no número de dígitos decimais significativos, enquanto os percentuais relatados foram calculados com base nos valores absolutos sem aproximação.

QUADRO 1.3

TAXA DE DESEMPREGO (%). RJ E BR (2002-2009)



TAXA DE DESEMPREGO PERCENTUAL

ano	RJ	Brasil
2002	10,05	11,66
2003	9,19	12,34
2004	9,05	11,48
2005	7,72	9,83
2006	7,87	9,27
2007	7,15	7,86
2008	6,79	8,02
2009	6,14	

FONTE: PNAD/IBGE

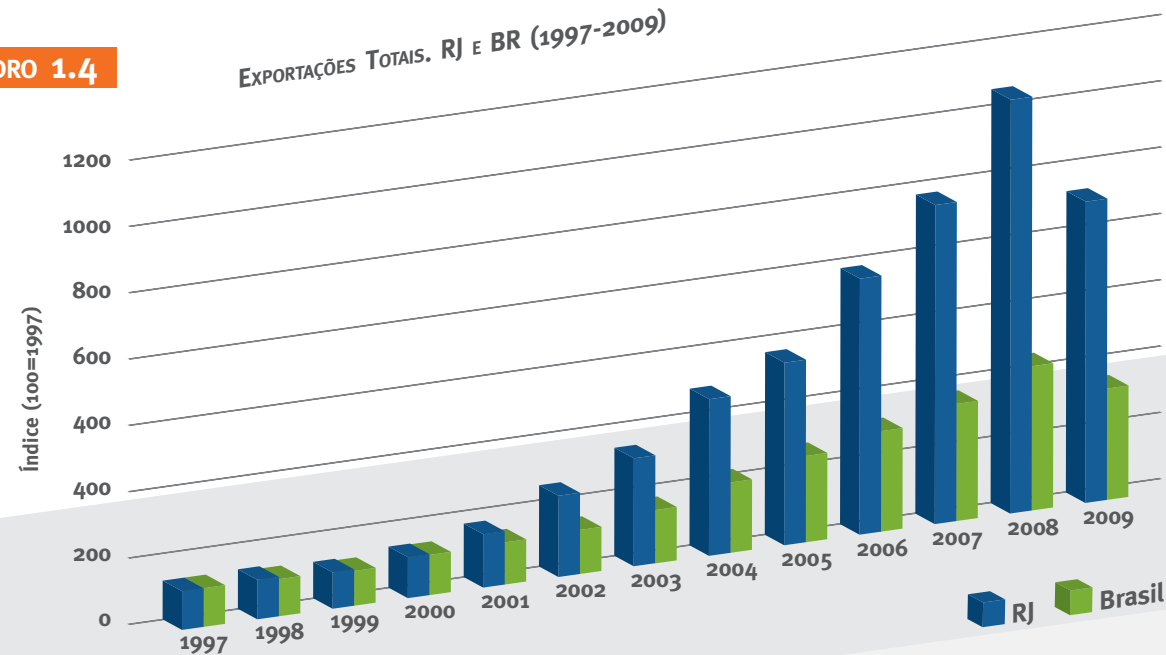


emprego

A *performance superior* do estado do Rio de Janeiro também se verifica com relação ao emprego (**Quadro 1.3**). Pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE antiga (até 2001), o índice de desemprego nacional se manteve, em média, 2,6% acima daquele aferido para o estado do Rio de Janeiro, com variações anuais praticamente idênticas. Em 2002, ano de início da nova PME, o desemprego médio foi de 10% no estado do Rio de Janeiro e 11,7% no Brasil. Em 2009, estes valores alcançaram, respectivamente, 6% e 8%, o que corresponde a reduções percentuais de 31,2% em âmbito nacional e 39% em âmbito estadual, no período 2002-2009. Este último dado corresponde a 1,4 milhões de empregos criados no estado do Rio de Janeiro no período 2002-2009⁴.

4 - Os valores de desemprego anual relatados aqui correspondem às médias de desemprego aferidos mensalmente, não tendo sido descontados os efeitos sazonais.

QUADRO 1.4



EXPORTAÇÕES TOTAIS
ÍNDICE

ano	RJ	Brasil
1997	100,00	100,00
1998	102,77	96,50
1999	94,61	90,60
2000	106,10	104,01
2001	138,71	109,99
2002	210,97	114,05
2003	279,57	138,13
2004	405,49	182,43
2005	472,91	223,66
2006	662,22	260,04
2007	825,45	303,14
2008	1078,07	373,52
2009	779,53	288,70

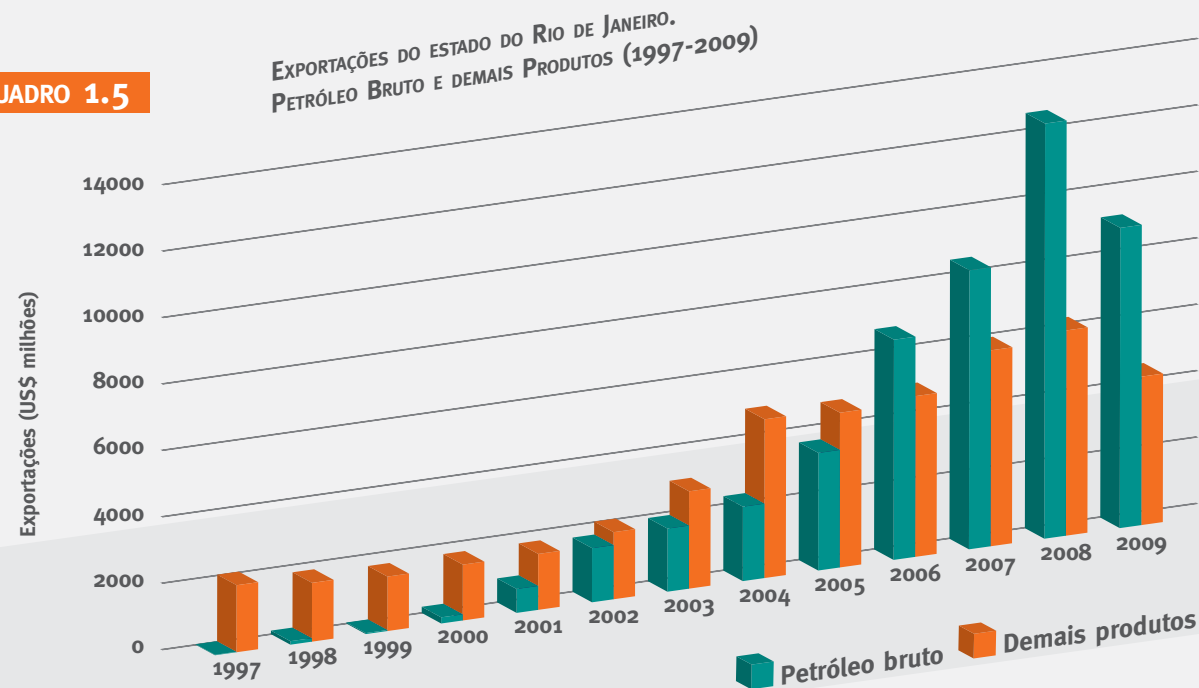
FONTE: SECEX/MDIC

exportações

As exportações do estado do Rio de Janeiro cresceram 679% no período de 1997 a 2009, passando de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 13,5 bilhões em 2009. Este crescimento poderia ter sido mais expressivo não fosse a queda de 28% nas exportações do estado no período de 2008 a 2009, queda que também pode ser observada em âmbito nacional, porém com menor dimensão (23%). O desempenho do estado do Rio de Janeiro foi significativamente superior ao das exportações do Brasil como um todo, que cresceram de US\$ 53 bilhões para US\$ 153 bilhões no mesmo período, o que corresponde a um crescimento de 188,7%.

O estado do Rio de Janeiro passou a exportar petróleo bruto em quantidade significativa a partir de 2000, e este, rapidamente, se tornou o principal produto exportado, respondendo em 2008 por um montante de US\$ 12,5 bilhões, ou 66,9% das exportações fluminenses⁵ (Quadro 1.5). As demais categorias de exportações cresceram 158% no período 1997 a 2009, alcançando US\$ 4,4 bilhões em 2009 ante US\$ 1,7 bilhão de 1997.

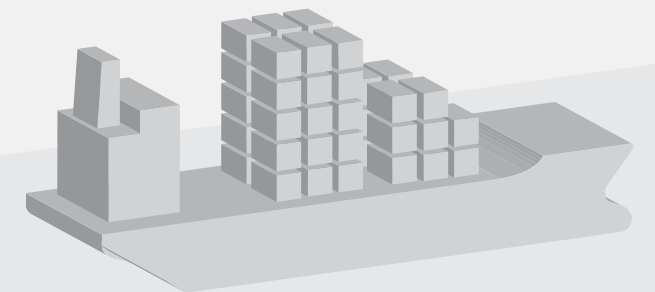
QUADRO 1.5



EXPORTAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
VALORES EM US\$ MILHÕES

ano	Petróleo bruto	Demais produtos	TOTAL
1997	5,89	1.734,29	1.740,18
1998	10,00	1.772,31	1.782,31
1999	1,53	1.640,84	1.642,37
2000	158,58	1.681,53	1.840,11
2001	720,87	1.684,73	2.405,60
2002	1.638,05	2.020,76	3.658,81
2003	1.909,54	2.939,00	4.848,55
2004	2.243,41	4.789,06	7.032,47
2005	3.541,50	4.660,09	8.201,58
2006	6.638,31	4.846,53	11.484,83
2007	8.409,97	5.905,73	14.315,69
2008	12.515,71	6.181,27	18.696,98
2009	9.046,91	4.472,51	13.519,42

FONTE: SECEX/MDIC



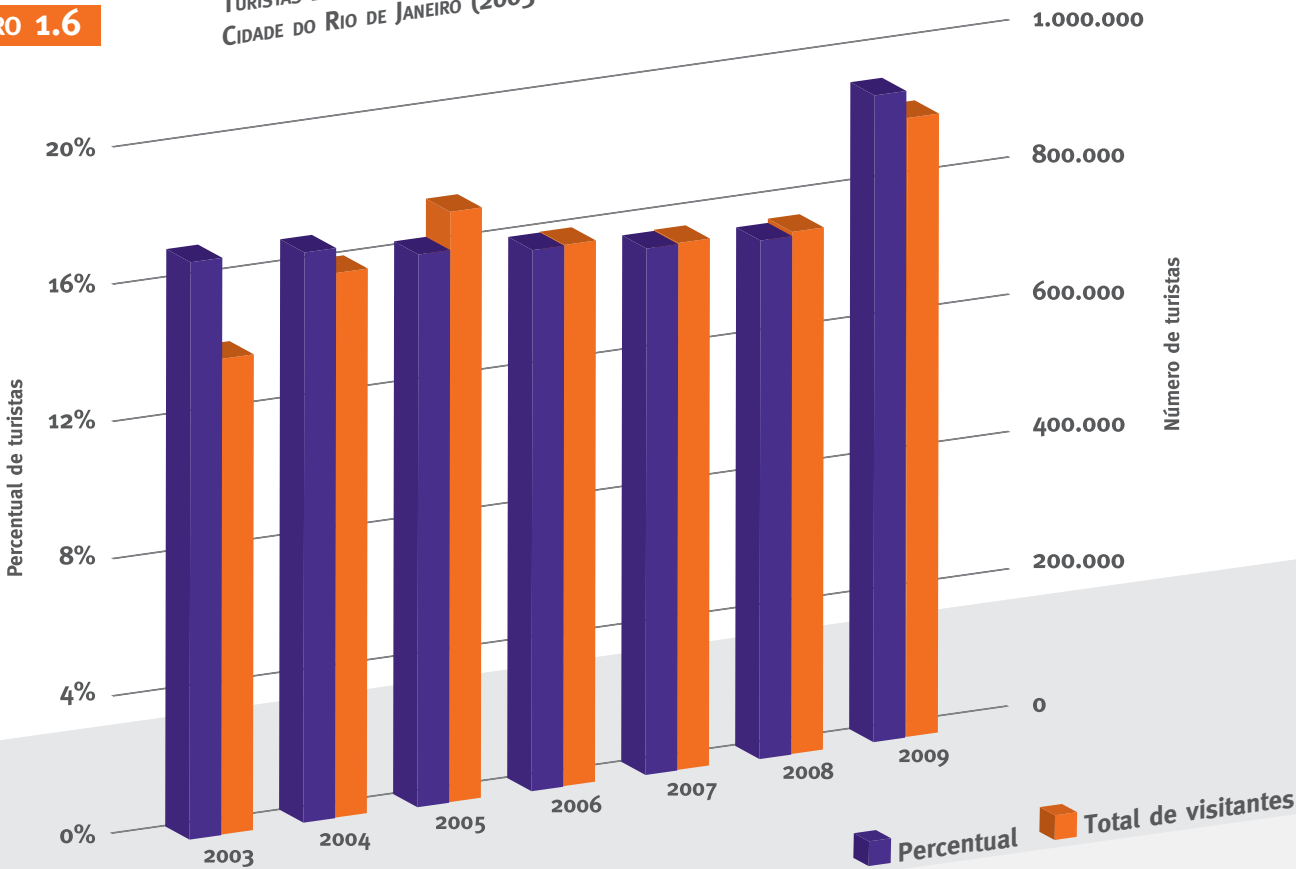
5 - Estes valores não incluem produtos refinados do petróleo, que figuram imediatamente abaixo do óleo bruto como principal item de exportação. Quando se adicionam estas classes de produtos, o petróleo responde por 61% das exportações fluminense.

turismo

Destaca-se o grande crescimento do fluxo de visitantes internacionais ao município do Rio de Janeiro, movimento iniciado em 2003 e que atingiu seu pico em 2009 (Quadro 1.6). A partir de 2005, foram observadas quedas no número de visitantes, cenário que se manteve até 2008. Em 2009, o número de turistas na cidade do Rio de Janeiro voltou a crescer e alcançou a maior marca do período de 2003 a 2009 com um crescimento anual de 30,1% (de 698 mil para 908 mil).

QUADRO 1.6

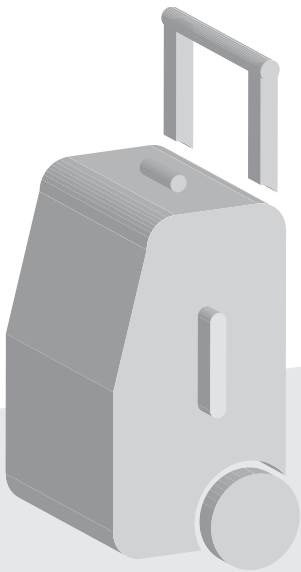
TURISTAS E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL NACIONAL. CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2003-2009)



TURISTAS E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL NACIONAL
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ano	Percentual	Total de Visitantes
2003	16,89	698.203
2004	16,68	799.399
2005	16,17	866.379
2006	15,83	794.109
2007	15,40	773.932
2008	15,17	766.083
2009	18,92	908.667

FONTE: MT



2

Indústria

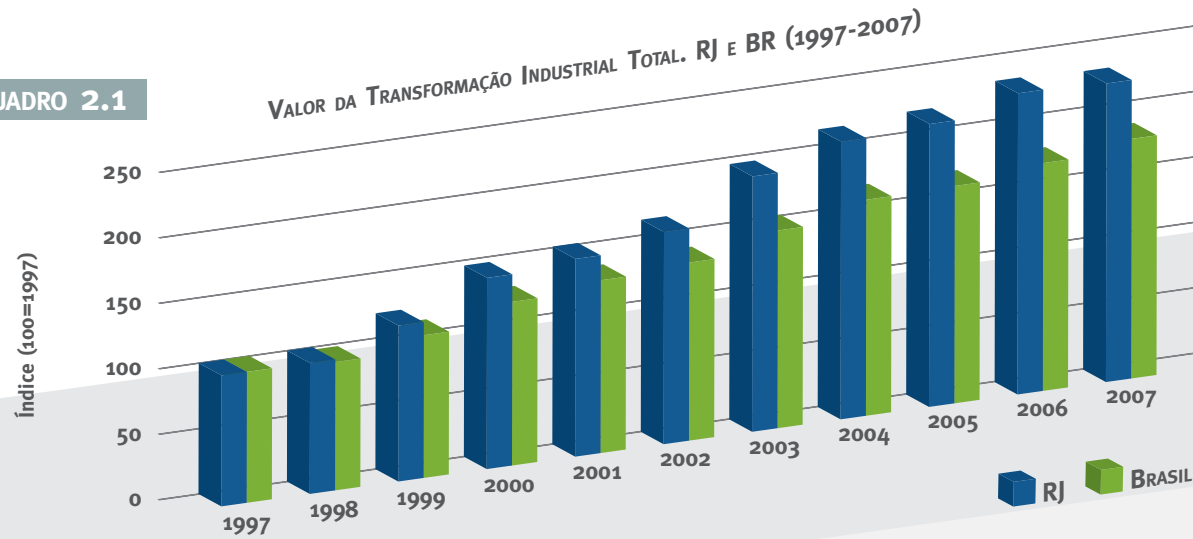
O desempenho do **setor industrial** no estado do Rio de Janeiro, nesta última década, superou o desempenho médio da indústria no restante do Brasil. O valor da transformação industrial no Estado do Rio de Janeiro cresceu quase duas vezes mais do que a média nacional no período de 1997 a 2007. Este desempenho industrial foi influenciado positivamente pelo crescimento dos setores naval, siderúrgico,

automobilístico e petroquímico. Neste mesmo período, as exportações estaduais cresceram a uma taxa média três vezes maior do que a das exportações brasileiras. Este desempenho das exportações foi devido não somente ao crescimento das exportações de petróleo bruto, mas também, e de forma mais vigorosa, dos demais produtos, em sua grande maioria bens industrializados.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL
INDÚSTRIA NAVAL
INDÚSTRIA PETROLÍFERA
INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA



QUADRO 2.1

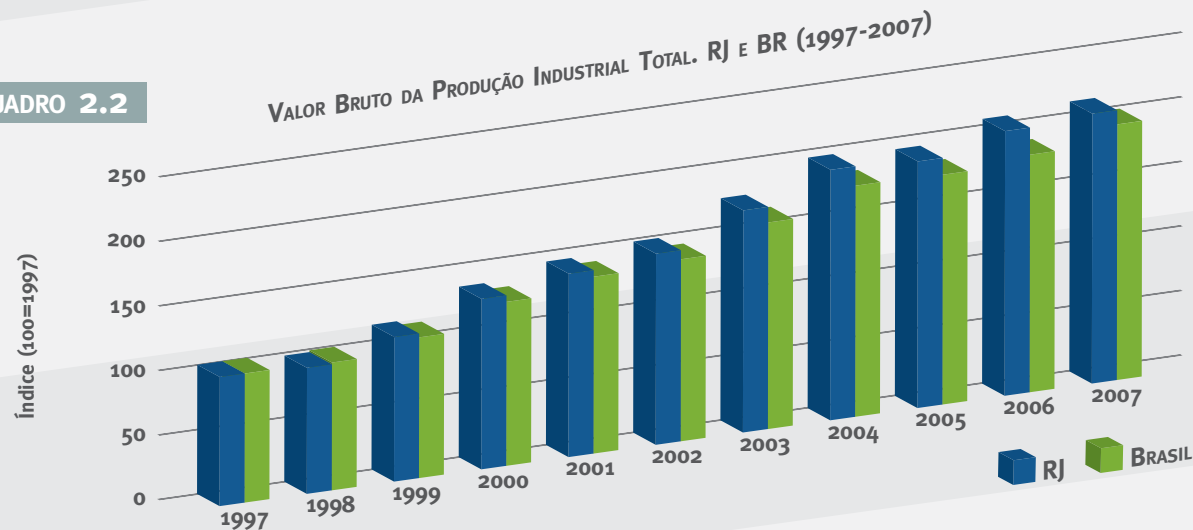


VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL TOTAL
ÍNDICE

ano	RJ	Brasil
1997	100,00	98,88
1998	100,08	109,67
1999	119,28	125,21
2000	146,42	132,87
2001	151,91	136,12
2002	162,11	151,64
2003	195,82	165,93
2004	212,55	166,14
2005	216,48	174,92
2006	230,84	183,77
2007	228,40	

FONTE: PIA/IBGE

QUADRO 2.2

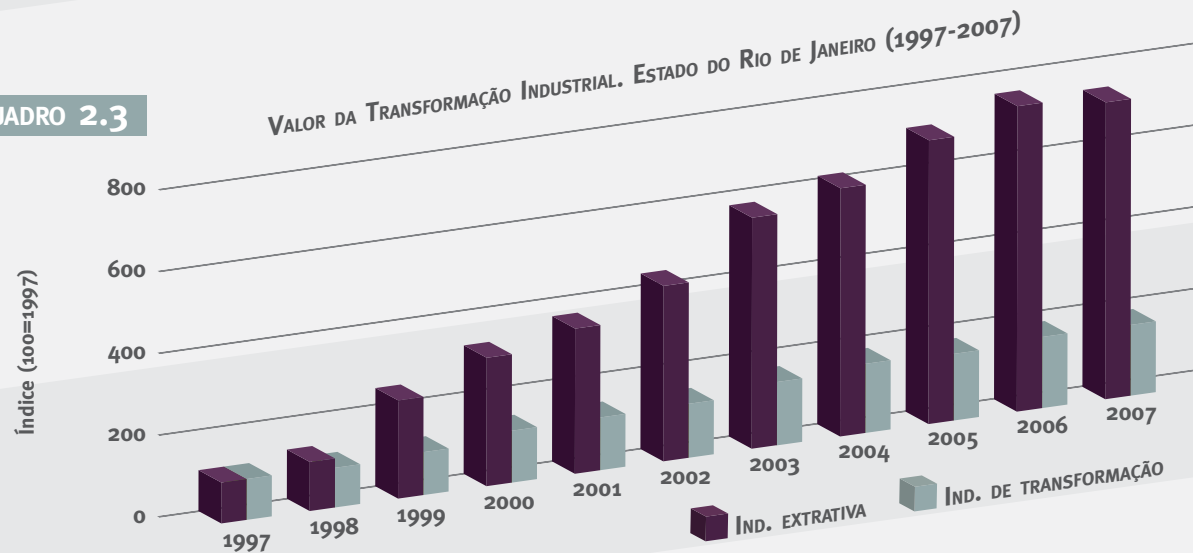


VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL TOTAL
ÍNDICE

ano	RJ	Brasil
1997	100,00	99,75
1998	97,69	109,50
1999	112,57	127,29
2000	132,48	137,61
2001	142,14	141,09
2002	148,67	160,69
2003	172,37	179,65
2004	194,37	178,33
2005	191,33	184,83
2006	205,08	198,05
2007	209,25	

FONTE: PIA/IBGE

QUADRO 2.3



VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÍNDICE

ano	Ind. extrativa	Ind. de transformação
1997	100,00	97,87
1998	120,14	105,76
1999	242,29	127,99
2000	314,09	129,55
2001	355,39	132,68
2002	429,90	155,23
2003	565,15	169,18
2004	607,24	163,91
2005	694,90	174,04
2006	747,64	173,65
2007	726,55	

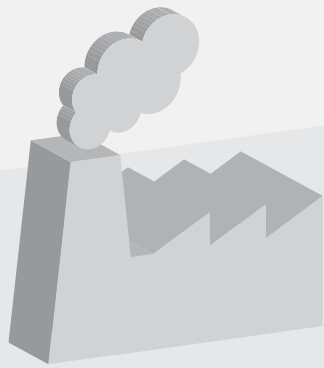
FONTE: PIA/IBGE

produção industrial

Houve um forte crescimento na indústria fluminense, de 1997 a 2007, significativamente superior à média nacional (Quadro 2.1). O valor da transformação industrial total⁶, tanto no Rio de Janeiro quanto no Brasil, teve dois momentos significativos de expansão, de 1998 a 2000 e de 2002 a 2007. Em ambos os períodos, o estado do Rio de Janeiro registrou crescimento expressivamente maior que a média nacional. De 1998 a 2000, o crescimento no índice do valor da transformação industrial foi de 46%, enquanto no período de 2002 a 2007 foi de 66%. Cumulativamente, no período de 1997 a 2007, observa-se o crescimento de 128% no Rio de Janeiro, contra 83% na média nacional.

No que se refere ao valor bruto da produção total, a evolução observada é similar. No período 1997-2007, o estado do Rio de Janeiro registrou crescimento de 109% do valor bruto de sua produção, enquanto o crescimento total verificado no valor da produção industrial brasileira foi de 98% (Quadro 2.2).

Há de se ressaltar que este crescimento da indústria foi, em boa parte, devido ao crescimento da indústria extrativa no estado do Rio de Janeiro, cujo valor da transformação cresceu 626% no período de 1997 a 2007, enquanto o crescimento do valor da transformação da indústria brasileira de forma agregada foi de 83,7% (Quadro 2.3). Este processo de crescimento elevou a participação do estado do Rio na produção extrativa de 23,9% em 1997 para 39,2% em 2004. Por outro lado, quando se consideram apenas as indústrias de transformação, o crescimento no valor da transformação industrial registrado no Estado do Rio de Janeiro é de 73,6%. Esta performance foi inferior à registrada para o total da indústria brasileira, e similar ao crescimento do valor da transformação industrial nacional da indústria de transformação.



6 - Definido pelo IBGE como o valor bruto da produção, descontados os custos das operações industriais. Este indicador foi escolhido por refletir melhor a contribuição da atividade industrial para o produto. Quando analisado o valor bruto da produção, os resultados qualitativos são os mesmos.

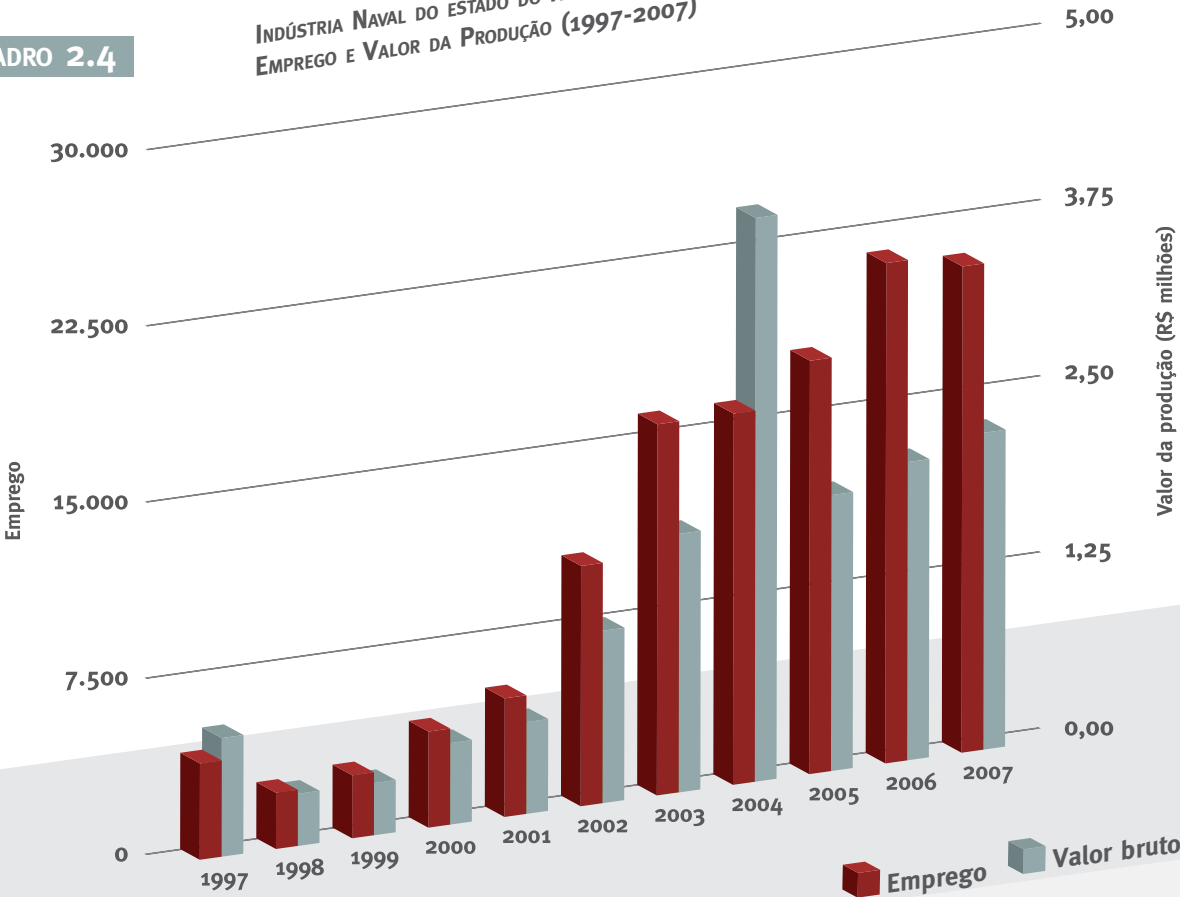


indústria naval

Três setores da indústria do estado do Rio de Janeiro tem se destacado: o naval, o petrolífero e o automobilístico. Na indústria naval, ocorreu um aumento real no valor da produção de 148% no período de 1997 a 2007, acompanhado pela criação de 16.541 empregos diretos, o que corresponde a um crescimento de 397% (Quadro 2.4). No período de 1999 a 2006, foram reabertos ou revitalizados vinte estaleiros em todo o estado do Rio de Janeiro⁷.

QUADRO 2.4

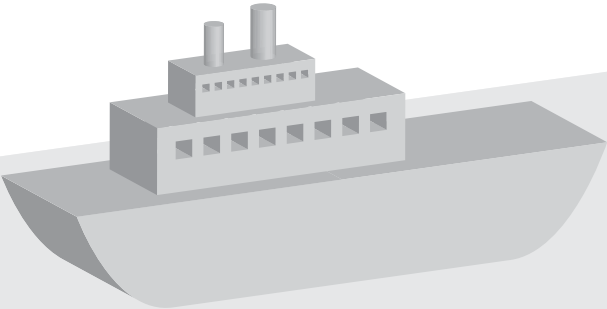
INDÚSTRIA NAVAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
EMPREGO E VALOR DA PRODUÇÃO (1997-2007)



INDÚSTRIA NAVAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMPREGO X VALOR DA PRODUÇÃO EM R\$ MILHÕES

ano	Emprego	Valor bruto
1997	4.165	0,89
1998	2.391	0,33
1999	2.688	0,30
2000	4.090	0,40
2001	5.059	0,49
2002	10.230	1,18
2003	15.875	1,99
2004	15.808	4,03
2005	17.610	2,06
2006	21.304	2,14
2007	20.706	2,22

Fonte: PIA/IBGE



7 - Parte deste crescimento está relacionada com uma política de incentivo fiscal a reparos navais e à construção de navios, implementada no estado do Rio de Janeiro.

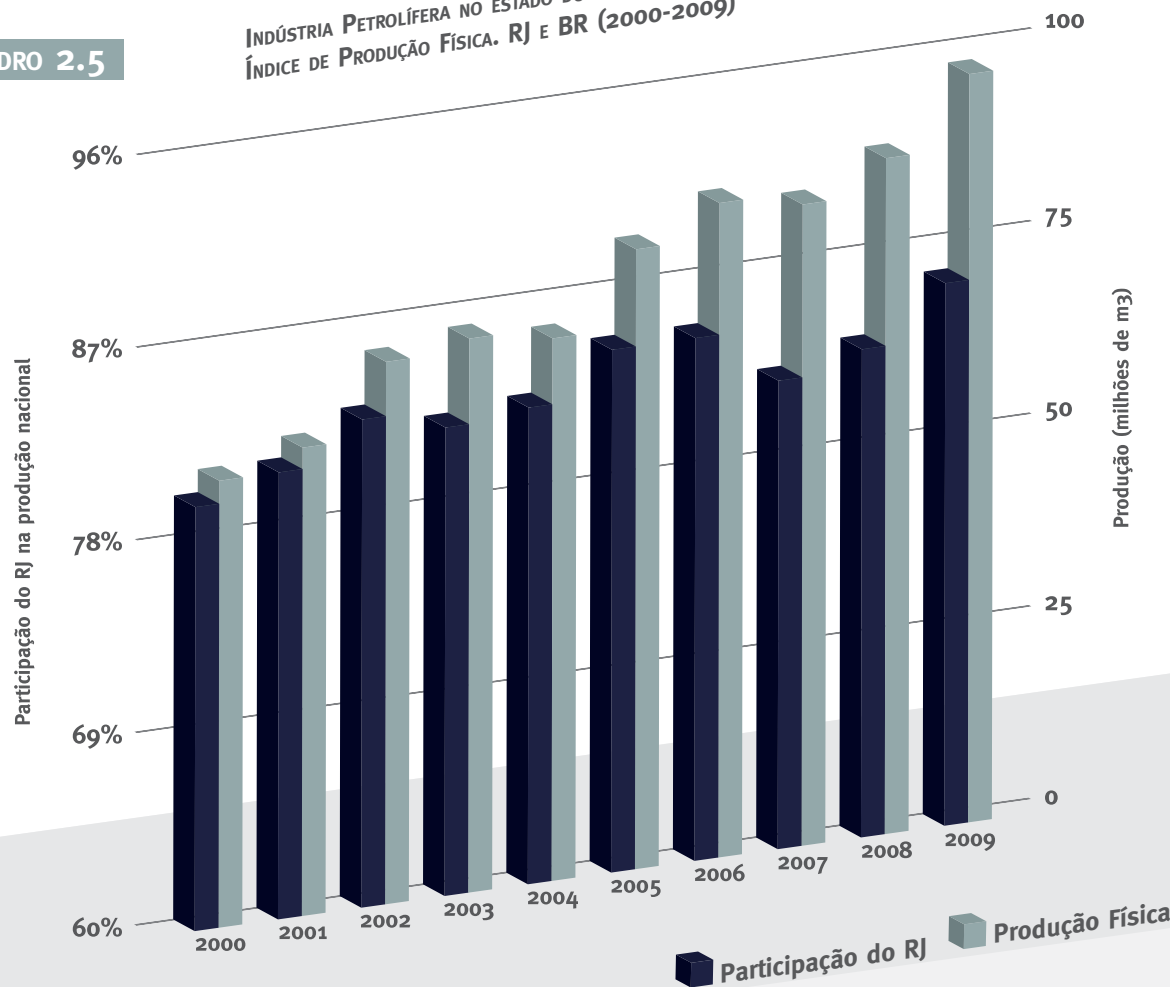
indústria petrolífera

No caso da indústria petrolífera, a produção se elevou de 57 milhões de metros cúbicos de petróleo⁸ em 2000 para 96 milhões de m³ em 2009 (Quadro 2.5). Isto representou um crescimento de 69%. Este avanço consolidou a posição fluminense como o maior produtor do país, cuja participação foi de 85% na produção nacional em 2009.

Acrescenta-se a isto, também, o fato de que as empresas acionistas do Polo Gás-Químico investiram cerca de US\$ 1,08 bilhão. Estão em andamento diversas obras que fazem parte da Modernização e Adequação do Perfil de Produção da Refinaria Duque de Caxias (REDUC). Além da nova Unidade de Coque e de obras de melhorias operacionais e de segurança, meio ambiente e saúde, estão em curso as obras de infraestrutura do Plangas e da Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina.

QUADRO 2.5

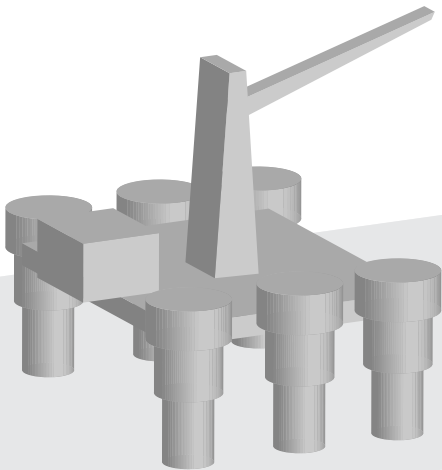
INDÚSTRIA PETROLÍFERA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA. RJ E BR (2000-2009)



INDÚSTRIA PETROLÍFERA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA. RJ E BR
PERCENTUAL X MILHÕES DE M³

ano	Participação do RJ	Produção física
2000	79,6	57,04
2001	80,6	60,49
2002	82,6	69,68
2003	81,7	70,95
2004	82,0	70,46
2005	84,2	79,78
2006	84,2	84,20
2007	81,6	82,82
2008	82,5	87,02
2009	85,0	96,22

FONTE: ANP



8 - Incluindo líquido de gás natural (LGN).

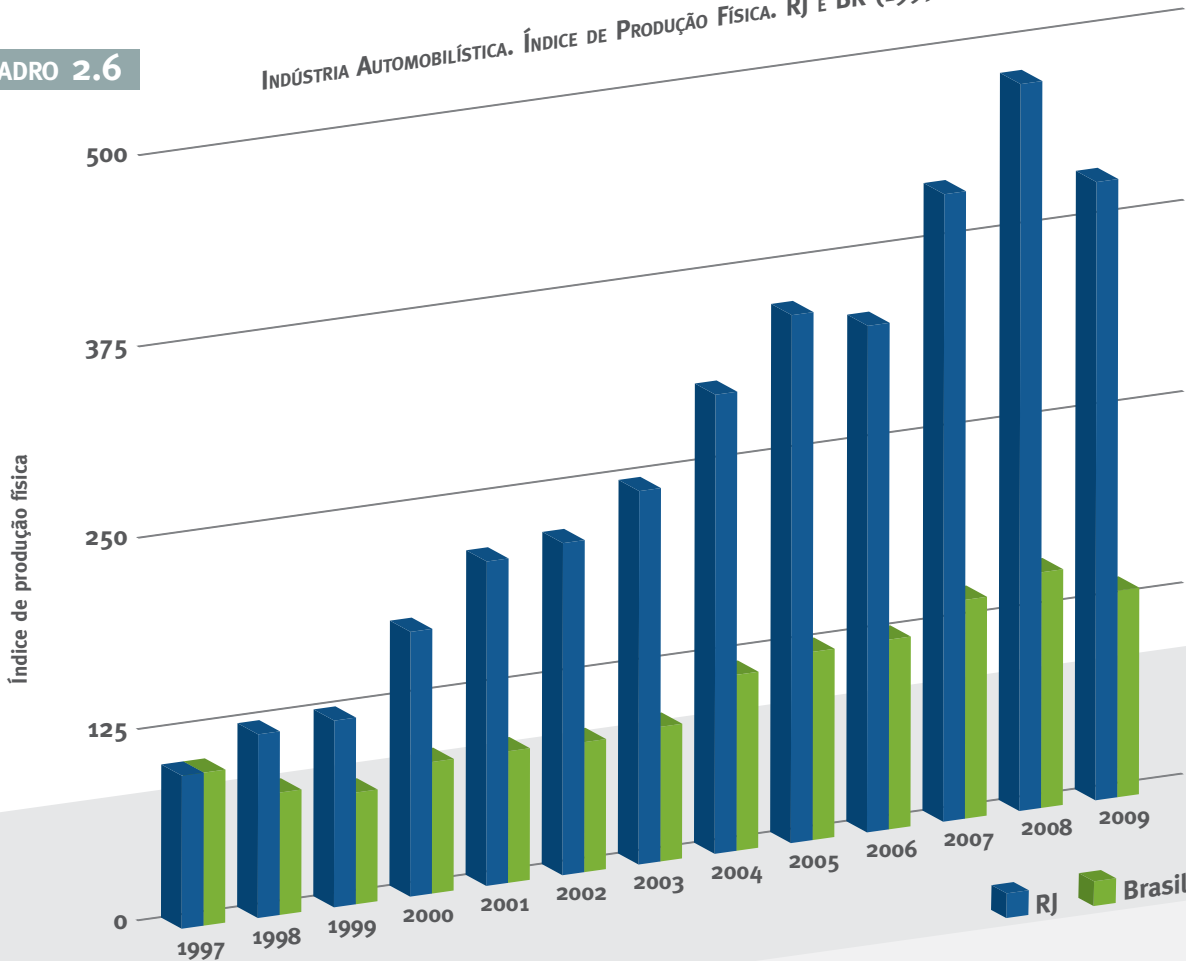


indústria automobilística

Finalmente, a indústria automobilística fluminense registrou crescimento consistente no período de 1997 a 2005, mostrando uma pequena queda em 2006 com posterior crescimento até 2008, seguido novamente de uma queda em 2009 (Quadro 2.6). O índice de produção física no setor, medido pelo IBGE, alcançou média de 405 em 2009, o que corresponde a um crescimento de 305%. O crescimento da indústria automobilística no Estado do Rio de Janeiro coincide com a instalação de unidades das empresas Volkswagen e Peugeot-Citroën. No mesmo período, o índice nacional enfrentou declínio até 1999 e, posteriormente, estagnação até 2003. Somente entre 2004 e 2009, foram verificados crescimentos significativos, o que resultou em um crescimento acumulado de apenas 36% na produção automobilística nacional desde 1997.

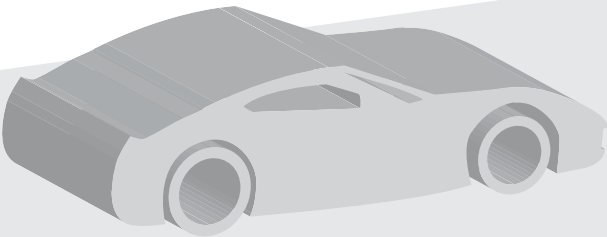
QUADRO 2.6

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA. ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA. RJ E BR (1997-2009)



INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA		
ano	RJ	Brasil
1997	100,00	100,00
1998	120,00	80,75
1999	122,95	73,28
2000	173,73	86,82
2001	212,70	86,85
2002	217,23	85,01
2003	244,16	88,66
2004	300,92	115,14
2005	345,90	123,02
2006	331,62	124,60
2007	410,47	143,30
2008	475,35	154,97
2009	404,93	135,80

FONTE: IBGE



3

Agricultura e Pecuária

Examinando os valores da produção agrícola para as lavouras temporária e permanente do estado do Rio de Janeiro e do Brasil é possível perceber que o setor agrícola do estado apresentou períodos

alternados de estagnação e queda ao longo dos doze anos analisados. Por outro lado, o Brasil como um todo mostrou um aumento significativo e contínuo da produção agrícola no mesmo período.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA



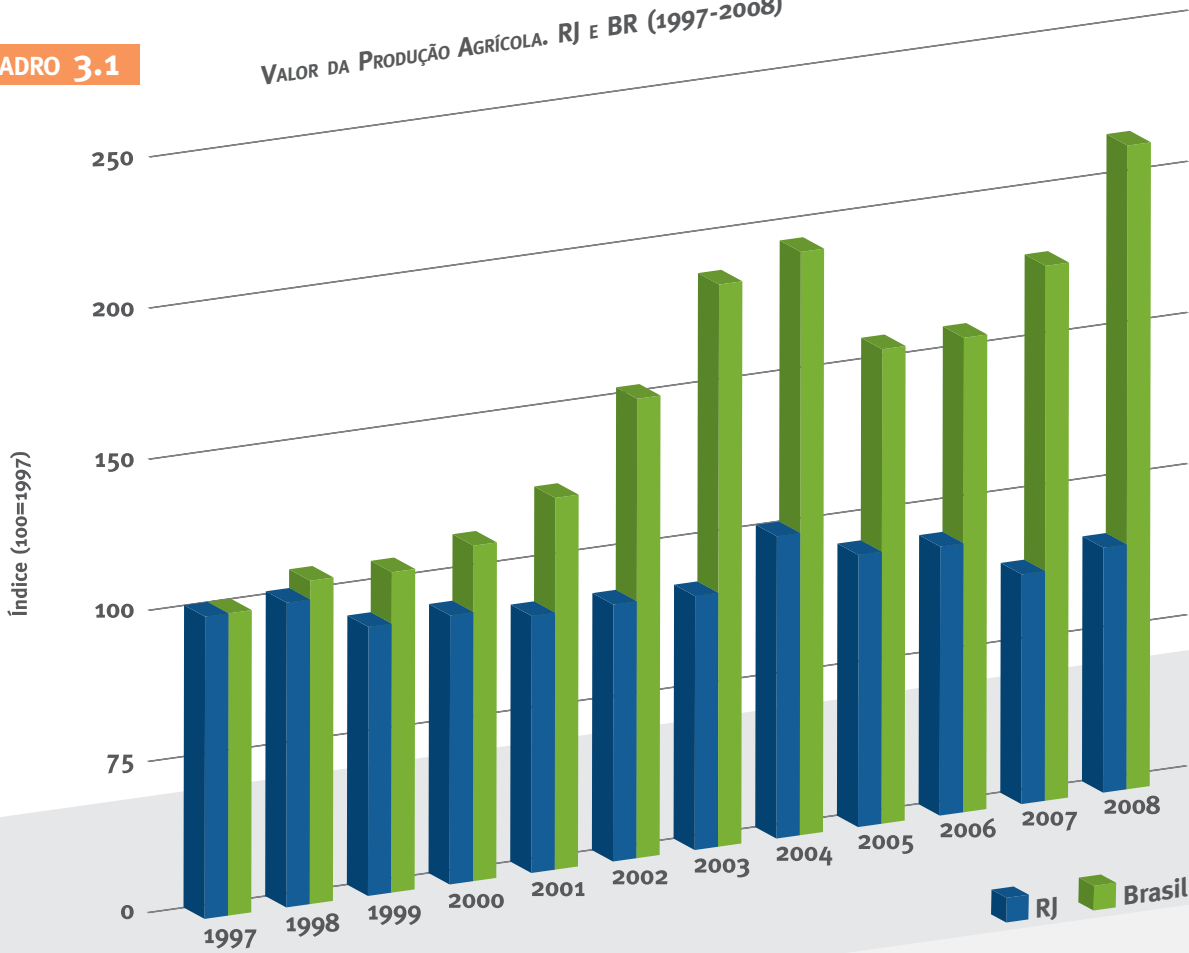
produção agrícola

O valor real da produção agrícola no estado do Rio de Janeiro, que em 1997 foi de R\$ 750 milhões, apresentou uma queda cumulativa de 18%, no período de 1997 a 2008 (Quadro 3.1). Comparativamente, neste mesmo período, a produção agrícola brasileira cresceu 114% (de R\$ 60,8 bilhões para R\$ 130,1 bilhões), em um movimento concentrado principalmente no período de 2000 a 2003 e 2006 a 2008. Este comportamento se deve às elevações tanto da produção total como dos preços recebidos pelos produtores.

Dados do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE) indicam que o valor da produção total do setor agropecuário cresceu 47,9%, no período de 1997 a 2004 (de R\$ 1,2 bilhões para R\$ 1,8 bilhões). Parte deste aumento parece estar relacionada com o desempenho favorável da pecuária leiteira em algumas regiões do Estado. Ressalta-se que o setor agropecuário representa menos de 1% do PIB do estado do Rio de Janeiro.

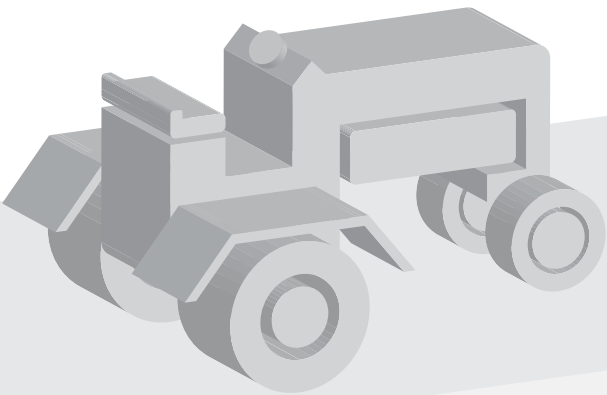
QUADRO 3.1

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA RJ E BR (1997-2008)



VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA		
ÍNDICE		
ano	RJ	Brasil
1997	100,00	100,00
1998	100,84	107,51
1999	89,86	106,43
2000	89,78	111,84
2001	85,55	123,89
2002	85,08	152,24
2003	84,81	186,66
2004	100,65	193,29
2005	90,24	157,12
2006	89,42	157,83
2007	76,62	177,93
2008	81,94	213,93

FONTE: PAM/IBGE



4

Social

Na área social, as taxas de pobreza e, especialmente, de indigência encontradas no estado do Rio de Janeiro, mostraram-se consistentemente inferiores às médias nacionais e com tendência de queda.

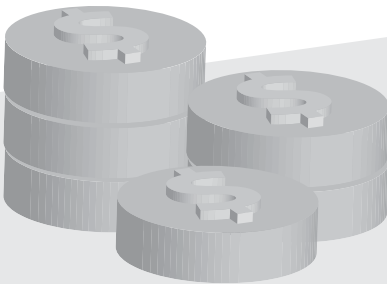
Apesar da diminuição destas diferenças nos anos de 2004 e 2005, os ciclos de comportamento das taxas de pobreza e de indigência no estado do Rio de Janeiro acompanharam aqueles observados no Brasil.

POBREZA
INDIGÊNCIA



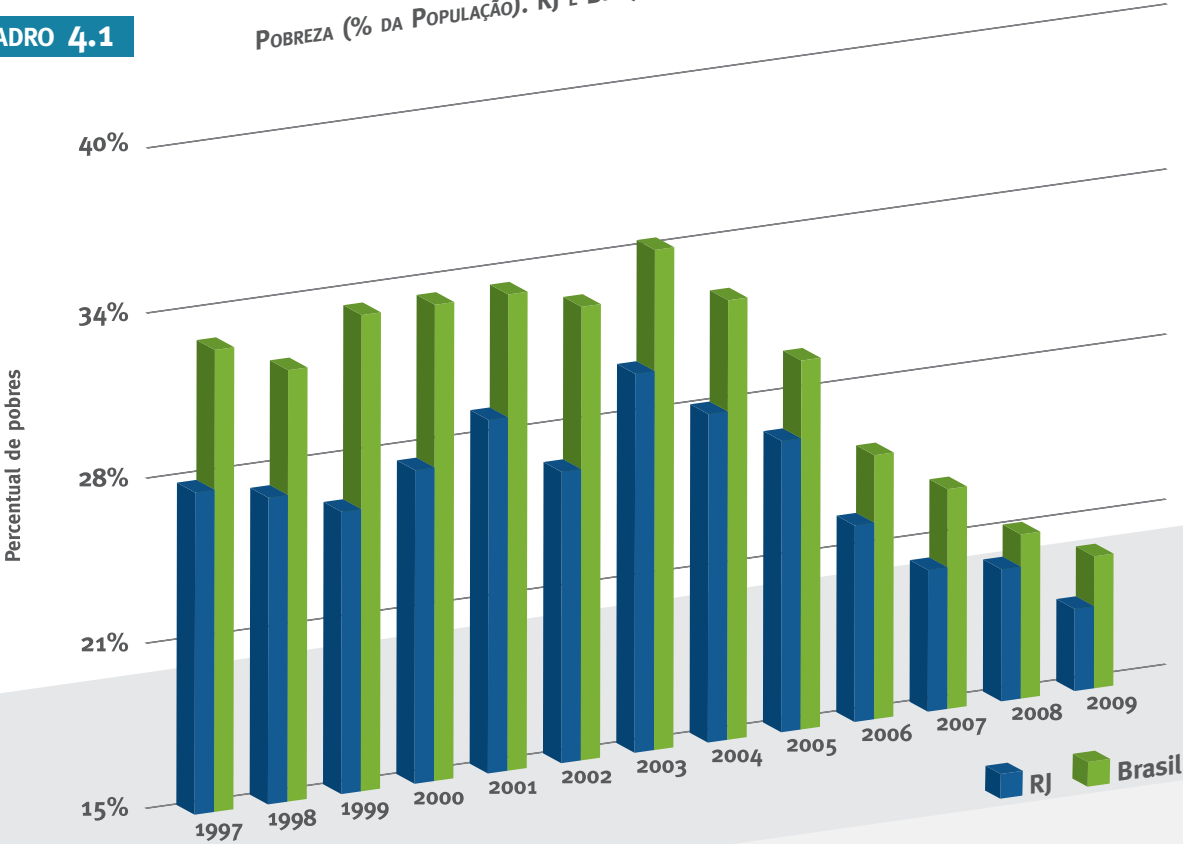
pobreza

Em 1997, os pobres⁹ compunham 27,2% da população total do estado do Rio de Janeiro, ao passo que, na média brasileira, eles representavam 32,2% da população total (Quadro 4.1). De 1997 a 2003, a situação da pobreza no Brasil foi de estabilidade, com pequenas variações dentro da faixa dos 25% a 28%. No estado do Rio de Janeiro, ocorreu uma tendência de aumento no índice (correlacionada com os movimentos da média nacional), que alcançou 29,4% em 2003. Isto corresponde a um aumento de 2 p.p.¹⁰, o que ainda manteve o nível de pobreza no Rio de Janeiro quase 4 p.p. abaixo da média nacional no mesmo ano. Finalmente, entre 2004 e 2009, registrou-se uma queda acentuada tanto no Brasil como no estado do Rio de Janeiro. No Brasil, esta queda foi de cerca de 14p.p., o que levou o índice de pobreza nacional para 19,9%. No estado do Rio de Janeiro, a queda foi menos acentuada, alcançando 11,6 p.p., o que corresponde a um índice de pobreza de 17,8% em 2009. Verifica-se que a redução acumulada do percentual de pobres no período considerado foi de 38% no Brasil, e de 34% no Rio de Janeiro.



QUADRO 4.1

POBREZA (% DA POPULAÇÃO). RJ E BR (1997-2009)



POBREZA PERCENTUAL DA POPULAÇÃO		
ano	RJ	Brasil
1997	27,22	32,28
1998	26,66	31,37
1999	25,58	32,93
2000	26,87	33,02
2001	28,16	33,12
2002	25,96	32,23
2003	29,43	33,96
2004	27,21	31,47
2005	26,01	28,82
2006	22,06	24,87
2007	20,11	23,26
2008	19,67	21,01
2009	17,81	19,96

FONTE: PNAD/IBGE

9 - De acordo com a linha de pobreza definida em Rocha (1997).

10 - A notação "p.p." significa "pontos percentuais".

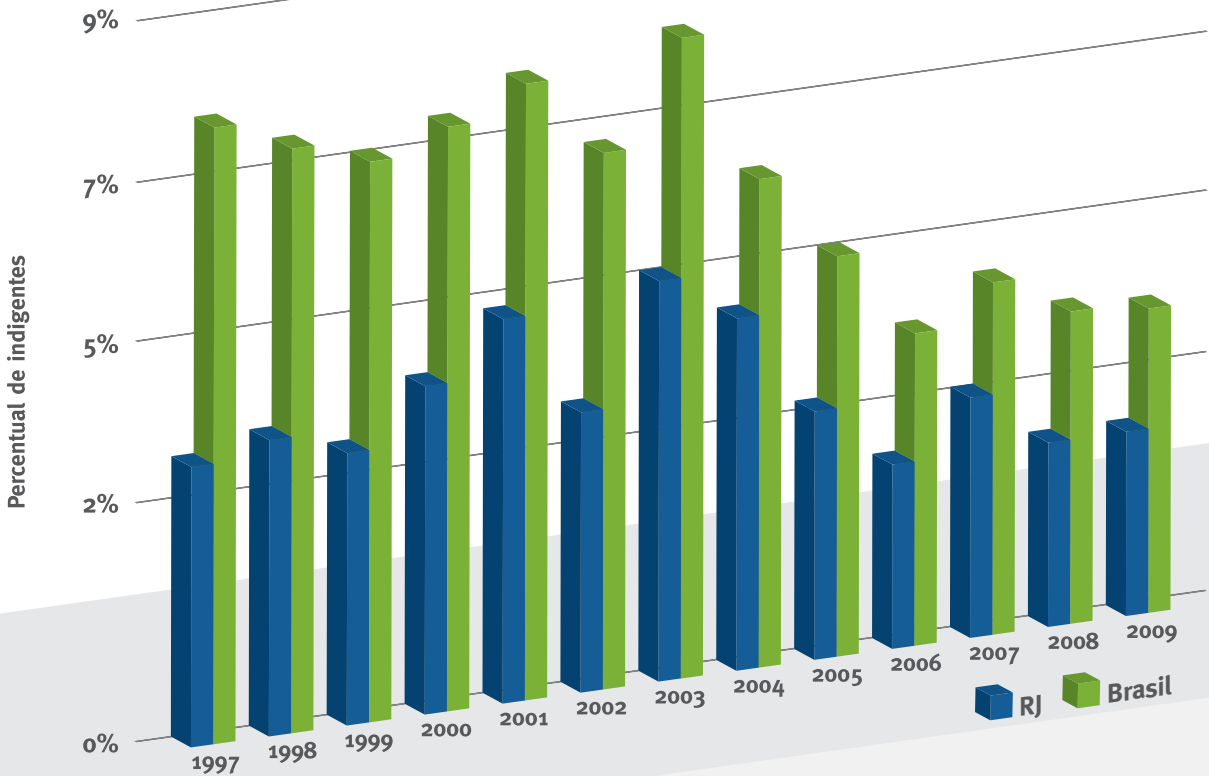


indigência

Os indicadores de indigência¹¹ apresentam comportamento semelhante ao dos indicadores de pobreza (Quadro 4.2). No ano de 1997, o percentual de indigentes era de 7,7% no Brasil e de 3,5% no estado do Rio de Janeiro. No Brasil, esse patamar não se alterou significativamente ao longo dos sete anos seguintes, enquanto no estado do Rio de Janeiro verificou-se novamente tendência de alta, com o índice alcançando 5% em 2003. Esta elevação se reverteu a partir de 2004. O período de 2004 a 2009 apresentou reduções cumulativas de 46% para o estado e 37% para o Brasil. Vale notar que, até 2003, o estado do Rio de Janeiro era o estado da Região Sudeste com os mais baixos níveis de indigência, em média 1,2 p.p. abaixo do Espírito Santo e 1,0 p.p. abaixo de Minas Gerais.

QUADRO 4.2

INDIGÊNCIA (% DA POPULAÇÃO). RJ E BR (1997-2009)



INDIGÊNCIA PERCENTUAL DA POPULAÇÃO		
ano	RJ	Brasil
1997	3,53	7,73
1998	3,72	7,32
1999	3,42	7,00
2000	4,14	7,39
2001	4,86	7,77
2002	3,54	6,78
2003	5,09	8,07
2004	4,43	6,19
2005	3,10	5,04
2006	2,37	3,96
2007	3,01	4,46
2008	2,37	3,93
2009	2,38	3,88

FONTE: PNAD/IBGE



11 - Definidos pelo critério também apresentado em Rocha (1997).

5

Educação

Os indicadores na área de educação analisados durante o período de 1997 a 2009, tais como, analfabetismo, escolaridade média da população, número de professores, entre outros, apontam para uma *performance* relativamente superior do estado do Rio de Janeiro em relação ao Brasil.

ANALFABETISMO
ESCOLARIDADE
ENSINO BÁSICO
ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR

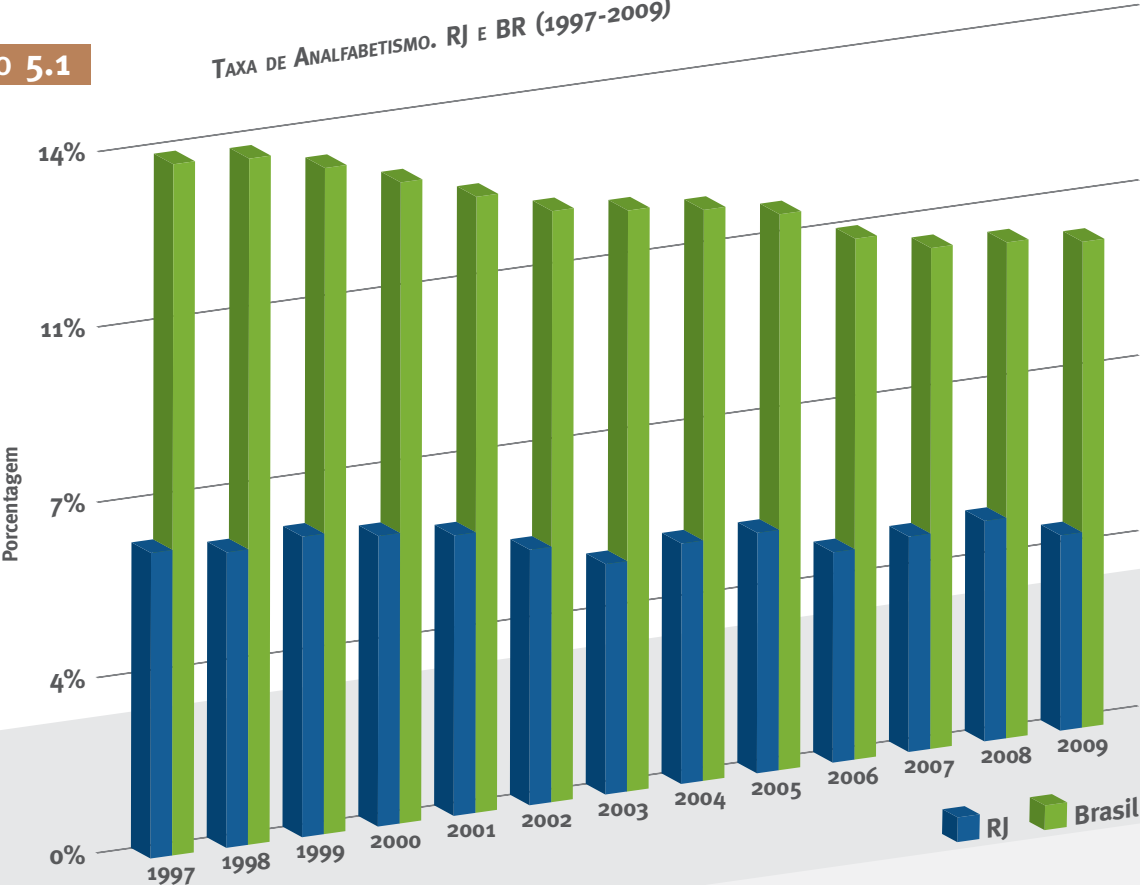


analfabetismo

Em 1997, 13,8% dos brasileiros com 15 anos de idade ou mais eram analfabetos, o que corresponde a aproximadamente 22 milhões de indivíduos. Já no estado do Rio de Janeiro, esta porcentagem era de 6,1%, ou aproximadamente 825 mil indivíduos (Quadro 5.1). Nos anos seguintes, houve progressos incrementais no sentido de reduzir o analfabetismo tanto no estado do Rio de Janeiro como em todo o Brasil. No entanto, o indicador fluminense manteve-se a uma distância praticamente constante, a uma média de 6,6 p.p. abaixo do nacional. Em 2009, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 9,7%, ante 3,9% no estado do Rio de Janeiro. Em termos percentuais, as reduções cumulativas verificadas na taxa de analfabetismo foram de 35% no estado do Rio de Janeiro e 30% no Brasil.

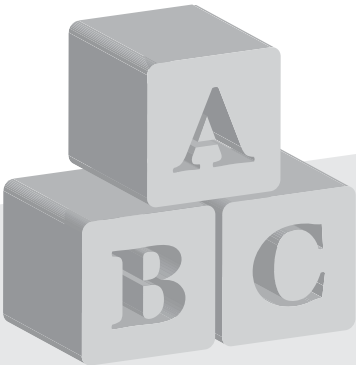
QUADRO 5.1

TAXA DE ANALFABETISMO. RJ E BR (1997-2009)



TAXA DE ANALFABETISMO PERCENTUAL		
ano	RJ	Brasil
1997	6,12	13,85
1998	5,93	13,78
1999	6,02	13,33
2000	5,83	12,85
2001	5,64	12,38
2002	5,15	11,87
2003	4,67	11,60
2004	4,87	11,45
2005	4,88	11,13
2006	4,25	10,47
2007	4,39	10,09
2008	4,44	9,96
2009	3,97	9,70

FONTE: PNAD/IBGE



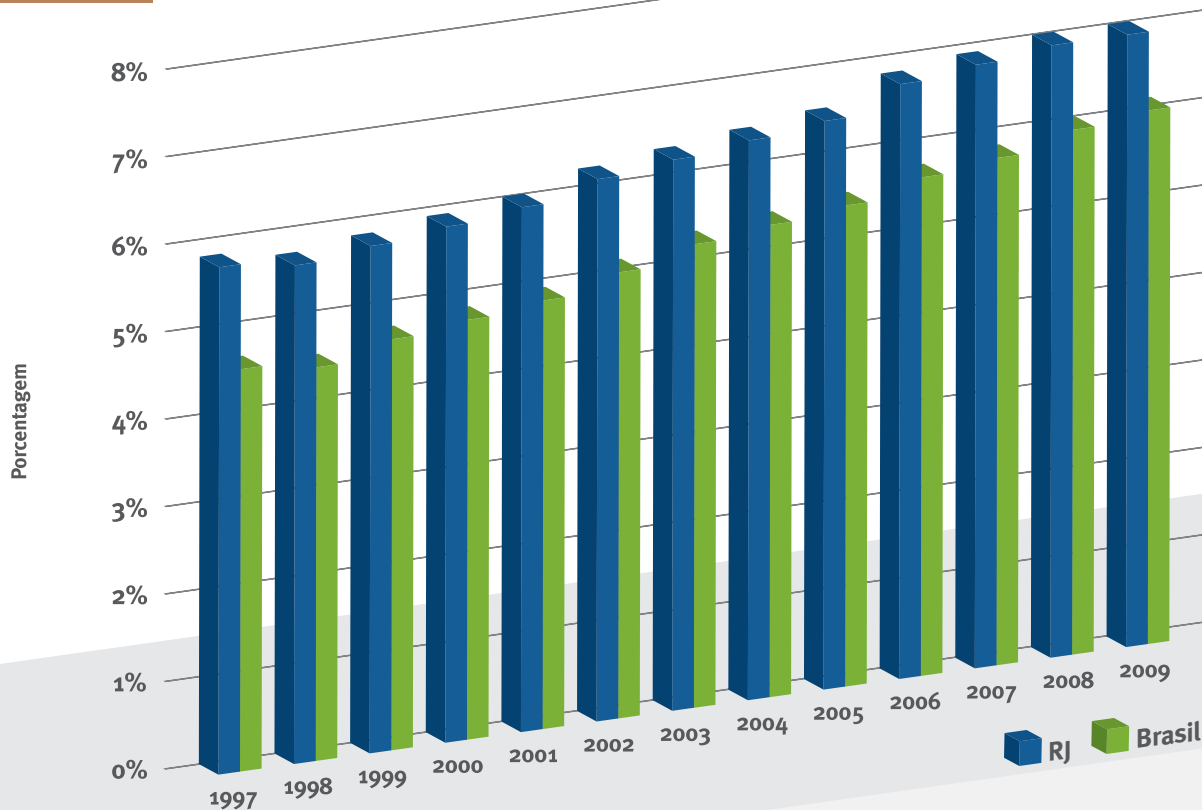


escolaridade

O progresso no que se refere à evolução da escolaridade média¹² foi similar à evolução do analfabetismo. Em 1997, a escolaridade média registrada foi de 5,8 anos de estudo no estado do Rio de Janeiro, ante 4,6 anos no Brasil (Quadro 5.2). Em 2009, estes valores haviam crescido para 7 anos de estudo no estado do Rio de Janeiro e 6,1 anos no Brasil. Estes números mostram que a escolaridade média evoluiu de maneira similar no estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Entretanto, ao longo do período 1997-2009, a média de escolaridade dos fluminenses foi cerca de 1,1 ano maior do que a média nacional.

QUADRO 5.2

ESCOLARIDADE MÉDIA (ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO TOTAL). RJ E BR (1997-2009)



ESCOLARIDADE MÉDIA ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO TOTAL PERCENTUAL		
ano	RJ	Brasil
1997	5,83	4,64
1998	5,71	4,57
1999	5,81	4,71
2000	5,89	4,84
2001	5,97	4,97
2002	6,21	5,15
2003	6,35	5,31
2004	6,46	5,40
2005	6,56	5,54
2006	6,82	5,73
2007	6,89	5,84
2008	7,02	6,01
2009	7,06	6,13

Fonte: PNAD/IBGE



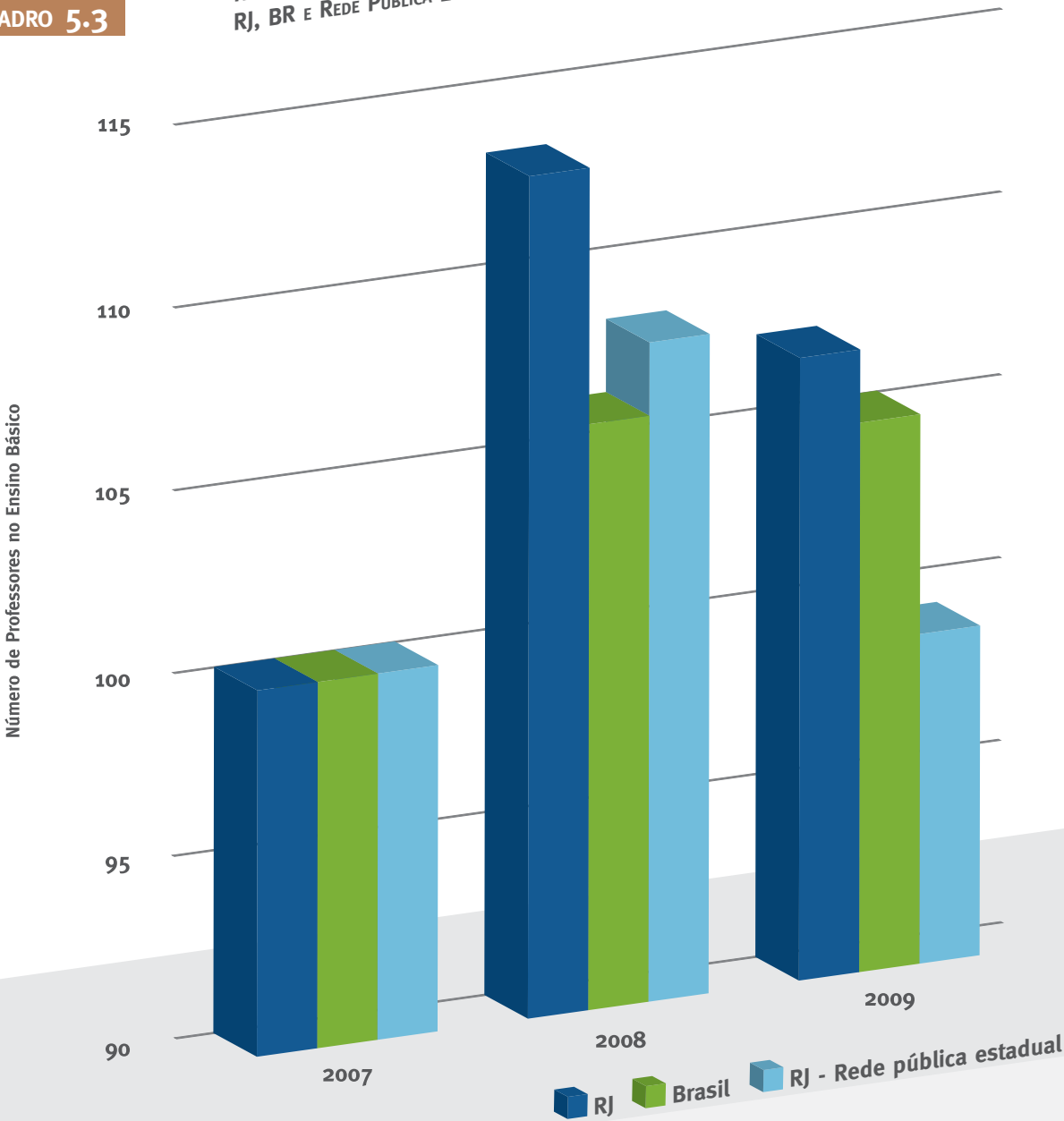
12 - Variável calculada para a população total sem restrições de idade, de modo a permitir uma avaliação das políticas educacionais em todas as faixas etárias.



ensino básico

QUADRO 5.3

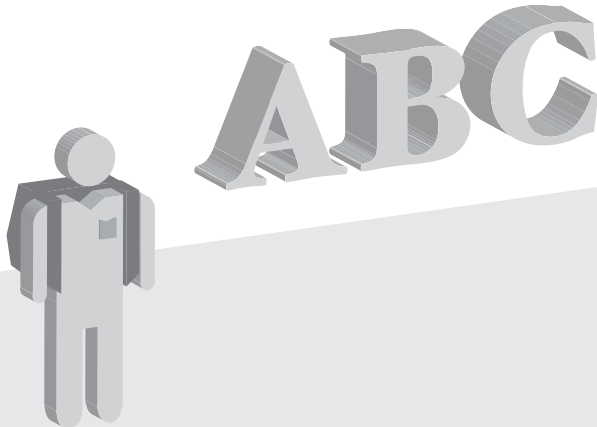
NÚMERO DE PROFESSORES NO ENSINO BÁSICO. RJ, BR E REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RJ (2007-2009)



NÚMERO DE PROFESSORES NO ENSINO BÁSICO

ano	RJ	Brasil	RJ - rede pública estadual
2007	100	100	100
2008	113	106	108
2009	107	105	99

Fonte: INEP/MEC



Em 2007, havia no estado do Rio de Janeiro um total de 3,8 milhões de matrículas e 133,5 mil professores no Ensino Básico¹³, resultando em uma proporção de 29,1 alunos por professor, enquanto o total brasileiro era de 53,02 milhões de alunos e 1,88 milhões de docentes, perfazendo 28,16 alunos por professor. A evolução para o Brasil nos dois anos que se seguiram foi de aumento e depois estagnação no total de docentes. Já para o Rio de Janeiro, observou-se um aumento de 12,7%, de 2007 para 2008, e uma queda de 5% de 2008 para 2009. Em 2009, os números foram de 4 milhões de matrículas e 143 mil professores no estado do Rio de Janeiro, de um total de 52,5 milhões de alunos e 1,9 milhões de docentes no Brasil. Isto corresponde a 27,98 alunos por professor no estado do Rio de Janeiro contra uma média nacional de 26,58. Vale ressaltar, nesses resultados, a participação da rede pública estadual de ensino, que em 2007 contava com 1,3 milhão de alunos e 40,1 mil professores, e em 2009 alcançou 1,28 milhão de matrículas e 39,7 mil professores, o que corresponde, respectivamente, a variações negativas de 4,4% e 1,2%.

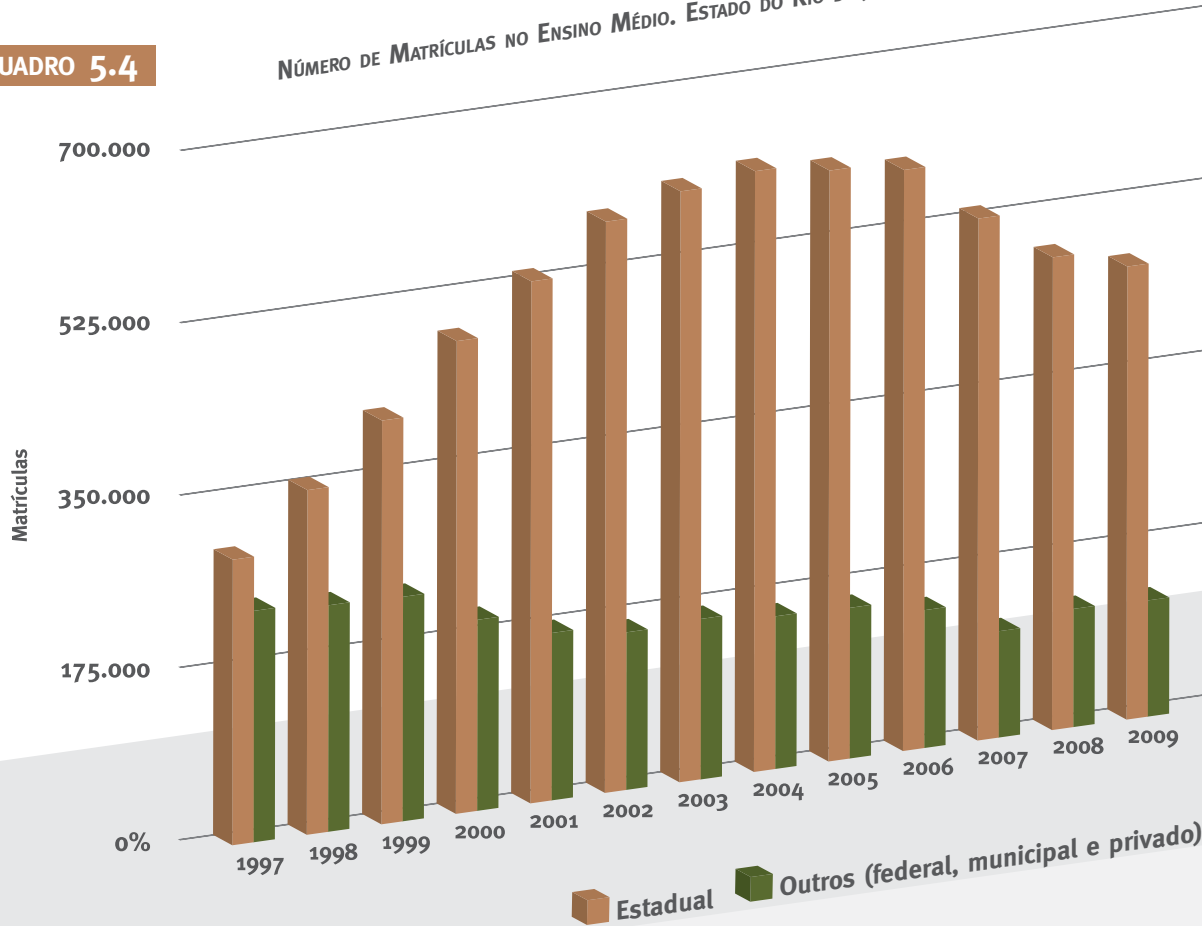


ensino médio

Destacando o Ensino Médio¹⁴, a rede pública estadual contava, em 1997, com 290 mil matrículas, enquanto nas demais esferas administrativas somadas havia 235 mil matrículas (Quadro 5.4). No período de 1997 a 2004, a rede estadual expandiu acentuadamente o seu número de alunos, chegando em 2004 com 615 mil matrículas (crescimento de 112%). A partir de 2005, o número de matrículas na rede estadual começou a apresentar declínio com uma queda no período de 2004 a 2009 de 25%. As demais esferas administrativas reduziram o número de matrículas, tendo em 2009 um total de 118,8 mil alunos (redução de 49,5%).

QUADRO 5.4

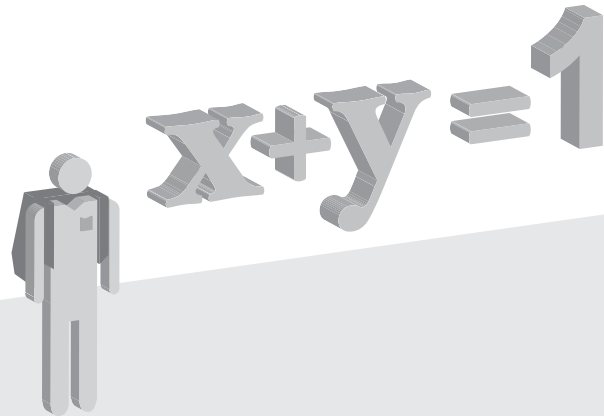
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO. ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1997-2009)



NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ano	Estadual	Outros (federal, municipal e privado)
1997	290.318	235.476
1998	352.780	230.741
1999	412.486	228.822
2000	480.428	194.941
2001	535.690	171.796
2002	583.347	162.887
2003	600.641	163.176
2004	615.090	155.568
2005	606.073	153.752
2006	591.754	140.000
2007	534.514	108.255
2008	483.704	122.127
2009	460.777	118.867

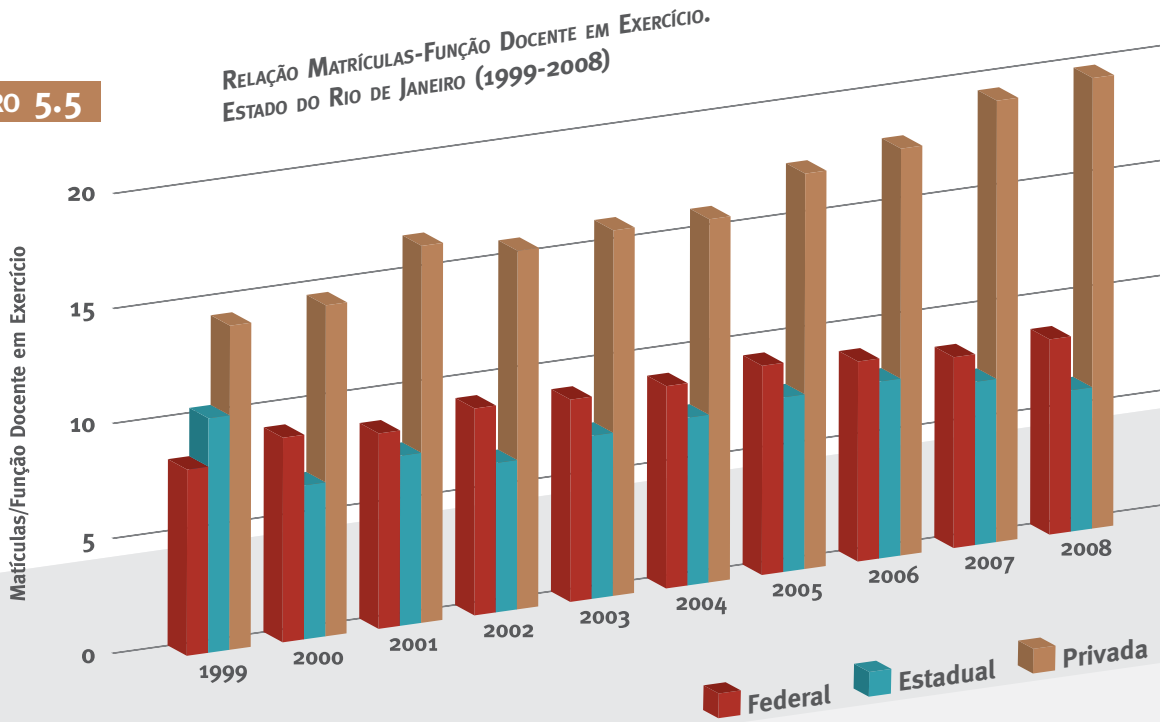
FONTE: INEP/MEC



14 - As informações sobre matrículas no ensino médio não incluem as matrículas na educação profissional (ensino técnico) que apresentaram crescimento de 2,85% no período 2001/2009, passando de 59.977 matrículas em 2001 para 75.095 em 2009.



QUADRO 5.5



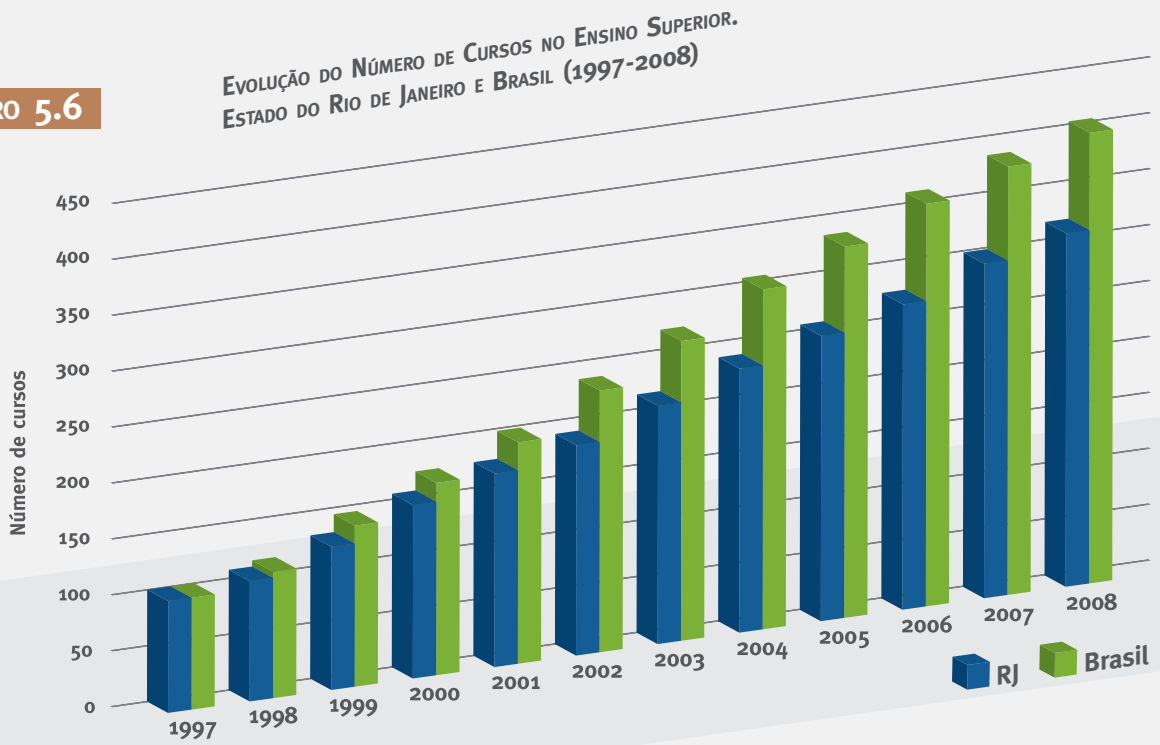
RELAÇÃO MATRÍCULAS-FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MATRÍCULAS / FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO

ano	Federal	Estadual	Privada
1999	8,10	10,20	14,10
2000	8,90	6,70	14,40
2001	8,58	7,47	16,42
2002	9,00	6,50	15,60
2003	8,80	7,10	15,90
2004	8,80	7,30	15,80
2005	9,10	7,60	17,20
2006	8,70	7,70	17,70
2007	8,30	7,10	19,20
2008	8,49	6,15	19,60

FONTE: INEP/MEC



QUADRO 5.6



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS NO ENSINO SUPERIOR
NÚMERO DE CURSOS

ano	RJ	Brasil
1997	100,00	100,00
1998	107,50	113,34
1999	128,23	144,78
2000	155,18	172,62
2001	173,68	198,22
2002	188,04	234,82
2003	213,56	268,31
2004	236,84	304,04
2005	255,66	332,80
2006	273,21	360,42
2007	299,20	383,04
2008	316,27	403,11

FONTE: INEP/MEC

ensino superior

No âmbito do Ensino Superior, a análise é dificultada pela ausência de informações consolidadas para o Brasil anteriores a 2000-2001. De 2000 a 2007, o total de matrículas no Brasil aumentou 81%, passando de 2,7 milhões para 4,8 milhões de matrículas. No mesmo período, o aumento no estado do Rio de Janeiro foi de 65,7%, passando de 296 mil para 490 mil matrículas. Em relação ao número de docentes, o crescimento no período de 2001 a 2004 foi, no Brasil, de 33,3% (de 219,9 mil para 293,2 mil professores) e, no Estado do Rio de Janeiro, de 23,0% (de 27,6 mil para 34,0 mil professores).

Considerando as diferentes categorias administrativas do ensino superior no estado do Rio de Janeiro, observa-se que o número de professores do ensino superior público não-estadual¹⁵ se manteve estagnado de 1999 a 2008 (cerca de 7.400 professores), enquanto o número de matrículas cresceu 16,7% (de 59,7 mil para 69,7 mil alunos) (Quadro 5.5). No ensino privado, o número de docentes cresceu 60% no mesmo período, (de 13,0 mil para 20,8 mil professores), mas o aumento na quantidade de matrículas foi de 122% (de 184,1 mil para 408,9 mil). Na rede estadual de ensino superior, o número de matrículas manteve-se praticamente estável na faixa de 20,5 mil alunos, enquanto o número de docentes cresceu 70% (de 2 mil para 3,4 mil professores). Como resultado, a proporção alunos/professor na rede estadual diminuiu de 10,2 para 6,15 nestes dez anos, enquanto na rede privada cresceu de 14,10 para 19,6, e, no ensino superior público não-estadual, de 8,1 para 8,5.

Note-se que estes dados do ensino superior, provenientes do sistema EDUDATA, não incluem institutos de ensino superior da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Levando em consideração o ensino médio e o ensino superior, a FAETEC contabilizou 394.163 matrículas em 2005, ante 62.470 matrículas em 1999. Isto representou um crescimento de 531% nas matrículas da educação profissionalizante no estado do Rio de Janeiro.

Os dados acima também não contemplam o desenvolvimento do ensino a distância no estado do Rio de Janeiro. Destaca-se neste âmbito o Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro(Cederj), cujos cursos de graduação contaram com um total de 3.268 alunos em 2006, ante 160 matrículas em 2001. Isto representou um crescimento de 1.942,5% no número de matrículas do Cederj neste período.

Quando considerada a evolução do número de cursos oferecidos no ensino superior, percebe-se um aumento significativo tanto para o Brasil como para o estado do Rio de Janeiro. No período analisado, verificou-se um crescimento do número de cursos de 303% para o Brasil e de 216% para o Rio de Janeiro.

15 - Principalmente federal. O ensino público municipal teve participação nula em 2000 e 2001, e desprezível nos anos restantes.



6

Saúde

Para a saúde, cabe destacar a queda constante dos índices de mortalidade infantil, consistentemente inferiores à média nacional durante todos os anos analisados.

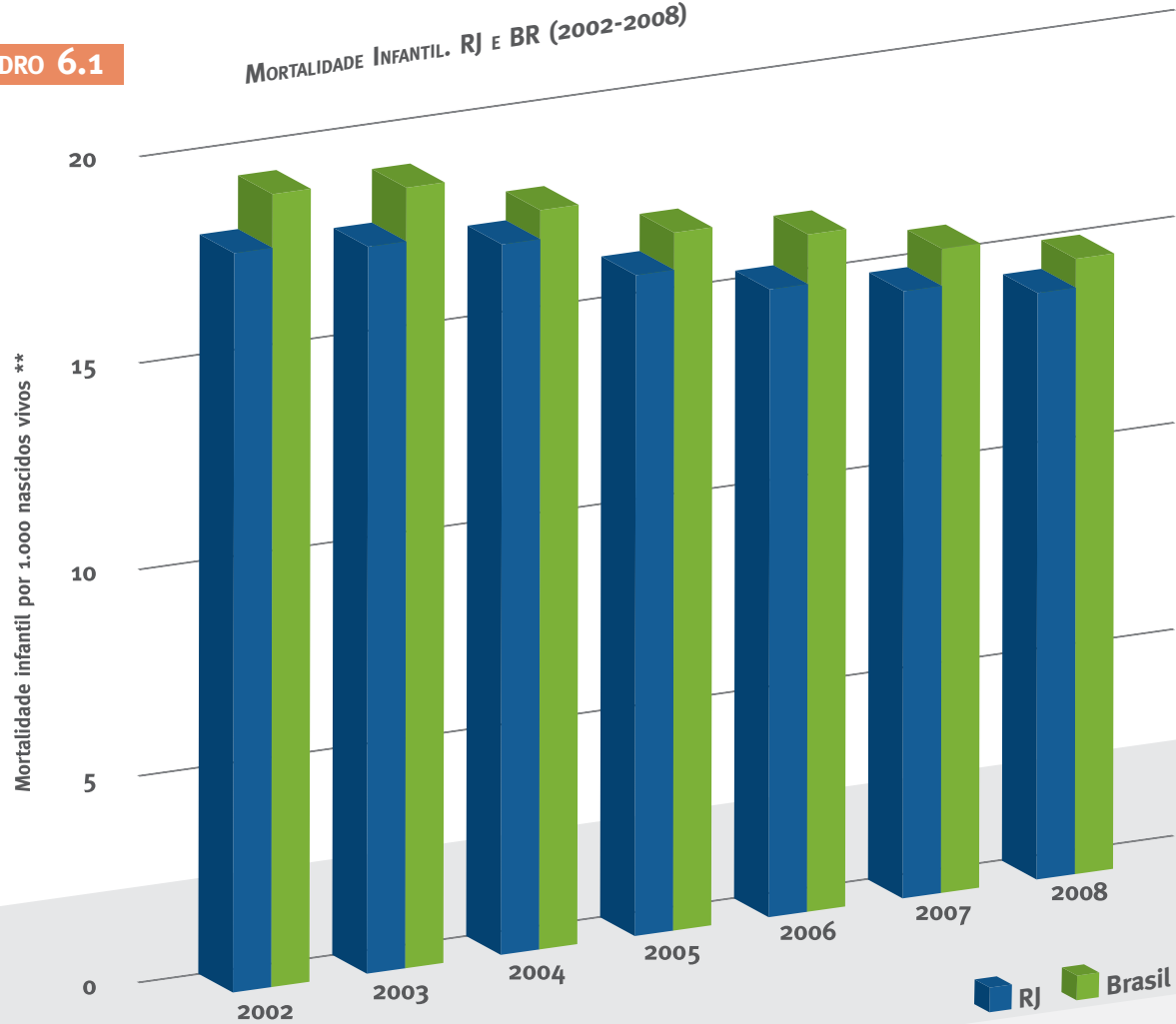
MORTALIDADE INFANTIL



mortalidade infantil

QUADRO 6.1

MORTALIDADE INFANTIL. RJ E BR (2002-2008)



MORTALIDADE INFANTIL		
VALORES POR 1.000 NASCIDOS VIVOS		
ano	RJ	Brasil
2002	17,94	19,26
2003	17,66	18,94
2004	17,24	17,90
2005	16,01	16,98
2006	15,29	16,41
2007	14,78	15,69
2008	14,22	14,96

Fonte: DATASUS

**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC

Em 2002, a mortalidade infantil¹⁶ no Brasil foi de 19,26 óbitos por mil nascimentos, decrescendo constantemente a uma taxa média de 4% ao ano, até alcançar um índice de 14,96 em 2008 (Quadro 6.1). No estado do Rio de Janeiro, a tendência foi similarmente de queda constante, partindo do patamar de 17,94 óbitos por mil nascimentos em 2002 e decrescendo para 14,22 em 2008. Isto configura reduções cumulativas de 22% no Brasil e de 21% no estado do Rio de Janeiro. Em relação aos outros estados da Região Sudeste, o estado do Rio de Janeiro tem taxa de mortalidade infantil inferior à de Minas Gerais e superior às do Espírito Santo e de São Paulo. Apesar disso, o estado do Rio de Janeiro tem obtido uma boa performance na redução deste índice. No período de 2002 a 2008, o estado do Rio de Janeiro obteve a maior redução entre os estados do sudeste, com 20,7% de decréscimo. Em Minas Gerais, registrou-se redução de 19%, em São Paulo de 17% e, no Espírito Santo, de 9%.

No que se refere à cobertura da vacinação, a situação no estado do Rio de Janeiro é equiparável àquela verificada no Brasil como um todo. Os índices de cobertura se mantiveram praticamente constantes no período de 2000 a 2009. No que se refere aos leitos hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), o estado do Rio de Janeiro tem o maior número de leitos por mil habitantes na Região Sudeste.



16 - Definida como a taxa de mortalidade na faixa etária até 1 ano de idade.

7

Habitação e Infraestrutura

A qualidade da habitação no que concerne ao tipo de construção também tem evoluído no estado do Rio de Janeiro acima da média nacional. A cobertura para o acesso

à energia elétrica, água tratada, telefone, coleta de esgoto, coleta de lixo e mesmo à *internet* tem sido mais rápida no estado do Rio de Janeiro do que no Brasil como um todo.

TIPO DE HABITAÇÃO
ENERGIA ELÉTRICA
TELEFONIA
ACESSO À INTERNET

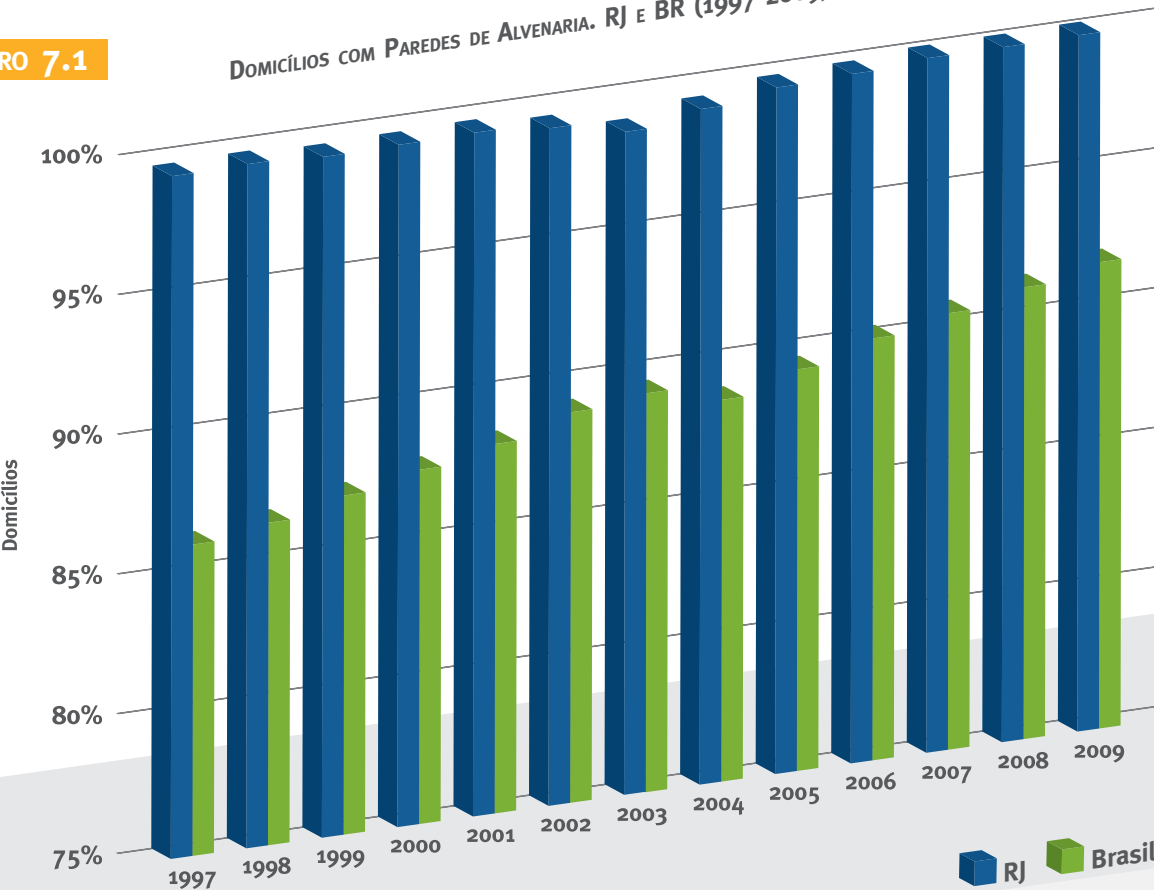


tipo de habitação

Quase todos os domicílios fluminenses têm paredes predominantemente de alvenaria. O número ficou praticamente estável, de 99,1% em 1997 para 99,6% em 2009 (Quadro 7.1). Neste quesito, a média nacional não mostra tendência a se equiparar, tendo crescido de 85,9% em 1997 para 91,4% em 2009. Este indicador mostra que a qualidade das habitações no estado do Rio de Janeiro é superior à média nacional.

QUADRO 7.1

DOMICÍLIOS COM PAREDES DE ALVENARIA. RJ E BR (1997-2009)



DOMICÍLIOS COM PAREDES DE ALVENARIA
PERCENTUAL

ano	RJ	Brasil
1997	99,15	85,86
1998	99,20	86,26
1999	99,08	86,85
2000	99,13	87,40
2001	99,18	87,94
2002	98,96	88,69
2003	98,44	88,99
2004	98,89	88,38
2005	99,28	89,09
2006	99,39	89,82
2007	99,57	90,34
2008	99,59	90,89
2009	99,63	91,40

Fonte: PNAD/IBGE



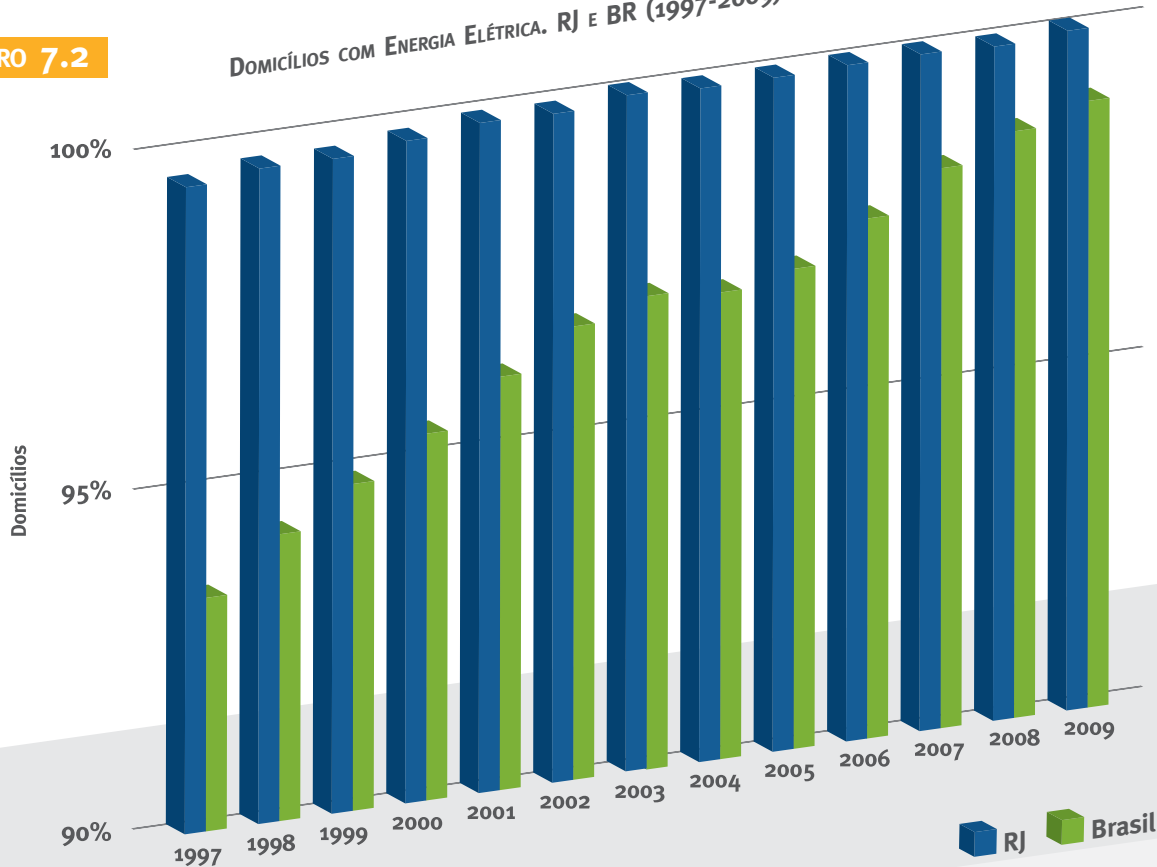


energia elétrica

Os domicílios fluminenses já estão em situação bem próxima da cobertura total no fornecimento de energia elétrica desde 1997, com índices de 99,5% naquele ano e crescendo até 99,97% em 2009 (Quadro 7.2). A situação do Brasil tende a se equiparar, ou seja, de 93,3% domicílios em 1997, o índice nacional cresceu rapidamente atingindo 98,9% em 2009.

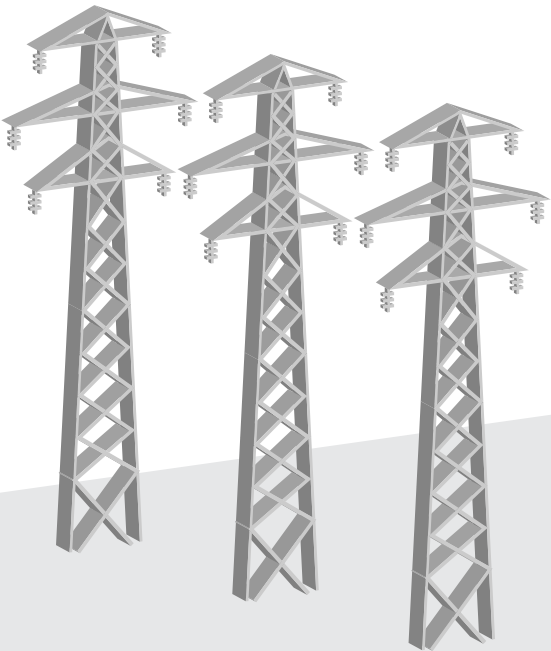
QUADRO 7.2

DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA. RJ E BR (1997-2009)



DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA PERCENTUAL		
ano	RJ	Brasil
1997	99,51	93,35
1998	99,63	94,19
1999	99,62	94,76
2000	99,74	95,39
2001	99,85	96,01
2002	99,84	96,65
2003	99,84	96,98
2004	99,94	96,83
2005	99,91	97,17
2006	99,91	97,68
2007	99,95	97,68
2008	99,95	98,20
2009	99,92	98,61

FONTE: PNAD/IBGE



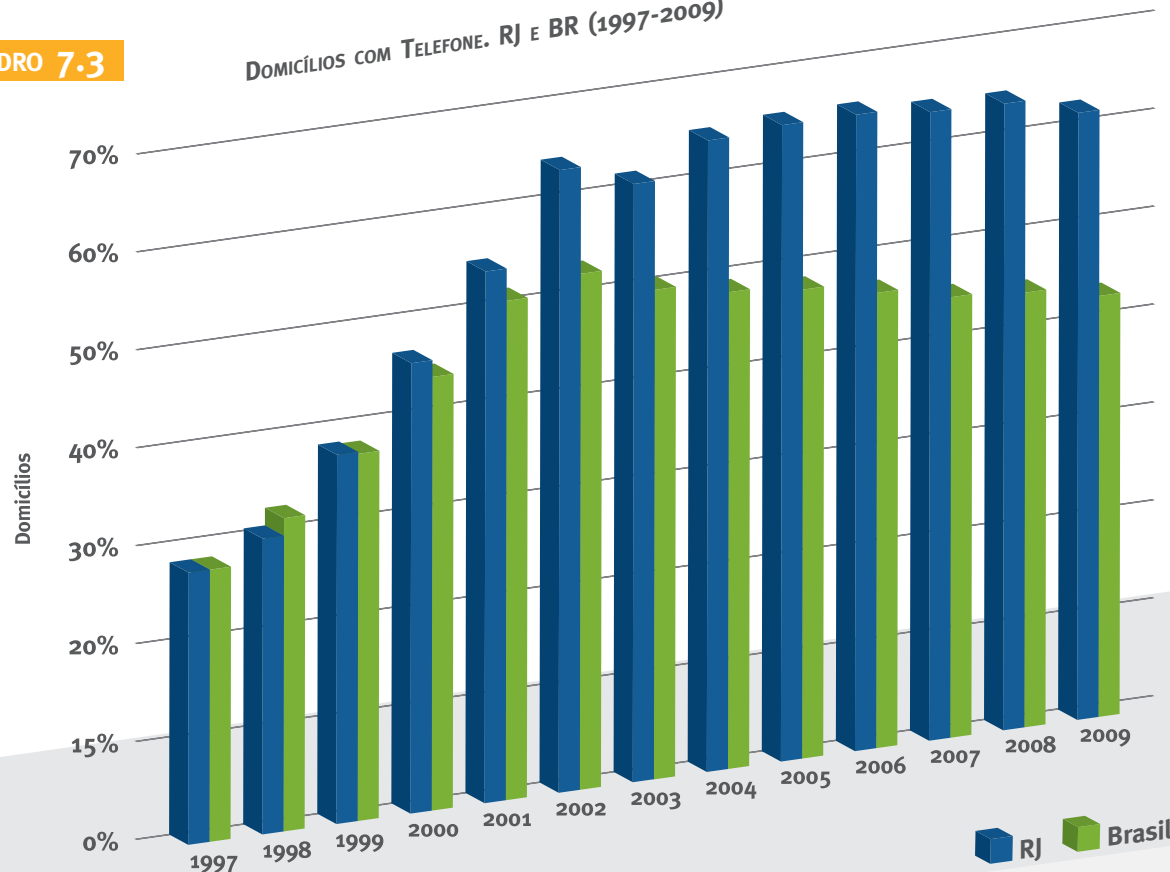


telefonia

Dos itens analisados nesta seção, o percentual de domicílios com telefone obteve o crescimento mais expressivo. De percentuais praticamente idênticos em 1997, ou seja, 27,84% no estado do Rio de Janeiro contra 27,88% na média nacional, os índices se expandiram com rapidez até 2001 (Quadro 7.3). Em 2002, a expansão no estado do Rio de Janeiro continuou, ao passo que o índice brasileiro, nesse mesmo ano, começou a dar sinais de estabilização. No período de 2003 a 2009, houve estabilidade no estado do Rio de Janeiro, que chegou em 2009 com 62% de seus domicílios com telefone, e de um leve declínio na média nacional, que teve índice de 43% no mesmo ano. Para o período de 1997 a 2009, o crescimento da cobertura de telefones nos domicílios do estado do Rio de Janeiro foi de 123%, enquanto no Brasil foi de 54,5%.

QUADRO 7.3

DOMICÍLIOS COM TELEFONE. RJ E BR (1997-2009)



Domicílios com Telefone Percentual		
ano	RJ	Brasil
1997	27,84	27,88
1998	30,20	32,01
1999	37,76	37,57
2000	46,07	44,33
2001	54,39	51,08
2002	63,67	52,77
2003	61,15	50,70
2004	64,57	48,75
2005	65,28	47,91
2006	65,24	46,56
2007	64,27	45,13
2008	64,09	44,41
2009	62,05	43,08

FONTE: PNAD/IBGE

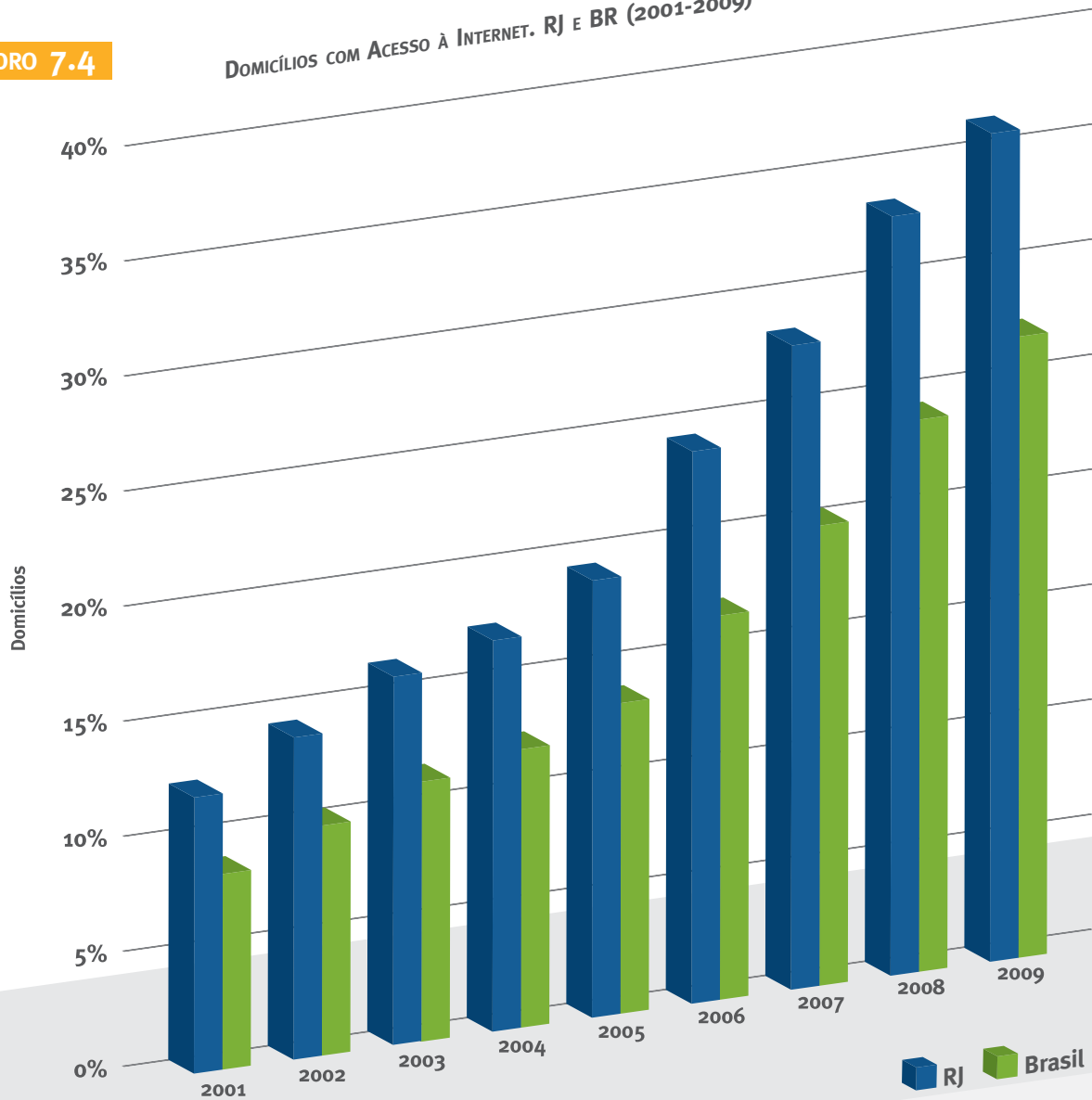




acesso à internet

QUADRO 7.4

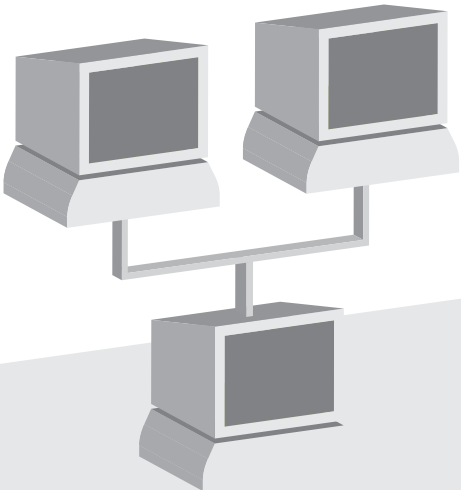
DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET. RJ E BR (2001-2009)



DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET
PERCENTUAL

ano	RJ	Brasil
2001	12,38	8,51
2002	13,85	10,28
2003	15,97	11,38
2004	17,33	12,14
2005	18,92	13,55
2006	23,84	16,71
2007	28,33	19,98
2008	33,32	23,77
2009	36,09	27,33

Fonte: PNAD/IBGE



A partir de 2001, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) começou a coletar informações sobre a disponibilidade de acesso à *internet* nos domicílios brasileiros. Também neste quesito, o estado do Rio de Janeiro se encontra significativamente à frente da média nacional, ainda que o ritmo de expansão tenha sido similar no período considerado (Quadro 7.4). Enquanto, em 2001, 12,4% dos domicílios fluminenses e 8,5% dos brasileiros tinham computador com acesso à *Internet*, em 2009, estes percentuais haviam crescido para 36% no estado do Rio de Janeiro e 27,3% no Brasil. Isto corresponde a uma taxa média de 14% a.a¹⁷, no estado do Rio de Janeiro, e 16% a.a no Brasil.

17 - A notação "a.a" significa taxa de crescimento anual.

8

Saneamento

Os indicadores de saneamento do estado do Rio de Janeiro apresentaram desempenho bem superior aos nacionais durante todo o período de 1997 a 2009. O número de domicílios cobertos pela rede de esgoto no estado é, em média, 22,5% superior ao observado

para o Brasil. Este padrão também pode ser observado quando o indicador analisado é o tratamento dado ao lixo dos domicílios. Em média, o estado do Rio de Janeiro possui 11,9% mais domicílios com coleta regular de lixo que os domicílios do Brasil como um todo.

ÁGUA E ESGOTO
COLETA DE LIXO

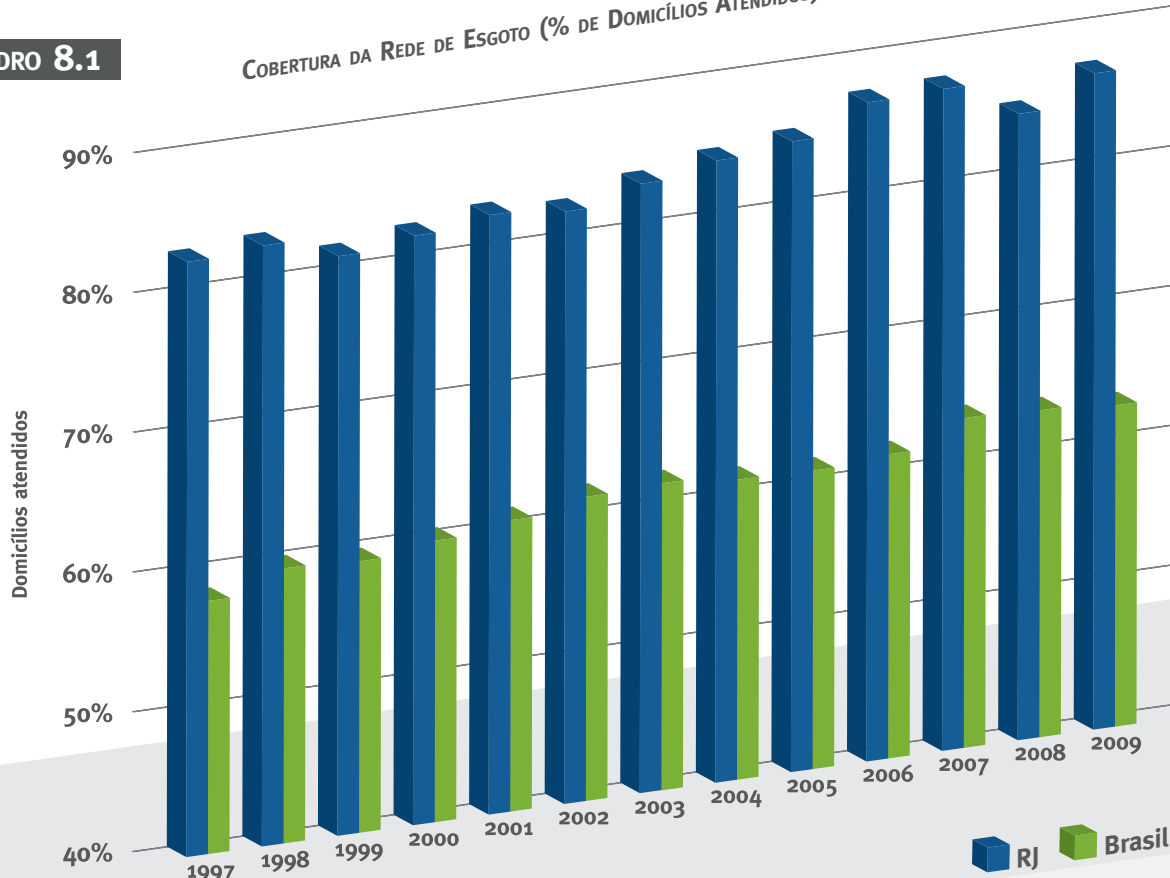


água e esgoto

Dentre os indicadores referentes a saneamento básico, os índices de cobertura das redes de água e esgoto mostram-se praticamente estáveis, tanto no âmbito nacional como no estadual. No que se refere à porcentagem dos domicílios atendidos pela rede de água, os índices no estado do Rio de Janeiro e no Brasil são semelhantes, aproximadamente de 87 a 89%, e não têm registrado variações significativas desde 1997. Já em relação à porcentagem dos domicílios atendidos pela rede de esgoto¹⁸, o estado do Rio de Janeiro possui uma cobertura significativamente maior (de 22,5 p.p. em média), apresentando um leve crescimento nos últimos 10 anos (Quadro 8.1). Neste sentido, foi registrado um crescimento cumulativo na cobertura de 5,3%, no estado do Rio de Janeiro e de 8,6%, no Brasil, resultando, em 2009, em percentuais de 84,8%, no estado do Rio de Janeiro, e de 61,3% no Brasil.

QUADRO 8.1

COBERTURA DA REDE DE ESGOTO (% DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS). RJ E BR (1997-2009)



COBERTURA DA REDE DE ESGOTO PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS		
ano	RJ	Brasil
1997	80,51	56,44
1998	80,99	57,95
1999	79,46	57,72
2000	80,18	58,42
2001	80,90	59,12
2002	80,39	60,08
2003	81,57	60,26
2004	82,46	60,26
2005	83,02	59,73
2006	85,04	59,68
2007	85,28	60,14
2008	82,77	61,80
2009	84,82	61,67

FONTE: PNAD/IBGE



18 - Incluem-se os domicílios em duas situações: a) Domicílios ligados à rede coletora de esgoto ou pluvial; b) Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial.



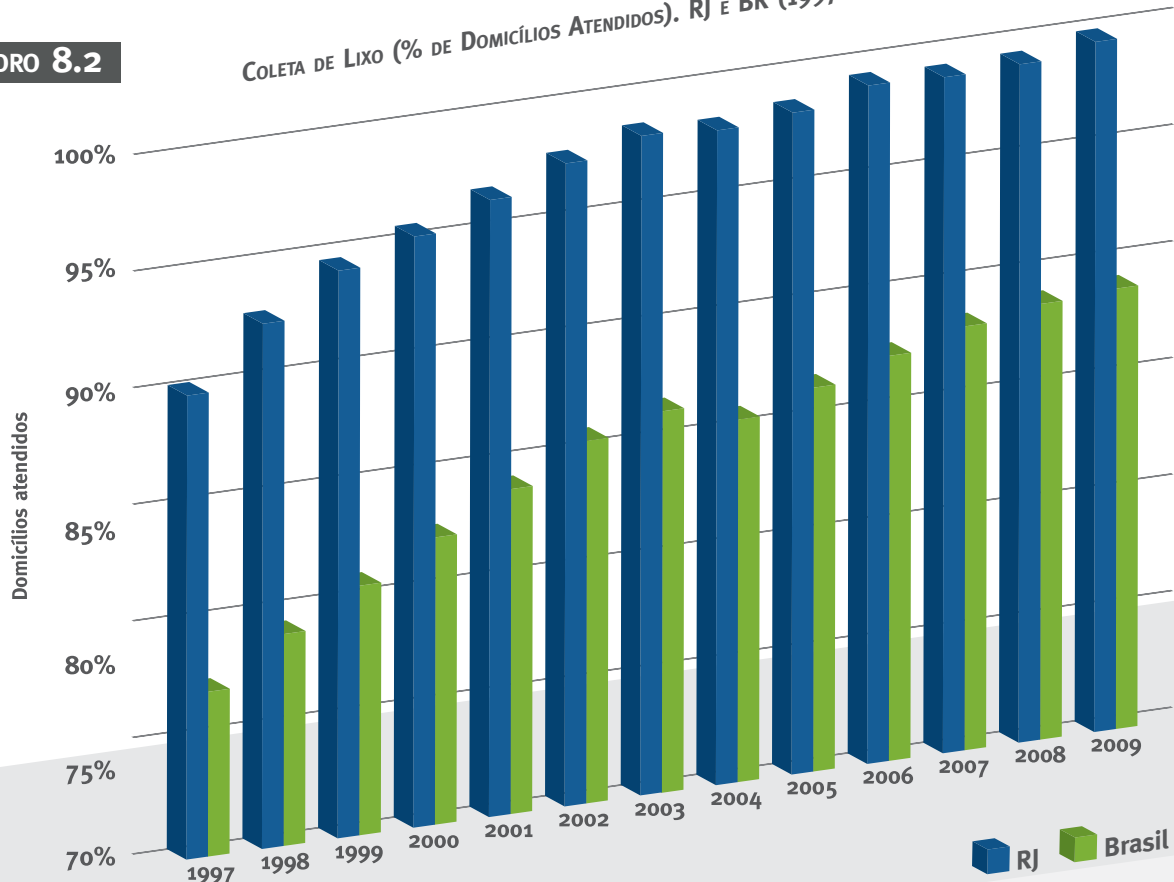
coleta de lixo

A coleta de lixo no estado do Rio de Janeiro tem se aproximado da cobertura total nos últimos oito anos (Quadro 8.2). A cobertura, em 1997, era de 89,1% e chegou a 98,6%, em 2009, com um crescimento acumulado de 10,6%. Para o Brasil como um todo, a cobertura mantém-se em média 11,9 p.p. menor do que a encontrada no estado do Rio de Janeiro, embora o crescimento tenha sido igualmente acentuado até 2003. No caso do Brasil, a cobertura era de 76,3%, em 1997, e alcançou 88,6%, em 2009.

Deve ser mencionado que os indicadores sobre o tratamento do esgoto e do lixo são importantes para determinar as condições de saneamento da população. Estes indicadores não foram contemplados pelo trabalho, pois os dados relativos a este aspecto são deficientes.

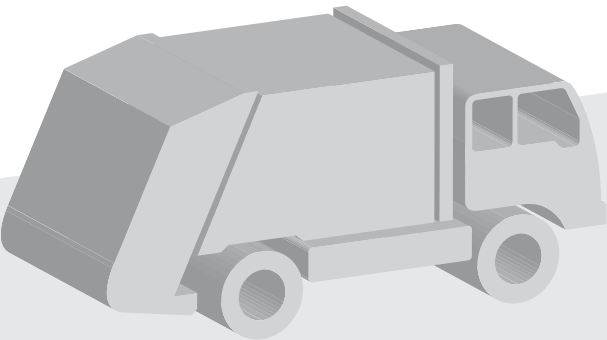
QUADRO 8.2

COLETA DE LIXO (% DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS). RJ E BR (1997-2009)



COLETA DE LIXO		
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS		
ano	RJ	Brasil
1997	89,15	76,31
1998	91,61	78,33
1999	93,40	79,93
2000	94,46	81,55
2001	95,51	83,18
2002	96,68	84,77
2003	97,31	85,56
2004	97,19	84,73
2005	97,40	85,67
2006	98,17	86,53
2007	98,27	87,34
2008	98,11	87,90
2009	98,65	88,63

FONTE: PNAD/IBGE





9

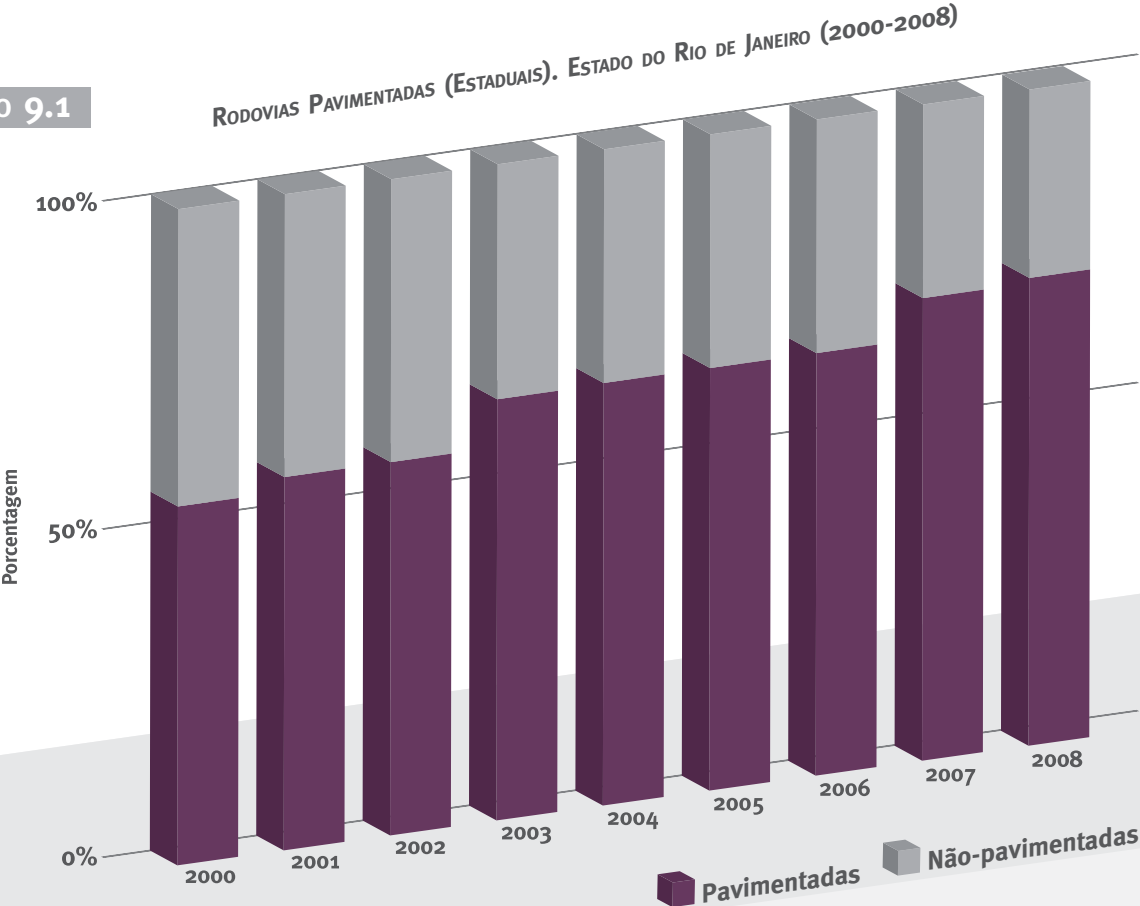
Transporte

Tanto para o Brasil como para o estado do Rio de Janeiro, o número de pessoas que leva mais de uma hora para chegar ao trabalho tem crescido nos últimos doze anos. Entretanto, este crescimento foi menos acentuado para o estado do Rio de Janeiro (35,8%) do que para o Brasil (78,7%).

TRANSPORTE RODOVIÁRIO
TRANSPORTE URBANO



QUADRO 9.1



RODOVIAS PAVIMENTADAS (ESTADUAIS)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PERCENTUAL

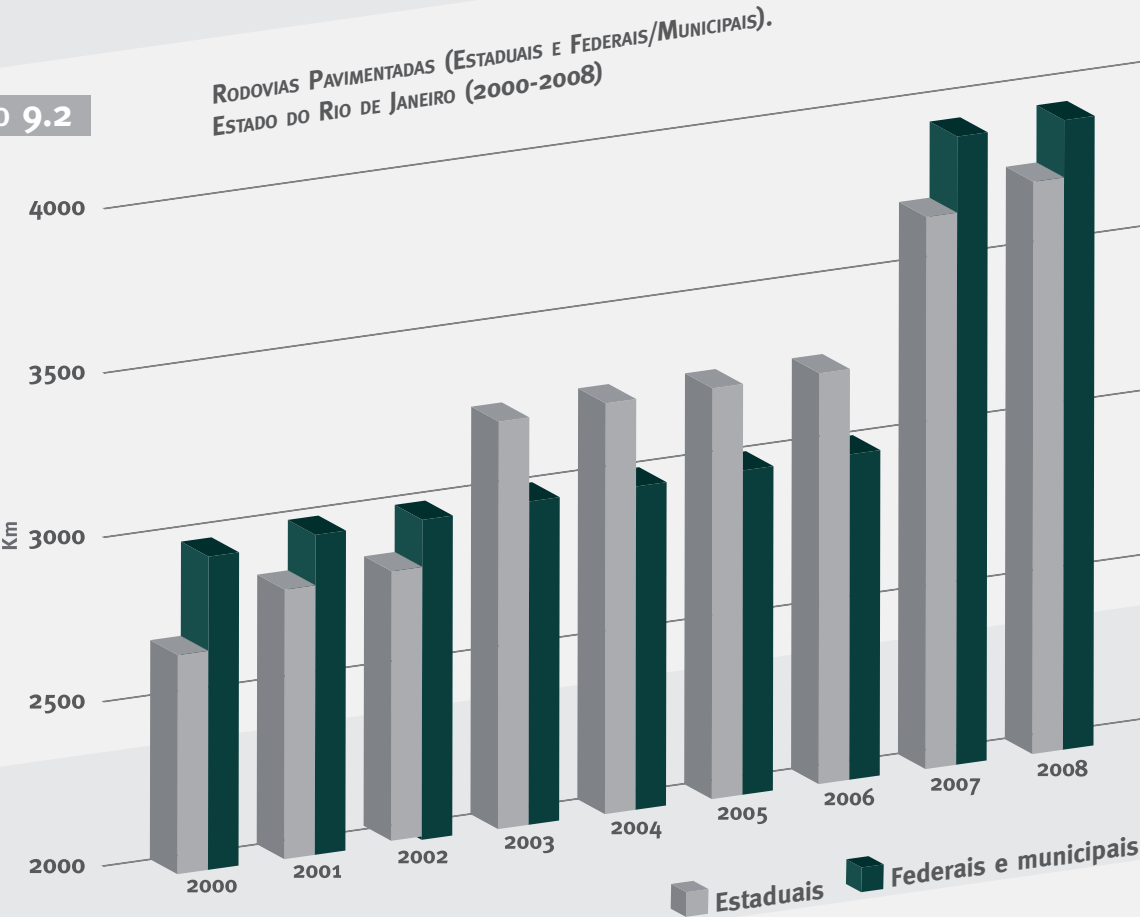
ano	Pavimentadas	Não-Pavimentadas
2000	55	45
2001	57	43
2002	57	43
2003	64	36
2004	64	36
2005	64	36
2006	64	36
2007	71	29
2008	71	29

FONTE: ANTT

transporte rodoviário

Embora a extensão total da malha rodoviária fluminense tenha se mantido relativamente constante de 2000 a 2008 (22,2 mil km, em 2000, e 23 mil em 2008), tem havido um processo significativo de melhoria desta malha por meio da pavimentação das rodovias estaduais. De fato, se em 2000 apenas 2,6 mil km dentre os 4,7 mil km de estradas estaduais (54,7%) encontravam-se pavimentados, em 2008 o estado do Rio de Janeiro já contava com 5,1 mil km de rodovias estaduais¹⁹, sendo 3,6 mil km (71,3%) pavimentados (Quadros 9.1 e 9.2). Em termos percentuais, havia, em 2008, 40% mais quilômetros de rodovias estaduais pavimentadas do que em 1997, e 33% mais quilômetros de rodovias federais e municipais pavimentadas.

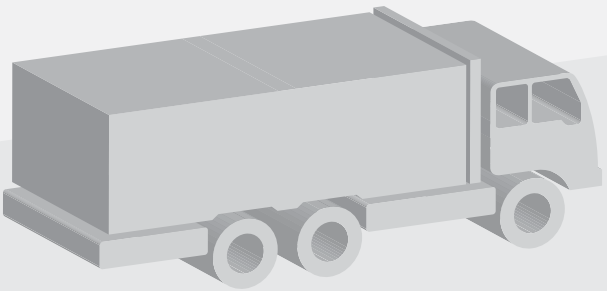
QUADRO 9.2



RODOVIAS PAVIMENTADAS (ESTADUAIS)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
KM

ano	Estaduais	Federais e municipais
2000	2603	2880
2001	2757	2907
2002	2757	2907
2003	3160	2914
2004	3170	2913
2005	3170	2916
2006	3170	3817
2007	3598	3821
2008	3653	3821

FONTE: ANTT



19 - Não foram considerados o recapeamento e a restauração de rodovias já pavimentadas.



transporte urbano

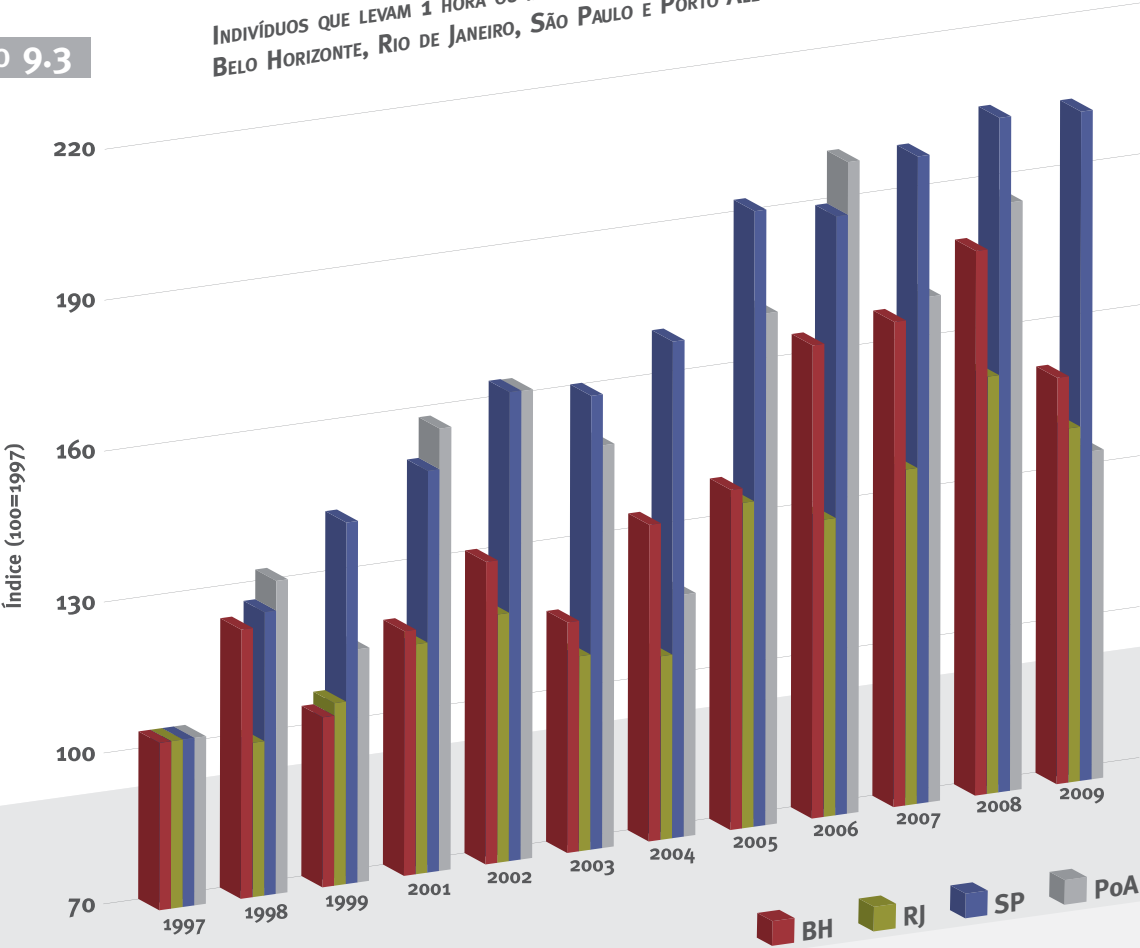
A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é a segunda mais populosa do Brasil (11,5 milhões de habitantes em 2009), atrás apenas de São Paulo (19,6 milhões de habitantes). Sua infraestrutura de transporte público conta com dois componentes, além do sistema de ônibus: o Metrô e a SuperVia (trens urbanos).

Para todas as metrópoles do país, foi determinado o percentual de habitantes que demoravam uma hora ou mais para chegar até o local de trabalho²⁰. Este número foi considerado um indicador da eficácia do sistema de transporte urbano como um todo. Para compensar a variação de patamar nesta porcentagem, devido ao diferente tamanho das cidades e às disparidades da distribuição espacial da atividade econômica, estes números foram indexados com base em 1997. Foram analisados os resultados para as quatro maiores regiões metropolitanas: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte (5,1 milhões de habitantes) e Porto Alegre (4,0 milhões). Em São Paulo, verificou-se alta constante no período de 1997 a 2009 (Quadro 9.3). Porto Alegre teve índices superiores aos de 1997 em todo o período, mas nos anos de 1999, 2004 e 2009 apresentou quedas expressivas. O Rio de Janeiro teve boa *performance* quando comparado às demais regiões. Belo Horizonte mostrou índice crescente em quase todo o período.



QUADRO 9.3

INDIVÍDUOS QUE LEVAM 1 HORA OU MAIS PARA CHEGAR AO LOCAL DE TRABALHO. BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E PORTO ALEGRE (1997-2009)



INDIVÍDUOS QUE LEVAM 1 HORA OU MAIS PARA CHEGAR AO LOCAL DE TRABALHO
ÍNDICE

ano	BH	RJ	SP	PoA
1997	100	100	100	100
1998	120	98	122	128
1999	101	103	137	113
2001	115	112	145	153
2002	126	116	158	158
2003	112	105	155	145
2004	129	103	163	114
2005	133	130	186	166
2006	159	125	183	193
2007	161	132	192	165
2008	172	148	197	181
2009	146	136	196	131

FONTE: PNAD/IBGE

20 - Variável definida e levantada pela PNAD (IBGE).



10

Segurança

Os indicadores de **segurança** apresentados indicam uma queda nos índices de ocorrências de crimes dolosos contra a vida e um aumento no roubo a transeuntes. Também se pode observar

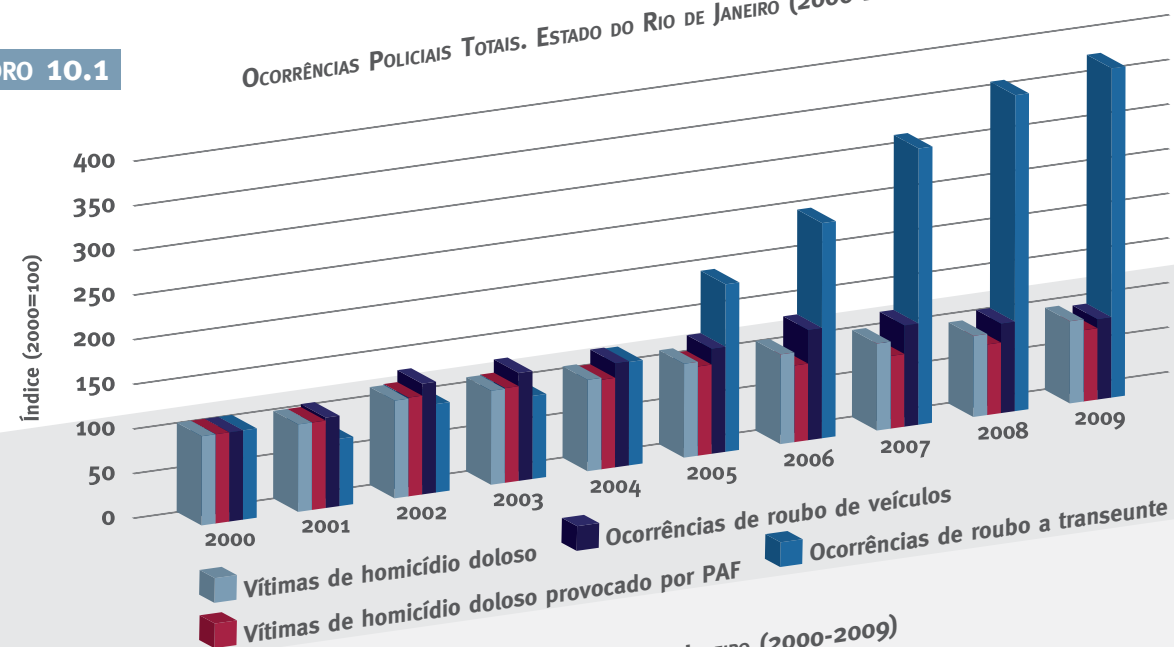
que o total de ocorrências apresenta comportamento ascendente ao longo do período, porém com redução destes acréscimos ao longo do período analisado.

CRIMINALIDADE



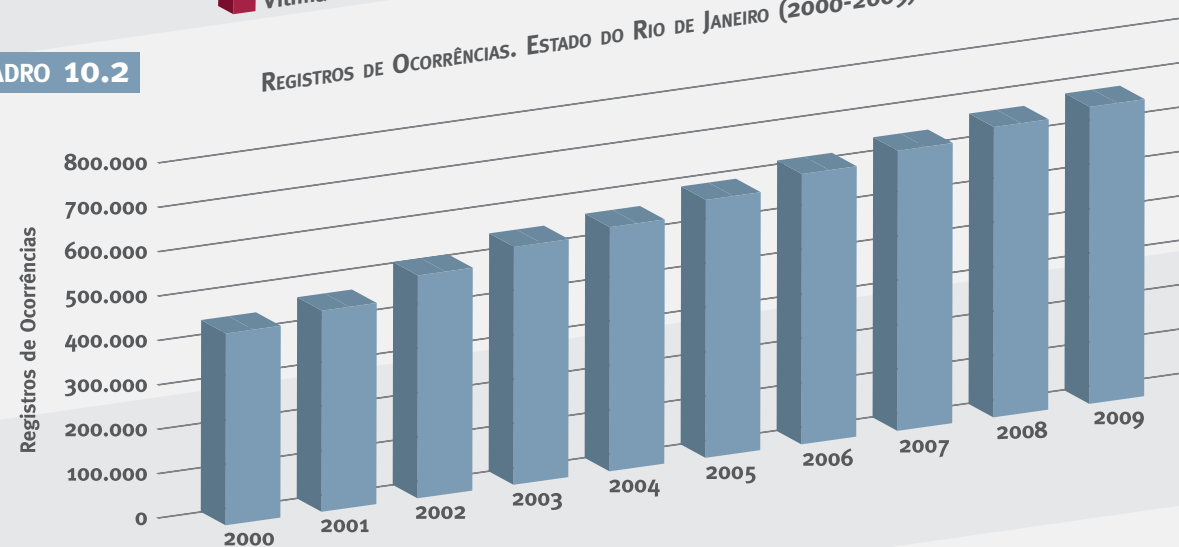
QUADRO 10.1

OCORRÊNCIAS POLICIAIS TOTAIS. ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2000-2009)



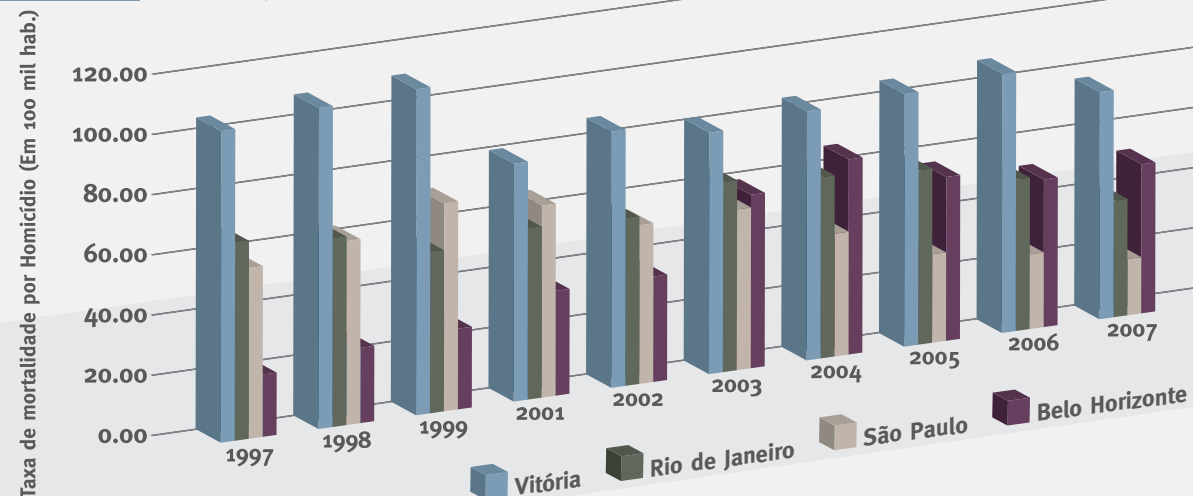
QUADRO 10.2

REGISTROS DE OCORRÊNCIAS. ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2000-2009)



QUADRO 10.3

TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO (EM 100 MIL HAB.). CAPITALS (1997-2007)

OCORRÊNCIAS POLICIAIS TOTAIS. ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÍNDICE

ano	Vítimas de homicídio doloso	Vítimas de homicídio doloso provocado por PAF	Ocorrências de roubo de veículo	Ocorrências de roubo a transeunte
2000	100	100	100	100
2001	98	98	101	75
2002	110	111	124	99
2003	105	106	121	93
2004	102	100	117	116
2005	105	100	118	188
2006	101	86	124	241
2007	98	82	114	307
2008	91	79	100	354
2009	92	80	90	370

FONTE: ISP

REGISTROS DE OCORRÊNCIAS. ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ano	Vítimas de homicídio doloso
2000	432.470
2001	453.577
2002	502.333
2003	536.163
2004	550.262
2005	581.416
2006	609.251
2007	631.684
2008	654.745
2009	669.716

FONTE: ISP

TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO
EM 100 MIL HABITANTES

ano	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo	Belo Horizonte
1997	103,49	65,79	56,69	20,67
1998	106,64	62,64	61,10	24,95
1999	108,27	53,55	69,14	26,83
2000	79,03	56,76	64,85	34,80
2001	85,13	55,62	63,84	35,02
2002	80,17	63,13	52,72	42,85
2003	73,03	60,19	53,41	57,64
2004	82,71	57,88	40,83	64,76
2005	83,94	46,04	29,36	54,43
2006	86,10	50,26	24,76	48,96
2007	75,43	38,66	18,71	49,54

FONTE: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM;
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP

criminalidade

Considerou-se, inicialmente, o número total de ocorrências registradas pelas polícias civis, no período de 2000 a 2009, dentro das seguintes categorias: vítimas de homicídio doloso, vítimas de homicídio doloso provocado por projétil de arma de fogo (PAF), ocorrências de roubo de veículos e ocorrência de roubo a transeunte (Quadro 10.1). Excetuando a categoria roubo a transeuntes, todas as outras categorias analisadas sofreram quedas em seus índices. No caso dos crimes contra a vida, o número de homicídios dolosos e homicídios dolosos provocados por PAF sofreram, respectivamente, quedas de 7,8% e 20%. No campo dos crimes contra o patrimônio, o índice de roubos de veículos obteve uma queda de 9,7% no período analisado. Já o roubo a transeunte foi o crime contra o patrimônio que se manteve significativamente em alta ao longo dos últimos dez anos. No período 2000-2009, foi verificado um aumento relativo de 269,8% no número de roubos a transeunte (de 19.219 em 2000 para 71.066 casos, em 2009). Entretanto, analisando os percentuais de aumento de um ano para o outro desde 2003, observa-se que o percentual de aumento da ordem de 4,4%, verificado de 2008 para 2009, é o menor de todo o período considerado.

Os totais de registros de ocorrência do Estado (Quadro 10.2) também se mantiveram em alta no período observado. Em 2009, pode ser observado o maior valor da série, com 669.716 registros de ocorrência, e o menor aconteceu em 2000. O período apresentou um acréscimo do número de ocorrências da ordem de 54,8%. A diferença entre 2008 e 2009 foi de 2,3%, ou seja, mais 14.971 registros de ocorrência de um ano para o outro. Este número é 76% inferior à média dos acréscimos anuais no número de ocorrências para o período em estudo.

Utilizando as taxas de mortalidade por homicídio para as quatro capitais da região Sudeste, nota-se que as taxas têm mostrado um comportamento de queda. O município do Rio de Janeiro apresentou a segunda maior queda (41%), ficando atrás apenas de São Paulo (67%). A única exceção é Belo Horizonte, onde a taxa de mortalidade foi maior, tendo aumento de 139%. Utilizando a taxa de mortalidade média do período de 1997 a 2007, para construir um *ranking* das capitais com maiores taxas de mortalidade por homicídio, observa-se que o município de Vitória fica em segundo lugar no *ranking*, seguido pelo Rio de Janeiro (6°), São Paulo (7°) e Belo Horizonte (10°).



11

Interior do Estado do Rio de Janeiro

Os indicadores de desenvolvimento econômico e social para o interior do estado do Rio de Janeiro mostraram que ocorreram avanços consideráveis, especialmente no crescimento da renda domiciliar e na participação no

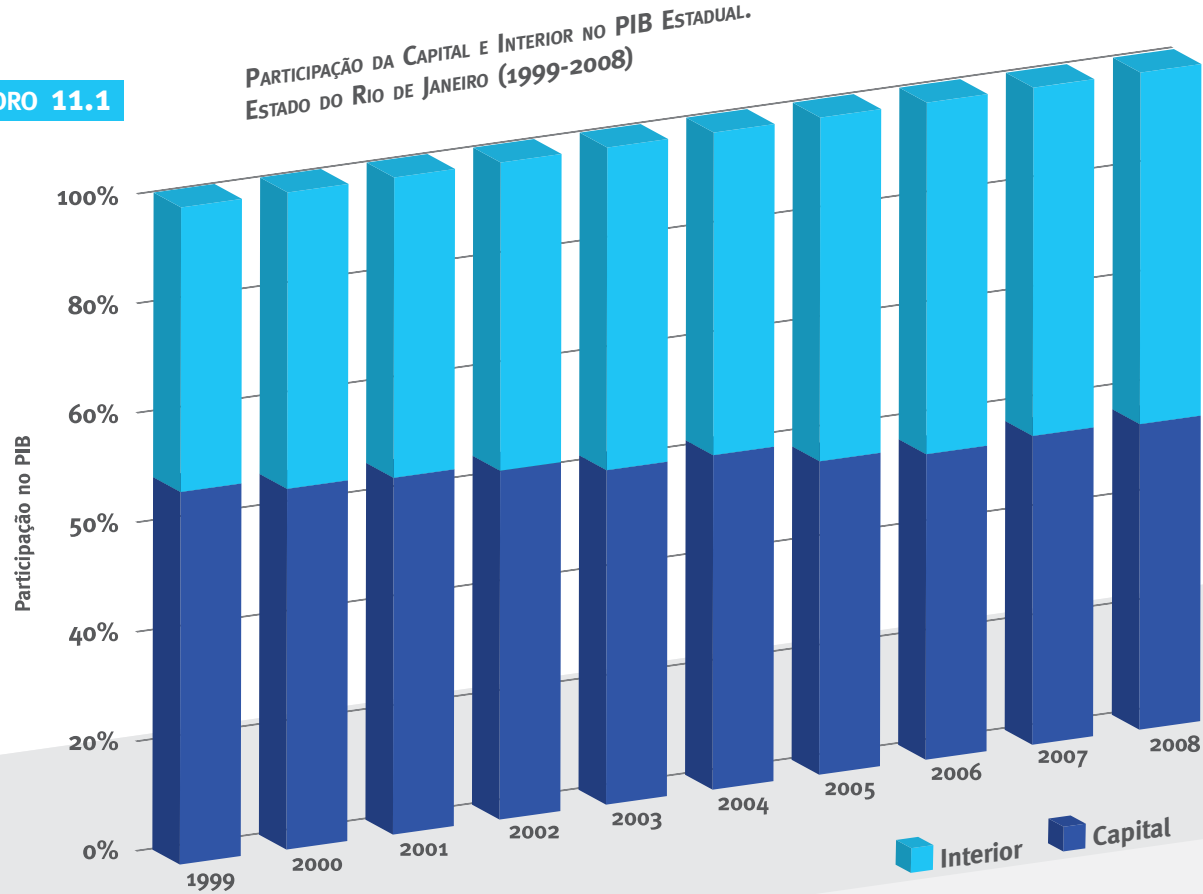
PIB do estado como um todo. Ocorreram melhorias relativas consideravelmente mais expressivas no interior, vis-à-vis a Região Metropolitana (RM), nos índices de pobreza e de indigência, além de quedas bem mais acentuadas no

analfabetismo. Neste sentido, indicadores socioeconômicos para o interior do estado apontam para um processo vigoroso de interiorização do desenvolvimento no período de 1997 a 2009.

ECONOMIA
SOCIAL
EDUCAÇÃO
SAÚDE
HABITAÇÃO
SANEAMENTO



QUADRO 11.1



PARTICIPAÇÃO DA CAPITAL E INTERIOR NO PIB ESTADUAL. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PERCENTUAL

ano	Capital	Interior
1999	56,68%	43,32%
2000	54,90%	45,10%
2001	54,31%	45,69%
2002	53,14%	46,86%
2003	50,93%	49,07%
2004	50,54%	49,46%
2005	47,68%	52,32%
2006	46,50%	53,50%
2007	47,21%	52,79%
2008	45,10%	54,90%

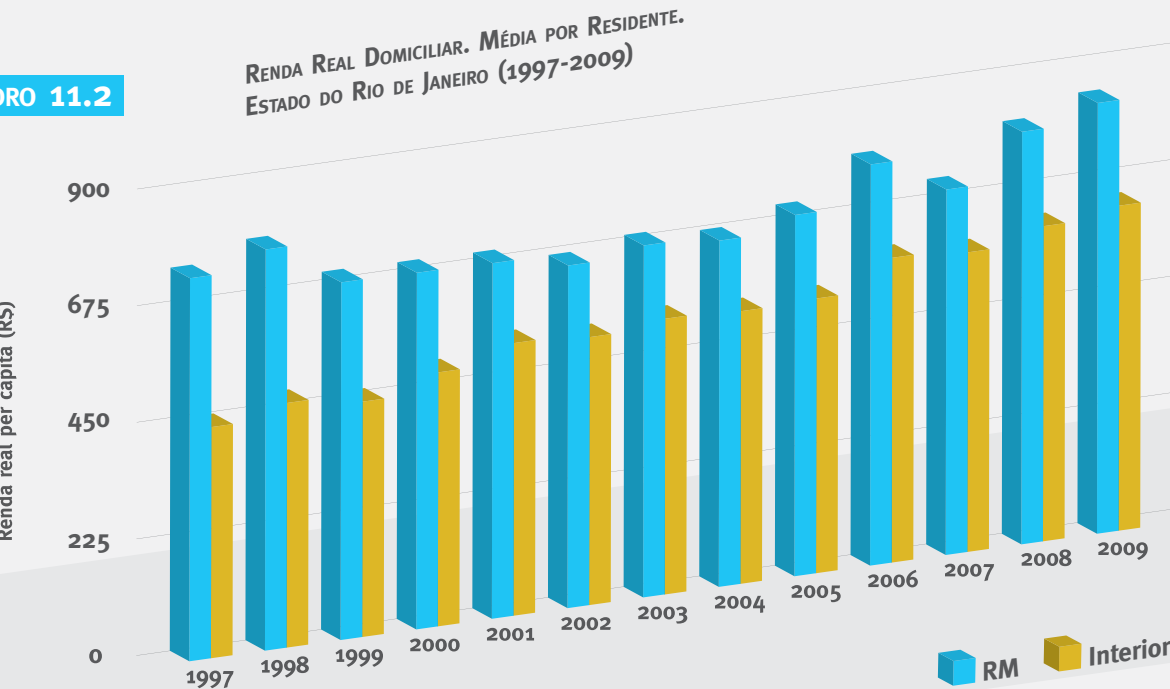
Fonte: IBGE

economia

Em 1999, o interior fluminense²¹ respondia por 43,3% do PIB do estado do Rio de Janeiro (Quadro 11.1). A partir de 1999, foram registrados índices de crescimento variados, com média de 5,9% a.a no período 1999/2008. O maior crescimento verificado neste período foi de 11% em 2008. Cumulativamente, o interior cresceu 66%, até alcançar uma participação de 54,9% no PIB estadual em 2008.

Da mesma forma, a população do interior, a qual cresceu a uma taxa média de 2,3% a.a neste período, teve sua renda domiciliar *per capita* valorizada em 40,5% no período (de R\$ 446,48 para R\$ 627,35), tendo inclusive ultrapassado a média nacional (Quadro 11.2). Por outro lado, a população da Região Metropolitana cresceu, em média, 1,1% a.a, e sua renda domiciliar aumentou em 12,4% em termos reais (de R\$ 739,72 para R\$ 831,95).

QUADRO 11.2



RENDA REAL DOMICILIAR. MÉDIA POR RESIDENTE. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. VALORES EM R\$

ano	RM	Interior
1997	739,73	446,49
1998	774,70	472,22
1999	690,47	454,17
2000	688,35	490,46
2001	686,23	526,75
2002	661,15	517,84
2003	679,45	532,74
2004	668,25	526,48
2005	697,12	530,95
2006	774,89	588,99
2007	705,55	578,32
2008	796,42	608,92
2009	831,96	627,35

Fonte: PNAD/IBGE

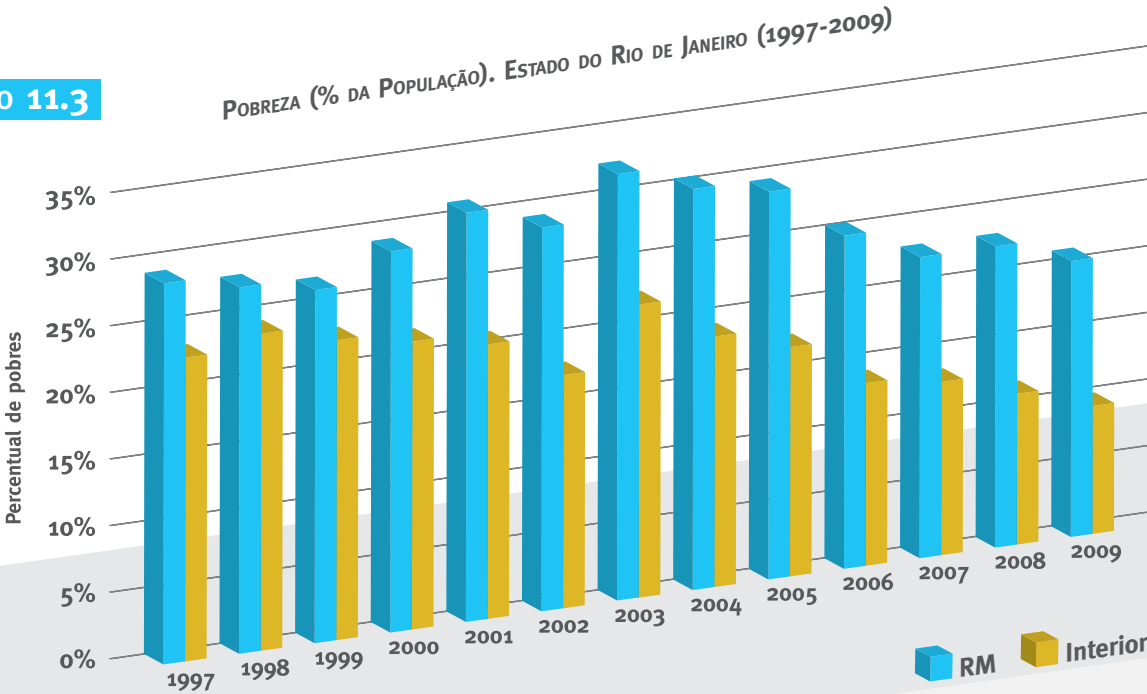


21 - Refere-se, excepcionalmente, à totalidade dos municípios, excluindo-se apenas a capital. No restante dos indicadores considerados nesta seção, o interior é definido pelos municípios não pertencentes à Região Metropolitana (composta pelos

municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá).



QUADRO 11.3



POBREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO

ano	RM	Interior
1997	28,62	22,82
1998	27,57	23,80
1999	26,56	22,53
2000	28,65	21,61
2001	30,73	20,69
2002	28,88	17,55
2003	32,02	22,03
2004	30,16	18,86
2005	29,12	17,27
2006	25,04	13,74
2007	22,63	13,09
2008	22,68	11,35
2009	20,78	9,63

FONTE: PNAD/IBGE

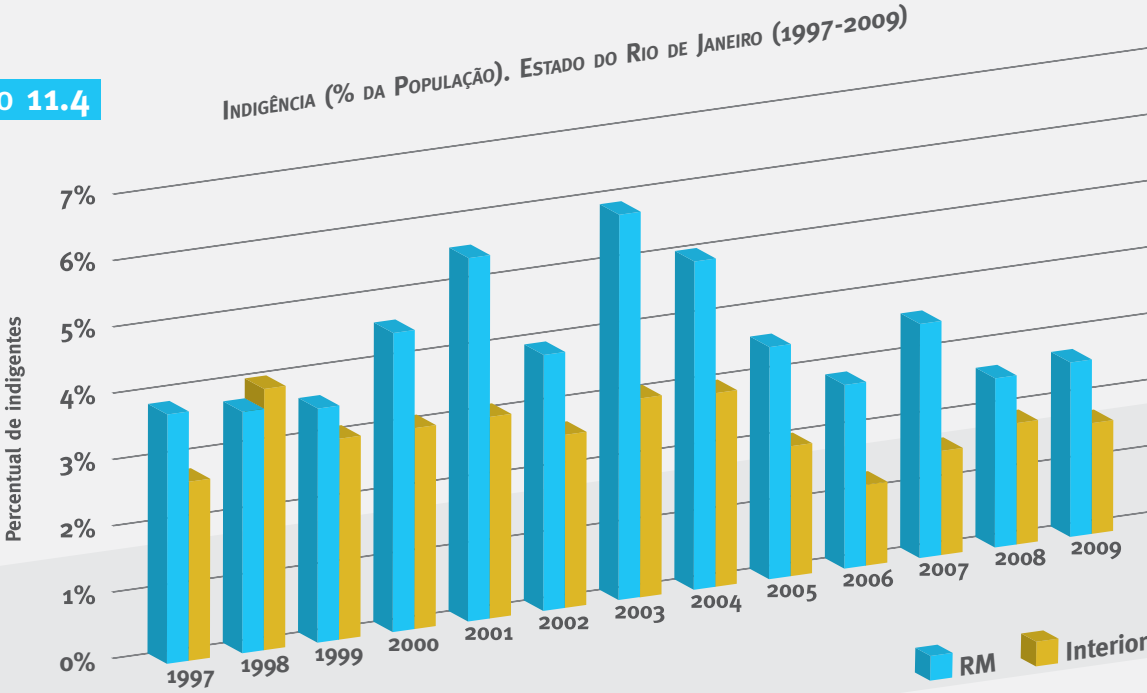
social

Os índices de pobreza no interior foram significativamente menores do que na Região Metropolitana durante o período de 1997 a 2009. Em 1997, o percentual de pobres era de 28,6% na Região Metropolitana e de 22,8% no interior (Quadro 11.3). Nos anos que se seguiram, foi observada uma leve tendência de alta na Região Metropolitana e declínio significativo no interior (com a exceção do pico de 2003). Em 2005, os índices de pobreza eram de 29,1%, na Região Metropolitana e 17,2% no interior, representando, respectivamente, aumento de 1,7% e declínio de 24%. Desde 2005, a pobreza vem apresentando queda em todos os extratos. Cumulativamente, foi observada no período 1997-2009 uma queda de 27% para a Região Metropolitana e de 58% para o interior.

O comportamento dos indicadores de indigência é similar ao dos indicadores de pobreza. Em particular, a tendência de queda a partir de 2003 é significativamente mais pronunciada (Quadro 11.4). Em 1997, o percentual de indigentes era de 3,7% na população metropolitana, contra 2,8% no interior. Nos anos de 1999 a 2003, a indigência na Região Metropolitana se elevou para 4,6% em média, enquanto que as oscilações no interior se mantiveram dentro da faixa dos 2 a 3%, com percentual de 3% em 2003.

Finalmente, a partir de 2004, a indigência começou a cair nas duas regiões: 2,6% na região metropolitana, e 1,7% no interior, quedas percentuais, respectivamente, de 30,1% e 39,7% no período de 1997 a 2009.

QUADRO 11.4



INDIGÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO

ano	RM	Interior
1997	3,77	2,78
1998	3,64	3,94
1999	3,54	3,03
2000	4,51	3,04
2001	5,48	3,04
2002	3,86	2,62
2003	5,82	3,01
2004	4,96	2,92
2005	3,51	1,97
2006	2,78	1,22
2007	3,53	1,57
2008	2,56	1,84
2009	2,63	1,67

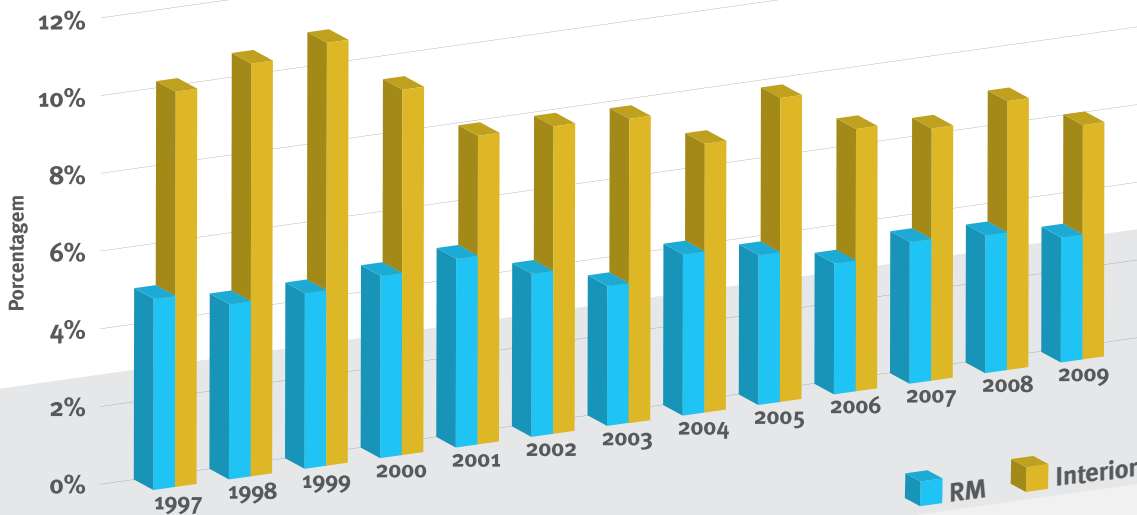
FONTE: PNAD/IBGE





QUADRO 11.5

TAXA DE ANALFABETISMO. ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1997-2009)



TAXA DE ANALFABETISMO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PERCENTUAL

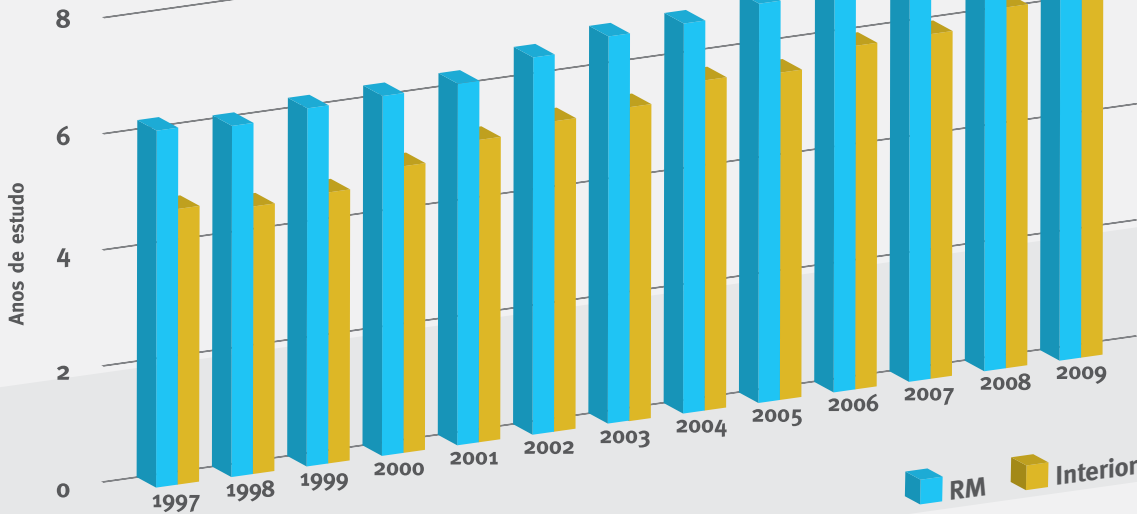
ano	RM	Interior
1997	4,92	10,17
1998	4,51	10,63
1999	4,53	10,88
2000	4,70	9,41
2001	4,87	7,95
2002	4,21	7,91
2003	3,60	7,84
2004	4,16	6,92
2005	3,86	7,83
2006	3,38	6,75
2007	3,65	6,49
2008	3,56	6,92
2009	3,23	6,03

FONTE: PNAD/IBGE



QUADRO 11.6

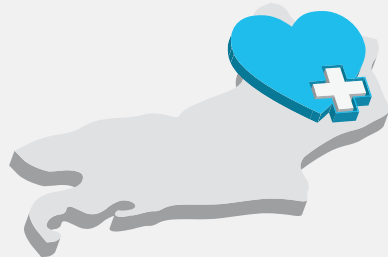
ESCOLARIDADE MÉDIA (ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO TOTAL).
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1997-2009)



ESCOLARIDADE MÉDIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO TOTAL

ano	RM	Interior
1997	6,16	4,76
1998	6,06	4,61
1999	6,17	4,68
2000	6,20	4,95
2001	6,23	5,21
2002	6,50	5,36
2003	6,68	5,42
2004	6,73	5,69
2005	6,88	5,64
2006	7,15	5,92
2007	7,22	5,95
2008	7,31	6,24
2009	7,33	6,32

FONTE: PNAD/IBGE



educação

O analfabetismo no interior fluminense, em 1997, encontrava-se no patamar de 10,1% (Quadro 11.5). Este valor era 5,3 p.p. maior do que o da Região Metropolitana, que naquele ano registrava uma taxa de analfabetismo de 4,9%. Nos doze anos seguintes, registrou-se uma tendência de queda significativa na taxa de analfabetismo do interior, com redução acumulada de 40,6%. Esta queda acabou por diminuir as diferenças entre as taxas de analfabetismo do interior com aquelas encontradas na Região Metropolitana, sendo que, em 2009, o percentual de analfabetos no interior era de 6%, apenas 2,8 p.p. maior que os 3,2% da Região Metropolitana. É importante mencionar que esta queda mais acentuada do analfabetismo é ainda mais significativa, tendo em vista a taxa de crescimento da população mais elevada no interior (2,3% a.a) do que na capital (1,1% a.a).

A escolaridade média no interior fluminense evoluiu de maneira praticamente idêntica à média brasileira, ou seja, de 4,7 anos de estudo em 1997, o índice cresceu para 6,3 anos, em 2009 (Quadro 11.6). A Região Metropolitana cresceu um pouco mais lentamente no mesmo período, mas manteve o diferencial de cerca de 1,2 anos.

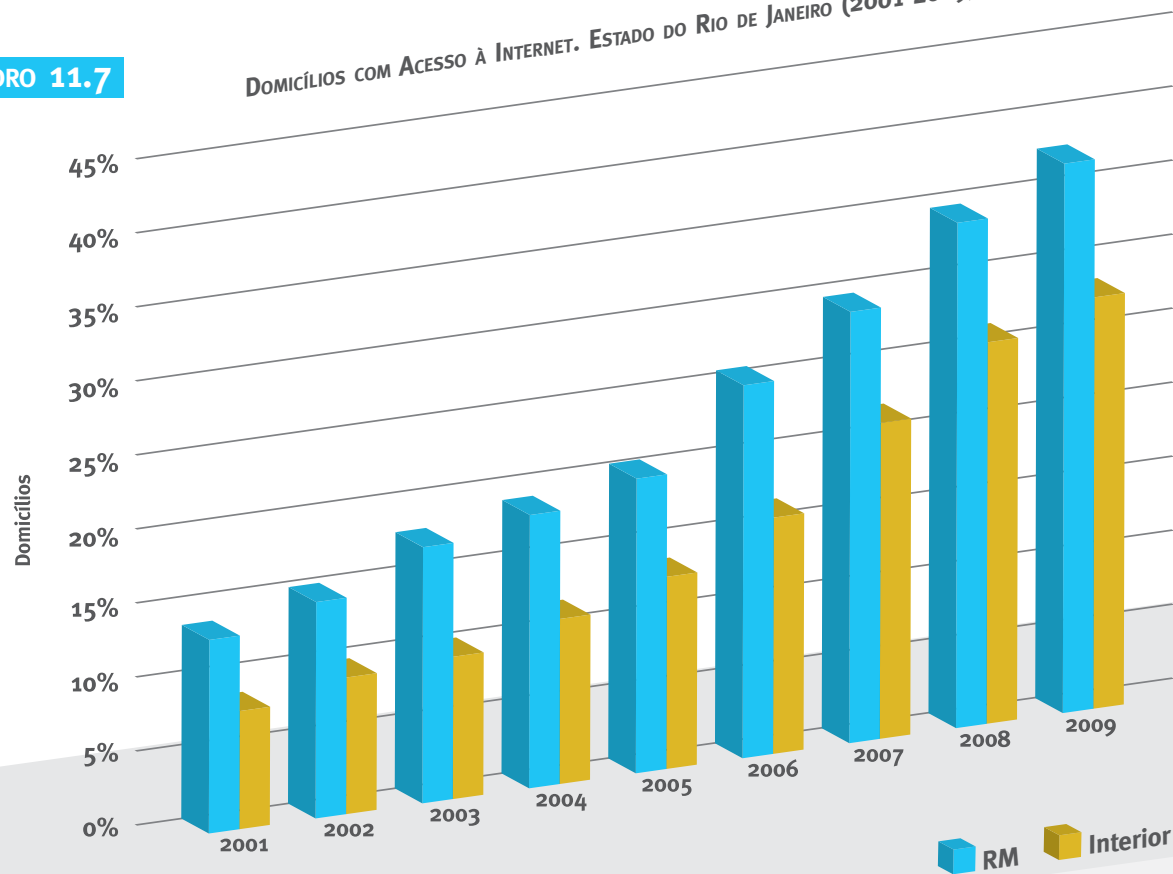
saúde

Os indicadores de saúde no interior são marcadamente melhores do que na Região Metropolitana, durante todo o período em análise, com trajetórias evolutivas similares. O interior teve disponível em 2007, 3,3 leitos públicos por habitante, valor superior ao observado para a região metropolitana, de 2,18 leitos públicos por habitante. Sua mortalidade média por doenças transmissíveis foi 16,0% menor do que a verificada na metrópole. Destaca-se também a cobertura da vacinação, na qual o interior fluminense teve desempenho marcadamente superior ao da Região Metropolitana, e também ao da média nacional. De fato, a cobertura na metrópole foi de 67,7%, em 1997, e atingiu o seu máximo de 91,52%, em 1999, sofrendo depois acentuado declínio até a faixa dos 70 a 78%, chegando a 2010 com 65,58%. Já no interior, o primeiro acentivo foi similar, de 73,1%, em 1997 para 92,5% em 1999, mas a queda posterior foi menor, resultando em cobertura de 80,03% em 2010.



QUADRO 11.7

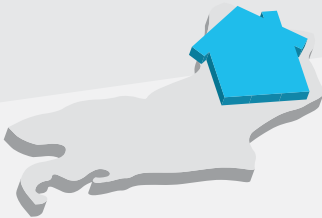
DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET. ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2001-2009)



DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET. ESTADO DO RIO DE JANEIRO PERCENTUAL

ano	RM	Interior
2001	13,69	8,34
2002	15,23	9,70
2003	17,88	10,08
2004	19,22	11,65
2005	20,74	13,54
2006	26,26	16,68
2007	30,40	22,24
2008	35,58	26,86
2009	38,69	28,93

FONTE: PNAD/IBGE

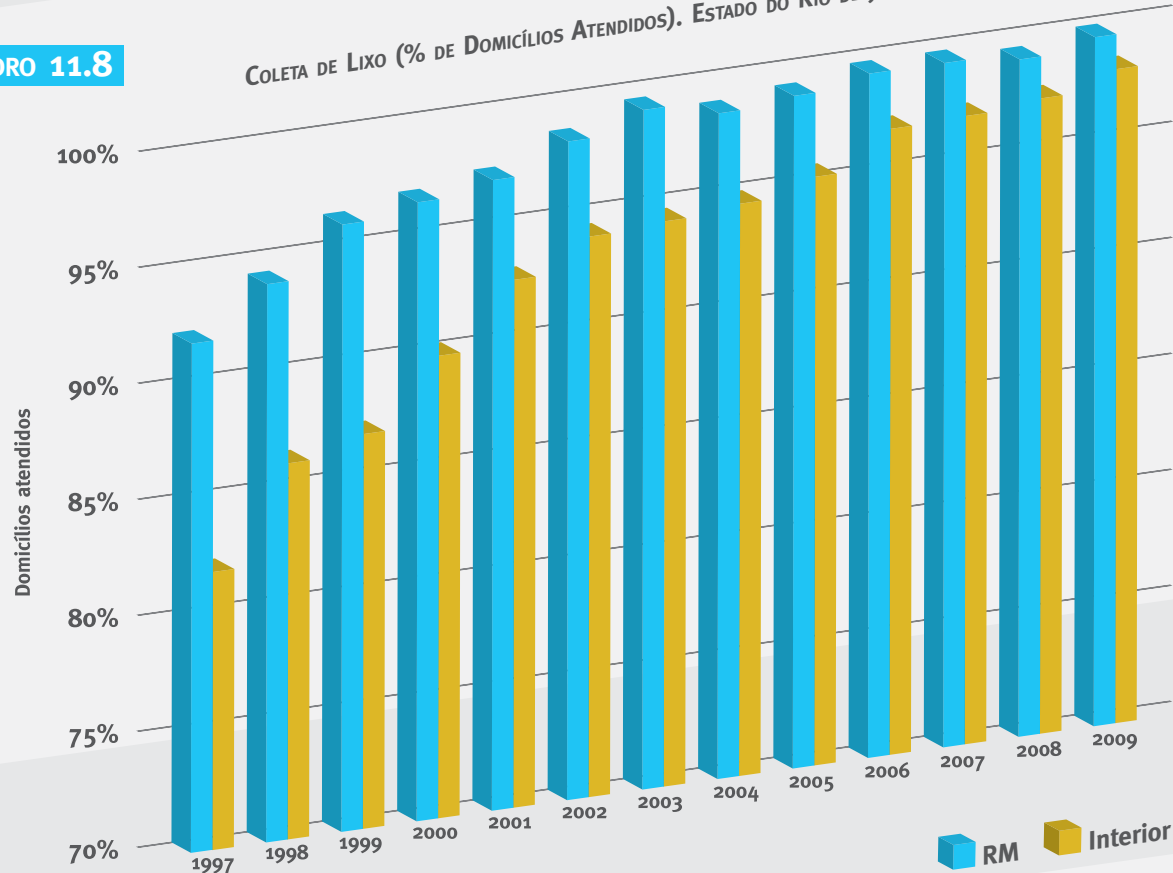


habitação

No quesito habitação, a proporção de casas construídas com paredes de alvenaria é praticamente idêntica no interior e na região metropolitana, situando-se sempre próxima aos 99%. Os demais indicadores mostram avanço marcado do interior no período de 1997 a 2009, direcionando-se a uma equiparação total com a Região Metropolitana. Destaca-se a fração de domicílios com energia elétrica, praticamente constante em 99,9% na metrópole. No interior, foi de 98% em 1997, e atingiu 99,9%, em 2009, o que significa uma cobertura quase total. A expansão da telefonia foi similar, com crescimento, entre 1997 e 2009, de 158% no número de domicílios com telefone no interior (de 18,3% para 47,1%), contra 120% na Região Metropolitana (de 30,6% para 67,5%). Também a expansão do acesso à *internet* tem sido veloz, com os domicílios conectados no interior se elevando de 8,3% para 28,9%, no período de 2001 a 2009 (expansão de 147%), enquanto na Região Metropolitana os percentuais foram de 13,7% para 38,7% (expansão de 82,5%) (Quadro 11.7).

QUADRO 11.8

COLETA DE LIXO (% DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS). ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1997-2009)



COLETA DE LIXO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS

ano	RM	Interior
1997	91,38	81,48
1998	93,41	85,68
1999	95,51	86,47
2000	96,05	89,33
2001	96,59	92,19
2002	97,72	93,54
2003	98,47	93,75
2004	98,05	94,60
2005	98,31	94,71
2006	98,79	96,34
2007	98,87	96,49
2008	98,58	96,77
2009	99,06	97,52

FONTE: PNAD/IBGE



saneamento

Dentre os indicadores de saneamento, dois apresentam-se estáveis: a cobertura das redes de água e de esgoto. Com relação aos domicílios abastecidos por água da rede, de 1997 a 2009, a Região Metropolitana permaneceu na faixa dos 92% a 93%, e o interior oscilou entre 72% e 81%. Quanto à porcentagem de domicílios atendidos pela rede de esgoto, houve leve alta em ambas as regiões. Na Região Metropolitana, o atendimento da rede de esgoto se elevou de 85,4%, em 1997, para 89,2% em 2009, e, no interior, de 63,4% para 72,7%. Já no que se refere à coleta de lixo, houve melhoria sistemática, com a porcentagem de domicílios atendidos na região se elevando de 91,4%, em 1997, para 99% em 2009 e, no interior, de 81,5% para 97,5% (Quadro 11.8).

Blumenschein, F, Wyllie, R. e Dias, R. (2005). “Índice de Condições de Vida (ICV) nas Regiões Metropolitanas e nas Capitais dos Estados no Brasil”. Fundação Getulio Vargas. Mimeo. Rio de Janeiro.

FGV - Fundação Getulio Vargas. Núcleo de Estudos Avançados em Turismo e Hotelaria. Rio de Janeiro
www.ebape.fgv.br

Fundação CIDE. Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 2005. Rio de Janeiro.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Industrial Anual (PIA).
www.ibge.gov.br

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal de Emprego (PME).
www.ibge.gov.br

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) - 2002/2003. Microdados. Rio de Janeiro.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Microdados - anos do período (1997-1999, 2001-2005). Rio de Janeiro.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal (PAM).
www.ibge.gov.br

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS).
www.ibge.gov.br

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados (SIDRA).
www.sidra.ibge.gov.br

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
www.ipea.gov.br

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior.
www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex

MEC - Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
www.inep.gov.br

MJ - Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal. Mapa de Ocorrências no Brasil, 2001-2005.
www.mj.gov.br/senasp

MS - Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. DATASUS. Indicadores e Dados Básicos do Brasil (IDB-2005).
www.datasus.gov.br

Rocha, Sonia (1997). “Do Consumo Observado à Linha de Pobreza”, Pesquisa e Planejamento Econômico, 27(2), agosto, p. 313-352.

Sen, Amartya (1999). Development as Freedom, Ed. Alfred A. Knopf.

Quadro 1.1
PIB real per capita. RJ e BR (1998-2008) *pg. 16*

Quadro 1.2
Renda Mensal Real Domiciliar. Média por Residente. RJ e BR (1997-2009) *pg. 16*

Quadro 1.3
Taxa de Desemprego (%). RJ e BR (2002-2009) *pg. 18*

Quadro 1.4
Exportações Totais. RJ e BR (1997-2009) *pg. 20*

Quadro 1.5
Exportações do estado do Rio de Janeiro. Petróleo Bruto e demais Produtos (1997-2009) *pg. 20*

Quadro 1.6
Turistas e Participação no Total Nacional. Cidade do Rio de Janeiro (2003-2009) *pg. 22*

Quadro 2.1
Valor da Transformação Industrial Total. RJ e BR (1997-2007) *pg. 26*

Quadro 2.2
Valor Bruto da Produção Industrial Total. RJ e BR (1997-2007) *pg. 26*

Quadro 2.3
Valor da Transformação Industrial. Estado do Rio de Janeiro (1997-2007) *pg. 26*

Quadro 2.4
Indústria Naval do estado do Rio de Janeiro. Emprego e valor da produção. (1997-2007) *pg. 28*

Quadro 2.5
Indústria Petrolífera no estado do Rio de Janeiro. Índice de Produção Física. RJ e BR (2000-2009) *pg. 30*

Quadro 2.6
Indústria Automobilística. Índice de Produção Física. RJ e BR (1997-2009) *pg. 32*

Quadro 3.1
Valor da Produção Agrícola. RJ e BR (1997-2008) *pg. 36*

Quadro 4.1
Pobreza (% da População). RJ e BR (1997-2009) *pg. 40*

Quadro 4.2
Indigência (% da População). RJ e BR (1997-2009) *pg. 42*

Quadro 5.1
Taxa de Analfabetismo. RJ e BR (1997-2009) *pg. 46*

Quadro 5.2
Escolaridade Média (Anos de Estudo da População Total). RJ e BR (1997-2009) *pg. 48*

Quadro 5.3
Número de Professores do Ensino Básico. RJ, BR e Rede Pública Estadual do RJ (2007-2009) *pg. 50*

Quadro 5.4
Número de Matrículas no Ensino Médio. Estado do Rio de Janeiro (1997-2009) *pg. 52*

Quadro 5.5
Relação Matrículas-Função Docente em Exercício. Estado do Rio de Janeiro (1999-2008) *pg. 54*

Quadro 5.6
Evolução do Número de Cursos no Ensino Superior. Estado do Rio de Janeiro e Brasil (1997-2008) *pg. 54*

Quadro 6.1
Mortalidade Infantil. RJ e BR (2002-2008) *pg. 58*

Quadro 7.1
Domicílios com Paredes de Alvenaria. RJ e BR (1997-2009) *pg. 62*

Quadro 7.2
Domicílios com Energia Elétrica. RJ e BR (1997-2009) *pg. 64*

Quadro 7.3
Domicílios com Telefone. RJ e BR (1997-2009) *pg. 66*

Quadro 7.4
Domicílios com Acesso à Internet. RJ e BR (2001-2009) *pg. 68*

Quadro 8.1
Cobertura da Rede de Esgoto (% de Domicílios Atendidos). RJ e BR (1997-2009) *pg. 72*

Quadro 8.2
Coleta de Lixo (% de Domicílios Atendidos). RJ e BR (1997-2009) *pg. 74*

Quadro 9.1
Rodovias Pavimentadas (Estaduais). Estado do Rio de Janeiro (2000-2008) *pg. 78*

Quadro 9.2
Rodovias Pavimentadas (Estaduais e Federais/ Municipais). Estado do Rio de Janeiro (2000-2008) *pg. 78*

Quadro 9.3
Indivíduos que levam 1 hora ou mais para chegar ao local de trabalho. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (1997-2009) *pg. 80*

Quadro 10.1
Ocorrências Policiais Totais. Estado do Rio de Janeiro (2000-2009) *pg. 84*

Quadro 10.2
Registros de Ocorrências. Estado do Rio de Janeiro (2000-2009) *pg. 84*

Quadro 10.3
Taxa da Mortalidade por Homicídio (Em 100 mil hab.). Capitais (1997-2007) *pg. 84*

Quadro 11.1
Participação da Capital e Interior no PIB Estadual. Estado do Rio de Janeiro (1999-2008) *pg. 88*

Quadro 11.2
Renda Real Domiciliar. Média por Residente. Estado do Rio de Janeiro (1997-2009) *pg. 88*

Quadro 11.3
Pobreza (% da População). Estado do Rio de Janeiro (1997-2009) *pg. 90*

Quadro 11.4
Indigência (% da População). Estado do Rio de Janeiro (1997-2009) *pg. 90*

Quadro 11.5
Taxa de Analfabetismo. Estado do Rio de Janeiro (1997-2009) *pg. 92*

Quadro 11.6
Escolaridade Média (Anos de Estudo da População Total). Estado do Rio de Janeiro (1997-2009) *pg. 92*

Quadro 11.7
Domicílios com Acesso à Internet. Estado do Rio de Janeiro (2001-2009) *pg. 94*

Quadro 11.8
Coleta de Lixo (% de Domicílios Atendidos). Estado do Rio de Janeiro (1997-2009) *pg. 94*

Diretor	Cesar Cunha Campos
Diretor Técnico	Ricardo Simonsen
Diretor de Controle	Antônio Carlos Kfourir Aidar
Vice-Diretor de Projetos	Francisco Eduardo Torres de Sá
Vice-Diretor de Estratégia e Mercado	Sidnei Gonzalez
Revisor Técnico	Ricardo Simonsen
Coordenador do Projeto	Fernando Blumenschein
Assistente Técnico	Rodrigo Fernando Dias
Colaboradores	Marcio Lago Couto IBRE Thiago Vieira Esteves IBRE
Editor-Chefe	Sidnei Gonzalez
Orientação Editorial	Carlos Augusto Costa
Coordenadora Editorial	Melina Bandeira
Assessoria de Produção	Eduarda Moura, Manuela Fantinato, Maria João Macedo, Patricia Werner e Teresa Borges
Projeto Gráfico	Dulado Design
Revisão	Gabriela Costa
Impressão	Nova Brasileira
Tiragem	2000
Fotos	rvonkruger + fcohen fotografia e shutterstock



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar, de forma ampla, em todas as matérias de caráter científico, com ênfase no campo das ciências sociais: administração, direito e economia, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social do país.

Conselho Diretor	
Presidente	Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes	Sergio Franklin Quintella, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque
Vogais	Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Correa Júnior, Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes	Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Julio de Almeida Senna e Marcelo José Basílio de Souza Marinho
Conselho Curador	
Presidente	Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-Presidente	João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos e Cia)
Vogais	Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eduardo Hitiro Nakao (IRB-Brasil Resseguros S.A), Fernando Pinheiro (Souza Cruz S.A), Heitor Chagas de Oliveira, Jacques Wagner (Estado da Bahia), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauricio Matos Peixoto, Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Ronaldo Mendonça Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo) , Sandoval Carneiro Junior (CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes	Aldo Floris, José Luiz Marques Lino (Cia. Vale do Rio Doce), Luiz Roberto Nascimento Silva, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A) e Sérgio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A)

Esta edição está disponível para download no site da FGV Projetos:
www.fgv.br/fgvprojetos



FGV PROJETOS



www.fgv.br/fgvprojetos

fgvprojetos@fgv.br

Rio de Janeiro
Praia de Botafogo, 190 - 6º andar
Tel: (21) 3799 5498
Fax: (21) 2553 8810

São Paulo
Av. Paulista, 548 - 8º andar
Tel: (11) 3799 3263
Fax: (11) 3799 7891

transporte

indústria

saneamento

economia social

**agricultura
e pecuária**